



RELATÓRIO E CONTAS

2020

 MOÇAMBIQUE





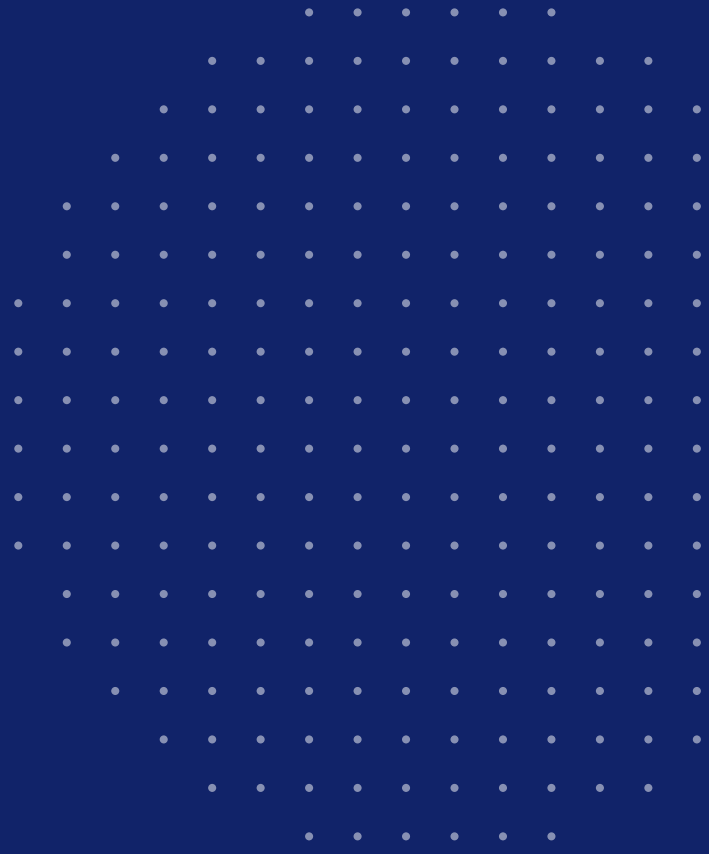


RELATÓRIO E CONTAS

2020



MOÇAMBIQUE





**RELATÓRIO
E CONTAS**

2020

01

QUEM SOMOS ⁰⁴

- 06 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 08 DESTAQUES DO ANO
- 11 OS NOSSOS VALORES
- 12 A GESTÃO DO BANCO EM TEMPOS DE PANDEMIA
- 14 A REDE FIRST CAPITAL BANK EM MOÇAMBIQUE
- 16 A NOSSA HISTÓRIA
- 18 O GRUPO FIRST CAPITAL BANK
- 24 O QUE NOS DIFERENCIA
- 25 FOCO ESTRATÉGICO
- 27 MODELO DE NEGÓCIO
- 37 RESPONSABILIDADE SOCIAL
- 40 OS PRÓXIMOS ANOS

02

CORPORATE GOVERNANCE ⁴²

- 44 ESTRUTURA ACCIONISTA
- 45 ÓRGÃOS SOCIAIS
- 49 COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 51 COMITÉS DE GESTÃO
- 52 ESTRUTURA ORGÂNICA
- 54 PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

03

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO ⁵⁸

- 60 ECONOMIA MUNDIAL
- 62 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS
- 64 ÁFRICA SUBSAARIANA
- 66 MOÇAMBIQUE
- 68 *COMMODITIES*

04

CAPITAL HUMANO ⁷⁰

- 72 GESTÃO DE PESSOAS
- 74 FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO
- 76 AS NOSSAS PESSOAS

05

GESTÃO DE RISCO E COMPLIANCE ⁷⁸

- 80 MODELO DE GESTÃO DE RISCO
- 84 RISCO DE CRÉDITO
- 90 RISCO OPERACIONAL
- 92 RISCO DE MERCADO
- 94 RISCO DE TAXA DE JURO
- 96 RISCO DE LIQUIDEZ
- 100 RISCO DE *COMPLIANCE*

06

ANÁLISE FINANCEIRA & APLICAÇÃO DE RESULTADOS ¹⁰⁴

- 106 BALANÇO
- 111 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- 115 INDICADORES DE GESTÃO
- 118 APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 119 PARECER DO CONSELHO FISCAL

07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ¹²⁰

- 123 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
- 125 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 129 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





QUEM SOMOS

06 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

08 DESTAQUES DO ANO

11 OS NOSSOS VALORES

12 A GESTÃO DO BANCO EM TEMPOS DE PANDEMIA

14 A REDE FIRST CAPITAL BANK EM MOÇAMBIQUE

16 A NOSSA HISTÓRIA

18 O GRUPO FIRST CAPITAL BANK

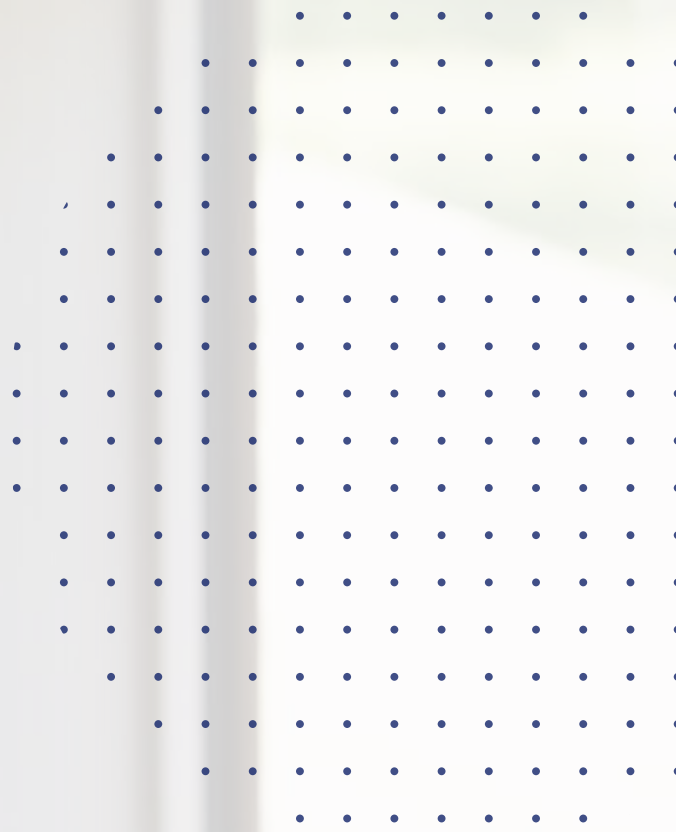
24 O QUE NOS DIFERENCIA

25 FOCO ESTRATÉGICO

27 MODELO DE NEGÓCIO

37 RESPONSABILIDADE SOCIAL

40 OS PRÓXIMOS ANOS





MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Devido à pandemia de Covid-19, o ano de 2020 foi um ano invulgar e muito desafiante para as economias de todo o mundo e Moçambique não foi excepção. O PIB de Moçambique contraiu cerca de 0,5% em 2020, o primeiro declínio em 28 anos, depois de crescer 2,2% em 2019. Um abrandamento na construção, turismo, transportes e uma diminuição na procura de exportação de matérias-primas, foram as principais causas da contracção.

O colapso internacional dos preços do petróleo e do gás levou as multinacionais a adiar os seus projectos de capital intensivo de GNL, por dois a três anos. A dramática deterioração da situação de segurança na província de Cabo Delgado do norte de Moçambique, levou a Total a declarar Força Maior e a suspender o seu projecto de GNL. Espera-se que os trabalhos só sejam retomados depois de a segurança ter sido restaurada e de haver uma estabilidade sustentada na província de Cabo Delgado. Os intervenientes de mercado esperam agora que a Exxon adie o seu projecto Rovuma para 2023, na melhor das hipóteses.

Apesar do ambiente macroeconómico desfavorável, como banco, continuámos a apoiar os nossos clientes através do aumento do crédito e a nossa carteira aumentou 50% em 2020. O nível de incumprimento na nossa carteira mostrou alguma resiliência, apesar de ter aumentado para 5% (abaixo da média de 10% do mercado). Os depósitos tiveram um crescimento de 70% em relação ao ano anterior e, pela primeira vez desde que começámos a operar em Moçambique, terminámos o ano com activos totais superiores a 100 milhões de USD.

O Banco terminou o exercício financeiro de 2020 com resultados operacionais positivos, o que se reflectiu no crescimento e aumento da quota de mercado do banco, particularmente no segmento das médias e grandes empresas.

Foi com grande satisfação que o banco terminou o exercício financeiro de 2020 com resultados operacionais positivos, o que se reflectiu no crescimento e aumento da quota de mercado do banco, particularmente no segmento das médias e grandes empresas. Também aumentámos a nossa quota no mercado cambial em 35% e terminámos o ano como o 5.º maior operador no mercado.

O lucro líquido do ano em 31 de Dezembro de 2020 foi de 127,5 milhões de MZN, um aumento de 88% em relação a 2019. Um crescimento de 12% na nossa margem financeira e um aumento de 19% na nossa margem complementar. Tivemos também um forte desempenho nos rendimentos de serviços e comissões. Este desempenho global foi muito satisfatório, especialmente tendo em conta a forte redução das taxas de juro em Moçambique, que teve um impacto negativo no desempenho de todas as instituições financeiras. Continuámos a assistir a um melhor desempenho dos nossos produtos de *trade finance*, o que nos ajudou a diversificar as nossas fontes de rendimento. Estamos muito satisfeitos com este feito e estamos empenhados em continuar a apoiar a economia Moçambicana em 2021.

Concluimos 2020 com um aumento do nosso capital social de MZN 185 milhões, o que resultou num rácio de solvabilidade superior a 35%, o que é significativamente superior ao rácio médio do sector.

Outras iniciativas importantes da nossa estratégia definida que a nossa equipa executou com sucesso, incluem:

1. Reforço da confiança dos clientes no banco e do conhecimento da marca, reflectidos no crescimento de 70% da carteira de depósitos dos clientes.
2. Início das operações de financiamento a funcionários do sector público.
3. A construção de um novo centro de tesouraria central na Machava e a abertura de um escritório de representação na Beira.
4. Implementação de novas aplicações na área do negócio, bem como adição de várias novas funcionalidades à nossa plataforma de *e-banking*.



Agradeço aos nossos valiosos clientes que nos ajudaram a melhorar e a crescer através do constante *feedback* que nos têm dado. Continuamos a trabalhar todos os dias para melhorar o nosso nível de serviço e procurar novas soluções para os nossos clientes.

Em 2020 continuámos a crescer em pessoas e competências, recrutando mais onze empregados e investindo mais em formação online.

Gostaria de agradecer a toda a direcção e pessoal do banco pelo seu forte empenho e dedicação durante a pandemia, prestando um serviço ininterrupto aos nossos clientes. Não menos importante, o seu entusiasmo no lançamento da nossa marca e o facto de serem verdadeiros embaixadores do First Capital Bank.

Agradeço também aos nossos valiosos clientes que nos ajudaram a melhorar e a crescer através do constante *feedback* que nos têm dado. Continuamos a trabalhar todos os dias para melhorar o nosso nível de serviço e procurar novas soluções para os nossos clientes. Para 2021 planeamos lançar várias novas soluções para os nossos clientes, que incluem cartões VISA, funcionalidades adicionais de *e-banking*, novas soluções de pagamento e a renovação da nossa filial de 24 de Julho.

Gostaria de expressar o meu apreço ao Conselho de Administração pela sua inestimável orientação e dedicação ao banco, ao Banco de Moçambique por toda a sua orientação e cooperação, e a todas as outras partes interessadas. Com todo o vosso apoio esperamos construir uma instituição financeira mais forte em Moçambique, que seja reconhecida pela sua qualidade de serviço, estabilidade e desempenho financeiro.

Hitesh Anadkat
Presidente do Conselho de Administração

DESTAQUES DO ANO

2020

Foi um ano de desafios para o FirstCapital Bank, um ano marcado por uma pandemia e as suas consequências devastadoras na economia.

O Banco mostrou-se resiliente e continuou o seu crescimento, apesar das dificuldades imprevisíveis.

Agora o objectivo é continuar a crescer, salvaguardando sempre os seus colaboradores e apoiando os seus clientes a alcançar os seus próprios objectivos.

Primeiro, ACREDITAR

+70%

Depósitos de clientes

Em 2020, o First Capital Bank registou novamente um aumento significativo dos depósitos dos seus clientes. De 3,39 biliões de meticais em 2019 para 5,75 biliões em 2020.

52%

dos nossos colaboradores são mulheres

28% destas em cargos de chefia e direcção.

+88%

Resultado Líquido

Aumento do resultado líquido do exercício em 88%, comparado com o resultado de 2019.

185 MZN

Capital Social

Aumento do capital social em MZN 185 milhões.

+16%

Crescimento anual do Produto Bancário

(havia já registado crescimentos anuais de 42% em 2019 e 65% em 2018)

49%

Carteira de Crédito

registou um crescimento significativo de 49% em 2020.

Lançamento do novo produto de crédito, de financiamento ao funcionário público

Início da presença na Beira

RESULTADOS (MZN' 000)	2020	2019	VAR. (%)
Recursos de Clientes	MZN 5.749.931	MZN 3.388.647	70% ↑
Créditos Concedidos	MZN 2.321.723	MZN 1.559.154	49% ↑
Total de Activos	MZN 7.714.692	MZN 5.259.126	47% ↑
Margem Financeira	MZN 310.907	MZN 277.052	12% ↑
Margem Complementar	MZN 300.400	MZN 251.405	19% ↑
Produto Bancário	MZN 611.308	MZN 528.457	16% ↑
Resultado do Exercício	MZN 127.558	MZN 67.720	88% ↑
Capital Social	MZN 1.700.000	MZN 1.515.000	12% ↑

INDICADORES FINANCEIROS	2020	2019	VAR. (%)
Rácio de Transformação	40,5%	46,2%	12,9% ↓
Rácio de Solvabilidade	35,3%	36,8%	4,2% ↓
Cost-to-income	68,5%	72,4%	5,4% ↓
NPLs/ Total da Carteira	5,2%	4,2%	24% ↑
ROE	9,5%	7,1%	34% ↑
Custo de Financiamento	3,6%	4,3%	18% ↓
ROA	2,0%	1,6%	20% ↑
Colaboradores	118	107	23% ↑



OS NOSSOS VALORES

MISSÃO

- Oferecer produtos e serviços abrangentes e inovadores
- Implementar plataformas avançadas de Tecnologias da Informação
- Priorizar níveis de atendimento ao cliente
- Apresentar liderança e gestão fortes
 - Implementar princípios fortes e robustos de gestão corporativa

VISÃO

O Banco visa ser um provedor líder de serviços financeiros no país.

VALORES



SER UM CAMPEÃO
DA INOVAÇÃO



SER MAIS
COLABORATIVO



SER FELIZ
POR SERVIR



SER UMA PESSOA
ÍNTEGRA



SER UM
MELHOR CIDADÃO



A GESTÃO DO BANCO EM TEMPOS DE PANDEMIA

GESTÃO DAS NOSSAS PESSOAS



O Banco disponibilizou aos seus colaboradores *laptops*, acesso à internet, entre outros recursos para que a actividade do Banco pudesse ser continuada remotamente sem disrupções.

COVID-19 E A SEGURANÇA DOS NOSSOS COLABORADORES

A pandemia resultante do COVID-19 teve um grande impacto na forma de estar e agir de todos nós. Assim sendo, e tendo em consideração a conjuntura a nível mundial, não sendo Moçambique uma excepção, o Banco disponibilizou transporte para deslocação entre o local de trabalho e o local de residência exclusivo para os colaboradores do First Capital Bank, com o intuito de mitigar o risco de contágio.

Igualmente, desde a primeira hora, o Banco disponibilizou aos seus colaboradores *laptops*, acesso à internet, entre outros recursos para que a actividade do Banco pudesse ser continuada remotamente sem disrupções.

Com o objectivo de cumprir com o distanciamento social entre os postos de trabalho recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), e também assegurar a segurança dos seus colaboradores, o Banco providenciou condições para que os seus colaboradores conseguissem trabalhar remotamente, e disponibilizou medidas de protecção individual, tais como desinfectante para as mãos em todas as suas instalações, medição da temperatura corporal à entrada, limpeza regular e desinfecção das instalações e materiais inerentes, e o uso de máscara obrigatório. O Banco ainda disponibilizou máscaras a todos os seus colaboradores para assegurar a disponibilidade imediata deste recurso.

- Uso de máscara obrigatório;
- Medição da temperatura corporal à entrada;
- Implementação de medidas de protecção tais como desinfectante para as mãos em todas as suas agências e na sede;
- Disponibilização de transporte para deslocação entre o local de trabalho e o local de residência exclusivo para os colaboradores First Capital Bank, com o intuito de mitigar o risco de contágio;
- Distanciamento social de 2 metros entre os postos de trabalho;
- Disponibilização de recursos para que os seus colaboradores possam trabalhar remotamente e em rotatividade, sobretudo aquando do pico do número de casos de infecções;
- Limpeza regular e desinfecção das instalações e materiais inerentes;
- Formação de um Comité de COVID-19 de modo a que seja realizado um ponto de situação diário em relação ao número de casos activos e o estado clínico dos colaboradores;
- Aumento de protocolos com unidades sanitárias, nomeadamente clínicas e hospitais de modo a flexibilizar o rastreamento dos colaboradores;
- Sensibilização constante pelo Departamento de Marketing em coordenação com o Departamento de Recursos Humanos, por via de demonstrações ilustrativas, através do correio electrónico, com o objectivo de aumentar a consciencialização da existência, gravidade e risco de contracção do vírus;
- Testagem ao COVID-19 de todos os colaboradores providenciados pelo Banco;
- Suporte de custos com testes PGR dos colaboradores.

O Departamento de Recursos Humanos do Banco, enquanto responsável pela saúde e segurança dos colaboradores, encontra-se em constante comunicação com os mesmos de modo a identificar casos suspeitos, redes de contacto dos casos suspeitos e positivos, monitoria e visitas às infraestruturas do Banco com o objectivo do controlo do número de profissionais em comparação com o espaço disponível tanto nos seus serviços centrais como também nos balcões.

O Departamento de Recursos Humanos do Banco é também responsável pela actualização constante dos colaboradores que se encontram a trabalhar remotamente, de modo a que este regime não tenha impacto contraproducente nas actividades a desempenhar no dia-a-dia.

Todos os colaboradores do First Capital Bank que foram diagnosticados com COVID19 recuperaram sem sequelas.

ADAPTAÇÃO ÀS NECESSIDADES DOS CLIENTES

COVID-19 E AS NECESSIDADES DOS NOSSOS CLIENTES

O Banco reconhece que a deterioração das condições económicas do país derivada da pandemia, e tendo em conta esta sensibilidade, a equipa comercial do Banco procedeu com o contacto individualizado aos seus clientes para apurar as suas necessidades reais em termos de produtos e serviços financeiros, assim como a possibilidade de adaptar as condições contractualizadas de forma a não penalizar os clientes nem o Banco.

O Banco, efectuou em Maio de 2020, uma revisão do risco de crédito de toda a sua carteira, analisando aspectos financeiros e não financeiros que poderiam influenciar a classificação de cada cliente e potenciais migrações de estágios. Para todas as renovações e/ou novas operações, foi feita uma avaliação da resiliência da empresa do cliente aos impactos de Covid-19, neste sentido, a classificação do risco de crédito atribuída baseou-se no conhecimento do mercado onde cada cliente opera, na experiência de crédito, entre outros factores. Em relação aos novos clientes aprovados depois de revisão do risco da carteira, nenhum cliente mostrou sinais de um aumento significativo do risco de crédito, nem nenhuma mudança de estágio.

Contudo o Banco continua a efectuar um acompanhamento constante aos clientes que mostram sinais de risco acrescido.

Desde o início da pandemia, o Banco procedeu com 10 reestruturações de créditos num total de MZN 35.339.508, os clientes reestruturados beneficiaram de moratórias de 3 a 6 meses sem alteração das taxas de juros.



Desde o início da pandemia, o Banco procedeu com 10 reestruturações de créditos num total de MZN 35.339.508, os clientes reestruturados beneficiaram de moratórias de 3 a 6 meses sem alteração das taxas de juros.



A REDE FIRST CAPITAL BANK EM MOÇAMBIQUE

ONDE NOS ENCONTRAR

AGÊNCIAS

MAPUTO

Agência Sede

Av. Sociedade de Geografia, 269, Maputo

Tel: (+258) 21 311 111

Email: agencia.sede@firstcapitalbank.co.mz

Agência 24 de Julho

Av. 24 de Julho, 3549, Edifício INSS, Maputo

Tel: (+258) 21 404 080

Email: 24julho@firstcapitalbank.co.mz

Agência Xiquelene

Av. das F.P.L.M., 798, Maputo

Tel: (+258) 21 462 415

Email: xiquelene@firstcapitalbank.co.mz

MATOLA

Agência Machava

Av. da União Africana, 1651, Matola

Tel: (+258) 21 750 512

Email: machava@firstcapitalbank.co.mz

NAMPULA

Agência de Nampula

Cruzamento entre Av. Paulo Samuel Kankhomba e Rua Monomotapa, no Centro do Posto Administrativo Urbano de Nampula

Tel: (+258) 26 212424

Email: nampula@firstcapitalbank.co.mz

BEIRA

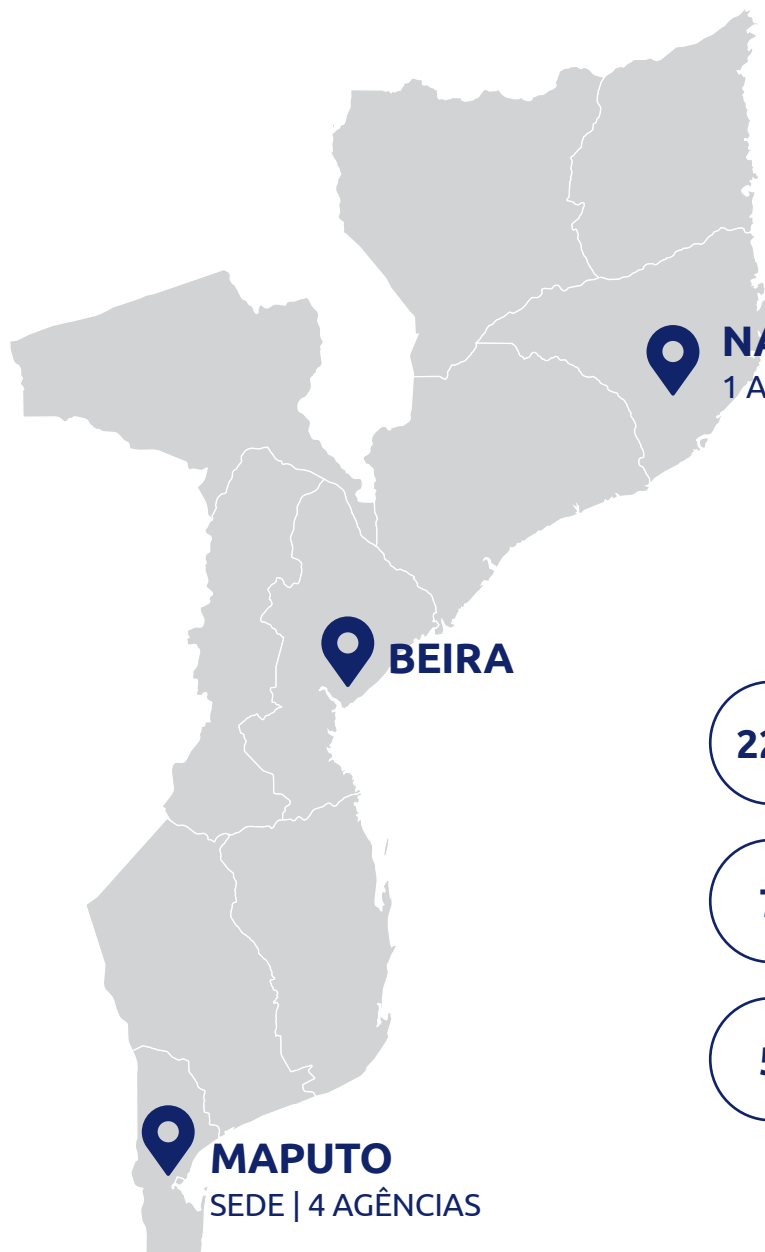
Representação administrativa na Beira

Rua Krusse Gomes, Centro Comercial Grupo Mesquita, Bairro da Munhava - Beira

Tel: (+258) 843 322 896 / (+258) 843 881 830

Email: amade.mamudo@firstcapitalbank.co.mz





NAMPULA
1 AGÊNCIA

BEIRA

MAPUTO
SEDE | 4 AGÊNCIAS

226 **Dispositivos POS**

7 **ATMs**

5 **Agências**

SEDE

Av. 25 de Setembro,
Aterro do Maxaquene
Edifício Maryah, 6.º e 7.º andar
Maputo

Tel: (+258) 21 320 751

Cell: (+258) 823 172 730

Suporte.cliente@firstcapitalbank.co.mz

www.firstcapitalbank.co.mz

A NOSSA HISTÓRIA

O First Capital Bank S.A. iniciou as suas operações em Moçambique em Julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank (ICB). A partir de 2014, a sociedade passou a ser denominada socialmente como Capital Bank S.A. Em 2018, deu-se início ao processo de uniformização da marca dos bancos nos diferentes países onde o Grupo se encontra presente e, em Julho de 2019, a denominação social e marca do Banco em Moçambique foi alterada para First Capital Bank S.A.

Existente há sete (7) anos em Moçambique, o Banco foi alvo de diversos aumentos de capital e de expansão das suas operações. Durante o período referido o Banco além de manter as três agências já existentes, procedeu à abertura de duas agências – uma na Machava e outra em Nampula.

Em 2020, o Banco criou uma representação administrativa na cidade da Beira, onde já conta com um coordenador regional e procedeu com a abertura das instalações de uma nova Tesouraria Central.

O BANCO REGISTA MARCOS HISTÓRICOS QUE ORIGINARAM O QUE HOJE REPRESENTA, DOS QUAIS SE DESTACAM:

2013

Aquisição pelo Grupo
FMB Capital Holdings*

2016

Lançamento do
Internet Banking

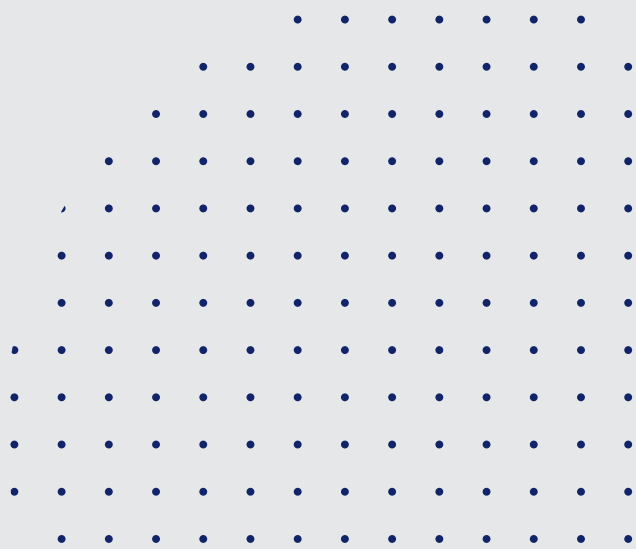
2017

Abertura da agência
Machava

Aumento de capital
social em MZN 290M.



* No primeiro trimestre de 2019, a posição maioritária do First Capital Bank plc (Malawi) foi transferida para o FMB Capital Holdings plc, pelo que o Grupo a partir dessa data utiliza essa designação.



Actualmente, o Banco conta com MZN 1.700.000.000 (um bilião e setecentos milhões de meticaís) de capital social após a injeção de capital ocorrida durante o ano 2020 de 185 milhões de meticaís. Paralelamente, a actividade do Banco mostra-se extremamente promissora para um horizonte temporal próximo, através da implementação de acções estratégicas que sustentam o crescimento contínuo sustentável e a difusão da marca First Capital Bank, que a Gestão acredita que resultará num aumento da sua carteira de clientes e do negócio.

O Grupo de bancos First Capital Bank continua com uma presença sólida noutros países de África Subsaariana, sendo o Banco comercial líder no Malawi e com crescimento constante noutros países, tais como Botsuana, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué. Desta forma, o Grupo atende às necessidades bancárias transfronteiriças de empresas dos vários sectores de actividade que operam na região e cria sinergias que favorecem os clientes e empresas nas suas actividades.

2018

- Aprovada a licença de operador de bolsa
- Produto bancário cresce 62%
- Início de *rebranding* do Grupo nos diversos países para First Capital Bank

2019

- *Rebranding* de Capital Bank para First Capital Bank
- Expansão das instalações da sede
- Aumento de capital social em MZN 645,6M.
- Abertura de novo Centro Corporate
- Abertura de agência em Nampula

2020

- Lançamento do novo *internet banking*
- Aumento de capital em MZN 185 M.
- Segmentação das equipas de *front-office* entre equipa de *Corporate* e de *Business Banking*
- Início de operações de *Payroll Lending*
- Conclusão de construção de novas infra-estruturas de Tesouraria Central
- Lançamento da página do Banco no LinkedIn

O GRUPO FIRST CAPITAL BANK

ZÂMBIA MALAWI
ZIMBABUÉ MAURÍCIAS
BOTSUANA MOÇAMBIQUE

EM JUNHO DE 2020,
O GRUPO FMB CAPITAL
HOLDINGS, PLC
APRESENTAVA:

Resultado Líquido
14 290 785 USD

Total Activos
1 094 520 626 USD

Capital Social
117 409 081 USD

Depósitos de Clientes
663 710 655 USD

Crédito Concedido
364 167 174 USD

EM 2020, O GRUPO FMB
CAPITAL HOLDINGS PLC,
ERA COMPOSTO POR:



1800
COLABORADORES



700.000
CLIENTES



40
REGIÕES



100
AGÊNCIAS

Em 2020, o Grupo completou 25 anos do início das suas operações.

O sucesso e o crescimento desta instituição têm dependido em grande parte do trabalho árduo dos colaboradores e dos serviços que têm prestado aos seus valiosos clientes.

As conquistas do Banco são resultado dos esforços combinados de cada um dos colaboradores.

CELEBRAÇÃO DOS 25 ANOS

1995

Abertura da primeira filial no Malawi

O First Merchant Bank (FMB) é o primeiro Banco Comercial privado a receber uma licença no Malawi e abre o seu primeiro balcão em Blantyre. Na foto abaixo, na primeira fila à direita, estão dois dos co-fundadores do Banco, H. Anadkat e o R. Kantaria. Abaixo à esquerda a cumprimentar os convidados, é outro dos nossos co-fundadores, o N. Anadkat. Abaixo à direita: Mathews Chikaonda (então Governador do Banco Central do Malawi).



2002

Os serviços foram expandidos para incluir *leasing* e finanças

O FMB adquiriu 100% de participação da FLC Malawi Limitada.

2006

Admissão à cotação do FMB na Bolsa de Valores do Malawi

O First Merchant Bank foi registado na Bolsa de Valores do Malawi. A oferta de compra inicial atraiu mais de 2300 novos acionistas. Na foto abaixo, membros do Conselho de Administração observam o primeiro dia de negociação.



2008

Estabelece-se no Botsuana

O FMB estabelece o Capital Bank no Botsuana.



2013

Expansão para Moçambique e Zâmbia

O FMB expande a sua presença regional e adquire as operações de Bancos Comerciais Internacionais em Moçambique e Zâmbia.



2017

Reestruturação Societária do Grupo e aquisição do Barclays no Zimbábue

JANEIRO – FMB Capital Holdings PLC estabeleceu-se nas Maurícias

FMB Capital Holdings PLC estabelece-se nas Maurícias para deter acções em todos os bancos do Grupo.

JUNHO - Aquisição do OIBM em Malawi

O FMB adquire o Opportunity International Bank Malawi.

SETEMBRO - Reestruturação

O FMB Capital Holdings PLC é listado na Bolsa de Valores do Malawi e o FMB é retirado.

OUTUBRO - Aquisição do Barclays Bank

O FMB Capital Holdings PLC adquire 81% de participação na Afcarme, empresa mãe do Banco Barclays do Zimbabué estabelecendo assim uma pegada regional em 5 mercados Africanos adjacentes.

2018

Consolidação

ABRIL

Abertura do Centro de Serviços partilhados do Grupo nas Maurícias (First Capital Shared Services Ltd.)

2019

Rebranding

O Grupo altera a marca para FIRST CAPITAL BANK em todos os mercados em que actua. Na foto da página ao lado, Tiago Contente, Administrador Delegado do FIRST CAPITAL BANK, Moçambique no lançamento da nova marca em Maputo em 17 de Julho de 2019.



NOVEMBRO

Abertura da nova Sede e Agência do First Capital Bank Botswana Gaborone pela Sua Excelência Presidente Mokgweetsi Masisi com o Hitesh Anadkat (Presidente do First Capital Bank), R. Patel (Administrador não Executivo do First Capital Bank Botswana), e ao fundo J. Viljoen (Administrador Delegado do First Capital Bank Botswana).



2020

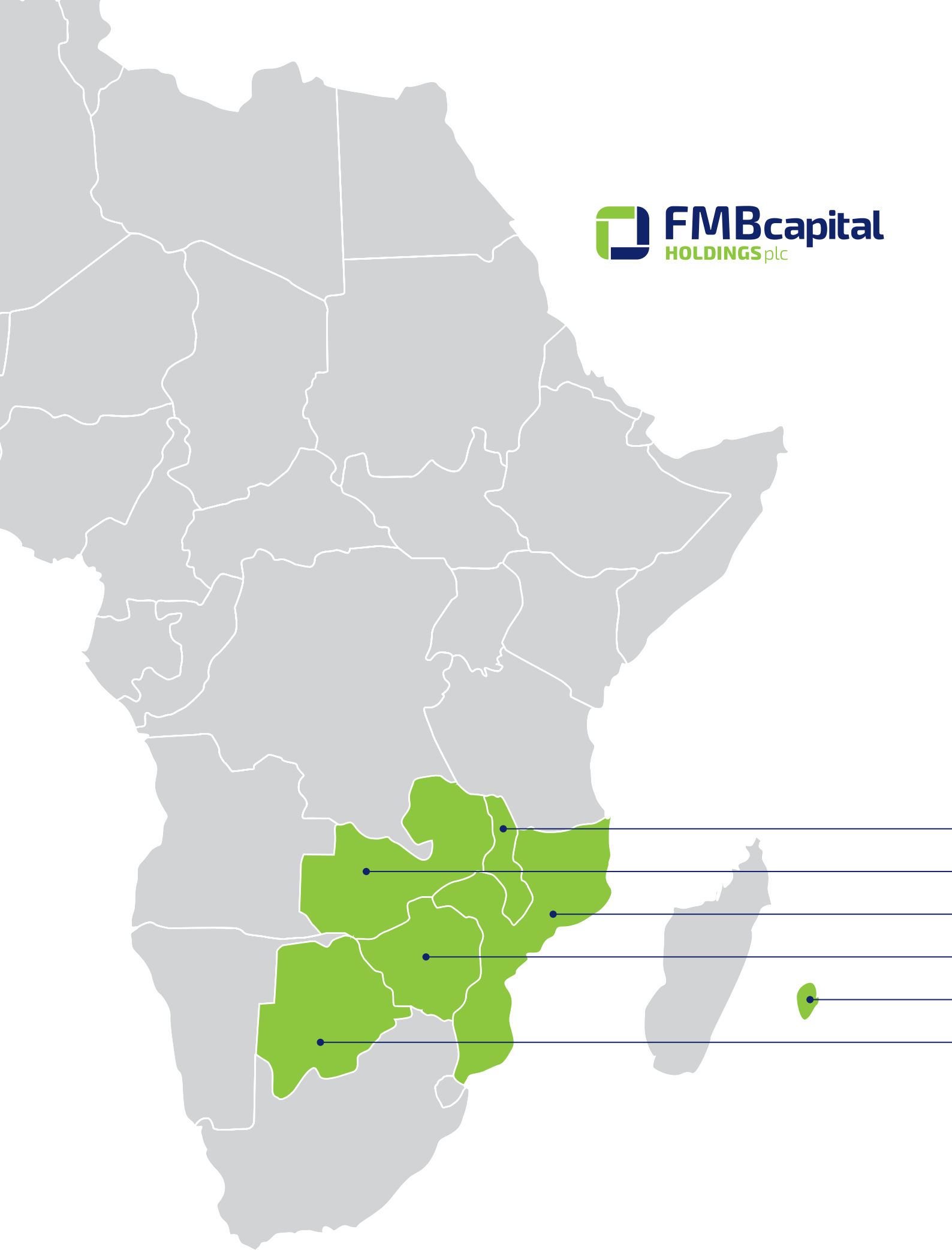
Marca o nosso 25.º aniversário das nossas operações. Foi em Junho de 1995 que a nossa primeira agência foi aberta em Blantyre, Malawi.

Percorremos um longo caminho desde então, crescendo para nos tornar um Grupo Financeiro com uma presença regional significativa em 5 países. Tem sido uma jornada bastante desafiadora mas que tem sido possibilitada pela lealdade e comprometimento de todos os nossos parceiros, clientes, colaboradores, investidores, reguladores, governo e comunidades nas quais operamos.

Ao recordarmos os nossos principais marcos alcançados, agradecemos o seu apoio e aproveitamos a oportunidade para agradecer por fazer parte do nosso percurso.



Muito obrigado por acreditar em nós África!



O GRUPO FIRST CAPITAL BANK

REDE DE BANCOS FMB CAPITAL HOLDINGS, PLC

Fundado em 1995, o Grupo apresenta um histórico de solidez e estabilidade financeira, e está a consolidar a sua posição enquanto Banco de referência na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Actualmente apresenta a seguinte constituição:

COTADO NA BOLSA DE VALORES

O Grupo FBM Capital Holdings, com sede nas Ilhas Maurícias, está cotado na Bolsa de Valores do Malawi. Individualmente, o First Capital Bank do Zimbabué está igualmente cotado em Bolsa.

PARCERIAS

O Grupo beneficia de parcerias de longa data com organizações respeitadas, incluindo o Banco Europeu de Investimento, a International Finance Corporation e a USAID, bem como outras instituições mundiais líderes no financiamento ao desenvolvimento. Estas parcerias são negociadas a nível local.

Actualmente, o Grupo explora novas parcerias que estão alinhadas com nosso objectivo - que nos permitirão elevar a sociedade e criar valor para nossos accionistas.



MALAWI (100%)

ZÂMBIA (49%)

MOÇAMBIQUE (80%)

ZIMBABUÉ (42.7%)

MAURÍCIAS (100%)

BOTSUANA (38.6%)

O Grupo First Capital Bank consolidou a sua posição como um Banco comercial regional de referência e a sua crescente pegada na SADC serve necessidades bancárias transfronteiriças das empresas que operam na região subsaariana.

O QUE NOS DIFERENCIA

Focamo-nos nas necessidades dos nossos clientes, garantindo os mais elevados padrões de serviço ao cliente, mantendo canais de entrega fortes e respondendo à procura do mercado por meio do desenvolvimento e inovação de produtos. Os nossos produtos e serviços são completamente flexíveis de forma a serem personalizados consoantes as necessidades e características de cada cliente. Existe uma análise personalizada de cada situação e a resposta é dada de forma rápida e eficiente.

Preocupamo-nos, em particular, com a satisfação das necessidades dos nossos clientes, garantindo um serviço de excelência.



SEGURANÇA FINANCEIRA

O Grupo apresenta fortes rácios de liquidez e capital em todas as suas entidades operacionais, mantendo os níveis de liquidez e solvabilidade significativamente acima dos mínimos regulamentares.



PEGADA REGIONAL

Com uma presença em 5 países da SADC, o First Capital Bank está idealmente posicionado para facilitar o comércio regional e oferecer soluções de serviços bancários globais, satisfazendo as necessidades de todas as partes envolvidas.



EXPERIÊNCIA E EXPERTISE

O First Capital Bank dispõe de vasta experiência em todas as áreas de negócios, que lhe permite ir ao encontro de todas necessidades de serviços financeiros.



INOVAÇÃO

Grupo alavanca as suas parcerias e tecnologia para introduzir uma série de produtos e serviços projectados para tornar o sistema bancário mais conveniente, acessível, e orientado para necessidades específicas dos nossos clientes.



GOVERNAÇÃO FORTE

O Banco é administrado com base numa estrutura de Governança Corporativa em conformidade com as exigências do regulador e praticas de gestão universalmente recomendadas.



PESSOAS E FORMAÇÃO

Somos um conjunto de profissionais técnicos e funcionais com diferentes valências capazes de cumprir objectivo de prestar um serviço de qualidade de forma consistente. O Grupo possui uma estratégia clara de gestão de talentos, retenção e treinamento para garantir as melhores competências de forma sustentável.



PORTFÓLIO DE SERVIÇOS 360°

Oferecemos uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros para os segmentos corporativos e particulares.

FOCO ESTRATÉGICO

Potenciado pelas alterações estratégicas que se verificaram no Banco nos últimos trinta (30) meses, o crescimento dos resultados tem-se verificado de forma continuada permitindo consolidar a sua sustentabilidade. Nesse sentido, perspectiva-se uma *performance* financeira de crescimento consistente para os próximos anos, motivados pelo esforço contínuo da gestão e consolidação da estratégia que tem vindo a ser implementada, nomeadamente no que tange a captação e retenção de clientes, melhor aproveitamento de recursos, investimento em áreas-chave do Banco, inovação nas funcionalidades disponibilizadas aos nossos clientes e esforço relativo em sectores-chave da economia.

Tendo em consideração as alterações actuais e esperadas que se verificam no mercado, assim como o investimento estratégico que se tem vindo a aplicar, o Banco sustenta a sua actividade em alguns princípios que além de suportarem a sua eficiência e reputação, lhe permitirão continuar a crescer de forma sustentável:



O crescimento dos resultados tem-se verificado de forma continuada permitindo consolidar a sua sustentabilidade.

Crescimento sustentável suportado pelo apoio incondicional dos nossos accionistas.	Cultura orientada para a rentabilidade do Banco e conseqüente retorno do investimento dos accionistas.
Posicionamento regional e reforço de sinergias para os nossos clientes da região onde o First Capital Bank está presente.	Cultura enraizada na inovação no que concerne à criação de valor para os clientes com a actualização constante e optimização das operações de negócios.
Notoriedade da marca do Banco, promove um papel mais activo na sociedade e na comunidade.	Abordagem de mercado diferenciada com uma perspectiva centrada no Cliente.
Proactividade e dinamismo da força de vendas.	Depósitos de clientes e gestão de tesouraria eficiente , aproveitando as novas e eficientes funcionalidades mais cómodas para os nossos clientes.
Foco em sectores com potencial e que dinamizam o crescimento económico.	Inovação dos nossos canais electrónicos e integração contínua dos Sistemas de Informação do Grupo.

À luz do que o First Capital Bank define como princípios estratégicos abordados numa perspectiva centrada no cliente, surgem cinco (5) pilares estratégicos que estão na base de um crescimento contínuo e sustentado dos resultados. Estes pilares representam as áreas-chave em que o Banco espera investir, e que orientaram a estratégia do Banco para 2020, nomeadamente:

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

Posicionamento da marca	>	<p>O First Capital Bank pretende destacar-se no Mercado como um Banco regional, próximo aos seus clientes através de uma abordagem personalizada que vai ao encontro das expectativas e necessidades.</p> <p>O Banco pretende, igualmente, ter um papel activo na sociedade, através de participação directa e indirecta em acções sociais e eventos.</p>
Serviço de Excelência	>	<p>O Banco considera que os seus clientes merecem um serviço de qualidade superior, nesse sentido, envida esforços na optimização do seu modelo de serviço ao cliente. Além de um serviço de qualidade superior, o First Capital Bank pretende expandir a sua rede para mais próximo dos seus clientes.</p> <p>A estratégia comercial foi objecto de revisão em 2019, através de melhorias no modelo operacional, com determinação de objectivos específicos integrados, revisão de processos internos e monitoramento para garantir uma qualidade de serviços de forma consistente.</p> <p>O Banco compromete-se com o constante desenvolvimento dos actuais canais digitais e a optimização de acessibilidade a produtos e serviços que resultem na simplificação de processos para o cliente.</p>
Oferta diversificada e adaptada aos seus clientes	>	<p>O Banco procura diversificar o portfólio de produtos e serviços <i>core</i> e apostar na adaptação de produtos e serviços de forma personalizada às necessidades dos seus clientes.</p>
Rápida resposta ao cliente	>	<p>O First Capital Bank espera um aumento significativo da eficiência através da automatização e optimização de processos de modo a reduzir os tempos de resposta e satisfação dos clientes.</p>
Desenvolvimento do capital humano	>	<p>O Banco tem investido em formação e desenvolvimento assim como sessões de confraternização entre colaboradores de forma a manter um ambiente de trabalho agradável e eficiente.</p> <p>O Banco vem implementando uma cultura que atrai e retém talentos, baseada especialmente na melhoria das condições de trabalho, implementação de uma cultura orientada por objectivos focados na satisfação para o cliente, investimento em formação para o desenvolvimento de competências e recrutamento de pessoas para funções-chave da organização.</p>

MODELO DE NEGÓCIO

JUROS E RENDIMENTOS E IMPARIDADES DE CRÉDITO

Concedemos crédito aos nossos clientes de acordo com o seu perfil de risco definido, tendo em consideração o ambiente regulamentar e o limite de capital disponível.

Desta forma, em 2020 aplicamos MZN 2.327,9 milhões em crédito e adiantamentos, que geram juros e rendimentos (juros recebidos de crédito a clientes foi de MZN 265,8 milhões).

Em 2020 o Banco apresenta imparidades de crédito acumuladas na ordem dos MZN 89,8 milhões. Estas imparidades reflectem o valor provável que se espera não receber do crédito face ao montante concedido.

RENDIMENTOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

Disponibilizamos o acesso ao mercado cambial e a produtos de cobertura de risco, para apoiar os nossos clientes na gestão dos riscos inerentes às suas actividades, nomeadamente ao risco cambial e de taxa de juro.

O First Capital Bank alcançou MZN 198 milhões em resultados cambiais durante o ano 2020.

RENDIMENTO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Oferecemos serviços e produtos de Banca Transaccional e Assessoria Financeira aos nossos Clientes, com base na nossa experiência e conhecimento do Mercado.

De forma a melhorar a proximidade e consequente acessibilidade para o cliente o Banco ofereceu os seus serviços através de cinco balcões e oito Gestores de Clientes, vinte e três (23) colaboradores nos balcões, cinco dos quais como gerentes. O Banco é também representado por cinco gestores de clientes e dois coordenadores regionais.

JUROS E GASTOS SIMILARES

Captamos depósitos de clientes – MZN 5.750 milhões até 31 de Dezembro de 2020 - que são os recursos que aplicamos, entre outras, em forma de Créditos aos clientes. Os depósitos, levam o Banco a incorrer em juros e encargos similares. Este ano o Banco pagou MZN 197,8 milhões sob forma de juros de depósitos.

GASTOS COM PESSOAL

Investimos no desenvolvimento e satisfação do nosso capital humano, para consequentemente os mantermos motivados e eficientes, de forma a alcançarmos os objectivos. Em 2020, os custos com pessoal do Banco totalizam MZN 267 milhões, o que representa um aumento anual de 29%.

GASTOS OPERACIONAIS

Investimos nos sistemas e processos que compõem e complementam a nossa actividade, no sentido de aumentarmos a eficiência, diminuirmos o tempo de resposta e oferecermos um serviço de excelência aos nossos clientes. Os custos operacionais onde se incluem custos de estrutura do Banco, em 2020, perfazem MZN 192,9 milhões.

RESULTA EM FLUXOS DE CAIXA POSITIVOS E CONTRIBUI POSITIVAMENTE PARA O RESULTADO DO BANCO

RESULTA EM FLUXOS DE CAIXA NEGATIVOS E CONTRIBUI NEGATIVAMENTE PARA O RESULTADO DO BANCO

 Risco de Estratégia e Reputacional  Risco Operacional  Risco de Taxa de Juro
 Risco de Crédito  Risco de Liquidez  Risco de Taxa de Câmbio



MODELO DE NEGÓCIO – A NOSSA OFERTA

O First Capital Bank assume como foco principal da sua actividade a prestação de serviços que prima pela qualidade e personalização, bem como a permanente orientação para as necessidades dos clientes particulares e empresas.

O Banco adopta um Modelo de Negócio que traz vantagens para o Cliente, procurando a excelência do serviço e uma consequente experiência positiva de forma consistente.

O objectivo primordial do Banco é oferecer as soluções que vão ao encontro das necessidades dos seus clientes e criar parcerias duradouras com benefícios mútuos. O Banco adopta rigorosos padrões de controlo interno de qualidade do serviço, e tem investido em recursos que permitem atingir os princípios de eficiência e eficácia.

BANCA DE RETALHO E BANCA CORPORATE

O Banco dispõe de uma oferta diversificada que se dirige aos Segmentos de Empresas e Particulares.

É seu objectivo apoiar o cliente em todo o tipo de actividades financeiras, desde as mais simples às mais sofisticadas e exigentes necessidades. Paralelamente, o First Capital Bank disponibiliza uma oferta transversal a todos os sectores de actividade presentes no mercado Moçambicano, assim como para todas as dimensões de clientes, dos particulares às micro, médias e grandes empresas.

A presença do nosso grupo na SADC permite aos nossos clientes multinacionais que operam na região, obter soluções financeiras globais e que também vão ao encontro das necessidades específicas de cada país.

O Banco tem estado a crescer em termos de activos e base de clientes o que representou um desafio acrescido para garantir um crescimento de forma consistente acompanhado de melhoria da qualidade dos nossos serviços. Devido à nossa constante preocupação com a satisfação dos nossos clientes, tivemos a necessidade de criar unidades de negócio para cada segmento (*corporate* e *retalho*) para garantir fluidez dos processos na prestação de serviços, alocação de equipas especializadas com conhecimento aprofundado para cada um dos segmentos e definição de produtos que respondem a necessidades específicas.

O Banco procura a melhoria contínua e a adaptação e reinvenção constante de forma a melhor responder às necessidades dos clientes.

OS NOSSOS REPRESENTANTES DA EQUIPA COMERCIAL



JOAQUIM MUGABE
Director Comercial

IVAN THOMPSON
Subdirector de Corporate

NILSON BILA
*Director de Business
Banking e Retail*

A NOSSA OFERTA

MEIOS DE PAGAMENTO



Emissão de cartões de débito, serviços de Terminais de Pagamento Automático (POSs) para comerciantes e uma rede de caixas automáticas (ATMs) em pontos estratégicos.

TRADE FINANCE



Trade Finance de Comércio Internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidez, emissão de cartas de crédito e garantias bancárias.

PRODUTOS DE CRÉDITO



Dispomos de produtos de crédito para responder as necessidades de financiamento de tesouraria, investimento em activos fixos, cartas de crédito e garantias bancárias para facilitar o comércio internacional, participação em concursos e ou apoio na execução de projectos.

PRODUTOS DE POUPANÇA E INVESTIMENTO



Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para Particulares e Empresas, em moeda nacional e estrangeira. O Banco também realiza operações de intermediação financeira em Bolsa para os seus clientes.

SEGUROS



Seguros de curto e longo prazo para particulares e empresas, de diferentes seguradoras que operam no país em de vários ramos (vida, saúde, multi-riscos, acidente, etc) e com diferentes coberturas.

PAYROLL LENDING



O Banco oferece este produto de crédito que se caracteriza pela retenção na fonte das prestações a pagar, que visa apoiar os funcionários do Estado e desta forma contribuir para o seu desenvolvimento sócio-económico.

Preçário atractivo e adaptado às necessidades do cliente.

O First Capital Bank dispõe de um portfólio de produtos abrangente e flexível, que permite ajustar cada produto à medida do cliente, nomeadamente no que toca a remuneração, despesas, termo de contrato ou outras características.

O First Capital Bank acredita num negócio focado no cliente e procura activamente personalizar a sua oferta de produtos e serviços, de acordo com as necessidades dos seus clientes.



OS NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Produtos e serviços adaptados às necessidades do cliente

BANCA CORPORATE

BANCA ELECTRÓNICA

- *Internet banking*
- ATMs
- Serviços POS

CONTAS EM MOEDA NACIONAL E MOEDA ESTRANGEIRA

- Contas de Depósito à Ordem não remunerada
- Contas de Depósito à Ordem remunerada
- Contas de Depósito a Prazo
- Cartão de Débito

TRANSFERÊNCIAS

- Nacionais – Interbancárias e Intrabancárias
- Internacionais

CRÉDITO E ADIANTAMENTOS

- Descoberto Bancário
- Crédito de médio/longo prazo
- Crédito de curto prazo
- Descontos de facturas
- Crédito em moeda estrangeira
- Financiamento ao investimento

SEGUROS

- Seguros de vida
- Seguros não-vida

IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO

- Cartas de Crédito
- Garantias Bancárias
- Cartas de Crédito em *Standby*
- Ordens de pagamento ao estrangeiro
- Ordens de pagamento recebidas

GARANTIAS BANCÁRIAS

- Para licitação em concursos
- De boa execução
- Internacionais
- Adiantamentos

PAGAMENTO E GESTÃO DE TESOUREARIA

- Pagamentos de taxas/direitos aduaneiros e segurança social via *internet banking*
- Serviço de pagamento de impostos
- Soluções de pagamentos a fornecedores
- Pagamentos de grande volume – *bulk-payment*
- Pagamento de salários
- Recolha e transporte de valores
- Recolha e transporte de documentos

OPERAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA – COMPRA & VENDA

- Dólar americano
- Euro
- Libra esterlina
- Rand sul-africano
- Rupia indiana
- Iene
- Renmimbi

OPERAÇÕES EM BOLSA

- Custódia de títulos
- Intermediação de títulos em mercado primário
- Intermediação de títulos em mercado secundário
- Negociação e investimento em acções

BANCA DE RETALHO

TRANSFERÊNCIAS

- Nacionais – Inter e Intra-bancárias
- Internacionais

CONTAS E CARTÕES

- Conta à Ordem
- Conta Poupança
- Cartão de Débito

INVESTIMENTO

- Depósito a Prazo

CRÉDITO

- Crédito ao Consumo
- Crédito Viaturas
- Crédito Habitação

BANCA ELECTRÓNICA

- *Internet banking*
- ATMs
- Serviços POS

OPERAÇÕES EM BOLSA

- Custódia de títulos
- Intermediação de títulos

SEGUROS

- Seguros de vida
- Seguros não-vida

CRÉDITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO (PAYROLL LENDING)

CRÉDITO

- Crédito ao Consumo
- Crédito viaturas
- Crédito à construção

CRÉDITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO (PAYROLL LENDING)

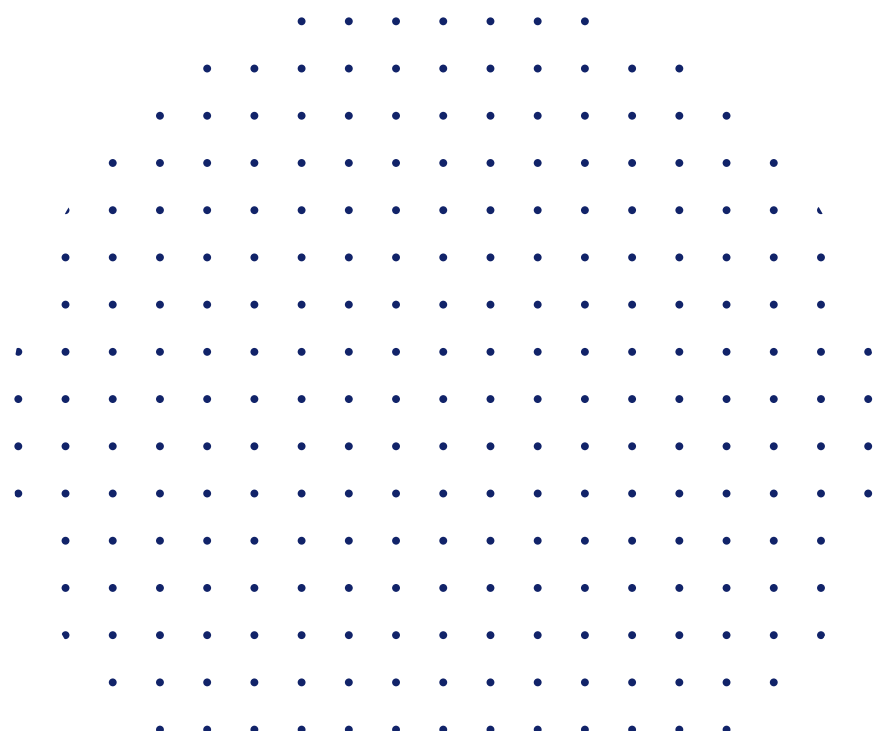
O First Capital Bank iniciou, em Setembro de 2020, a comercialização de um novo produto de crédito, de rápido acesso, direccionado exclusivamente para funcionários públicos, para contribuir para as suas necessidades de financiamento de curto e de médio prazo.

Para uma melhor resposta a este novo segmento de negócio, diferente dos habituais segmentos de negócio do Banco, foi contractada uma equipa específica para este efeito, com uma vasta experiência nacional e internacional neste tipo de produtos. Foram igualmente realizados investimentos adicionais em IT, com a aquisição de uma solução à medida deste produto, bem como foram realizados diferentes protocolos com entidades estatais, para potenciar e melhor assegurar a implementação deste produto.

Com este novo segmento, o Banco espera alargar significativamente a sua base de clientes e a sua oferta de produtos e serviços, potenciar o crescimento da sua carteira de crédito, bem como aumentar o reconhecimento da sua marca em Moçambique.

O Banco posiciona-se para melhor servir os funcionários do Estado, abrindo pontos de contacto em locais estratégicos na região Norte, Centro e Sul de Moçambique. Até à data, o Banco dispõe de 3 pontos de contacto, nomeadamente Maputo, Nampula e Beira, com o plano de abrir 7 novos locais nos próximos meses.

Adicionalmente, a partir de Junho de 2021, o Banco vai passar a dispor de uma agência totalmente renovada na 24 de Julho, incluindo não apenas um novo Balcão, mas também um novo espaço de trabalho para a equipa do Payroll Lending, para desta forma, melhor servir os seus clientes.



MEIOS DE PAGAMENTO

POS



Número de POS

2017	2018	2019	2020
41	72	178	226

Transacções por POS

2017	2018	2019	2020
53,695	60,428	63,989	171,440

Valor total transaccionado por POS

2017	2018	2019	2020
83,334	112,918	167,194	619,150

ATMS



Número de ATMs

2017	2018	2019	2020
5	6	8	7

Número de Cartões de Débito Activos

2017	2018	2019	2020
1008	2413	2010	659

O First Capital Bank preocupa-se com a conveniência dos seus clientes nas transacções monetárias e minimização de custos.

Nesse sentido, tem vindo a aumentar significativamente os pontos de pagamento (POS) e assistido a um maior volume de transacções por essa via, o que representa o contributo do Banco para facilitar pagamentos de bens e serviços.

O Banco continua a apostar em soluções de pagamentos e soluções electrónicas para garantir a melhoria contínua da conveniência dos clientes nas operações bancárias, garantindo maior comodidade e redução de custos para os seus clientes.

ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA

O atendimento de excelência aos clientes é uma das principais prioridades do First Capital Bank, que pretende garantir a satisfação máxima destes relativamente à sua experiência com o Banco. O objectivo consiste na satisfação plena das expectativas do cliente.

Portanto, investimos um elevado esforço para tornar a experiência de todos os clientes agradável e satisfatória.

No atendimento aos clientes do Banco, pautamos por princípios gerais de igualdade de tratamento, não-discriminação e transparência nas decisões.

Tendo em consideração a elevada relevância de proporcionar um atendimento e oferta de serviços de qualidade aos nossos clientes, formamos e incentivamos os nossos colaboradores no atendimento, de acordo com os mais elevados padrões de qualidade.

A RESPOSTA AOS CLIENTES



FLEXIBILIDADE

Os produtos flexíveis e facilmente adaptados às necessidades dos nossos clientes, aliados a um serviço de excelência, providenciam uma experiência satisfatória ao cliente e solidificam a nossa relação com este.

Empresas e particulares encontram no First Capital Bank um Banco próximo, que os conhece, e que reconhece o seu valor, as suas capacidades e quais os produtos mais adequados para cada um.

O Banco disponibiliza produtos flexíveis, personalizáveis à situação do cliente.



RAPIDEZ

A excelência do serviço que oferecemos está directamente ligada à nossa rapidez na resposta ao cliente e de forma eficaz, auxiliados por processos otimizados e sistemas tecnológicos.

Apesar do automatismo de processos, somos capazes de adaptar os nossos produtos às necessidades do cliente e oferecer paralelamente um serviço personalizado.



SIMPLICIDADE

A simplicidade para o cliente é outro aspecto importante e que rege as nossas actividades.

Entendemos que os nossos clientes têm vidas activas, dinâmicas e pouco tempo para se preocuparem com questões bancárias.

No First Capital Bank a burocracia e processos para o cliente são simplificados, reduzidos e limitados ao extremamente necessário.

**A NOSSA
OFERTA É
CARACTERIZADA
POR**



OPERAÇÕES EM BOLSA



HASSANE ISSUFO

Director da Sala de Mercados

- Foi atribuído ao First Capital Bank em 2020 o certificado de Operador Especializado de Obrigações de Tesouro (OEOT) conferindo assim o direito de participar nas emissões de Mercado Primário junto da Bolsa de Valores de Moçambique e conferindo-lhe maior capacidade para transacionar valores.
- O First Capital Bank apresenta um crescimento de 35% de quota no mercado cambial nas operações que realiza com o público durante o ano 2020 e foi destacado pelo Banco de Moçambique, em Novembro de 2020, como sendo o 5.º maior operador desse mercado.

2019

4.4 milhões de títulos transaccionados para clientes

+ 311 milhões de meticais transaccionados para clientes

5.5 milhões de títulos transaccionados para o Banco

+ de 442 milhões de meticais transaccionados para o Banco

2020

7.2 milhões de títulos transaccionados para o Banco

+ 719 milhões de meticais transaccionados para o Banco

No dia 05 de Março de 2020, teve lugar nos escritórios da Bolsa de Valores de Moçambique, a entrega do certificado que confere ao First Capital Bank o estatuto de Operador Especializado em Obrigações do Tesouro. A cerimónia foi dirigida pelo Excelentíssimo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Salim Valá e contou com a presença de altos quadros do Banco.



BANCASSURANCE

O First Capital Bank, neste momento conta com quatro (4) parceiras de seguro moçambicanas, nomeadamente a Global Alliance, Hollard, Sanlam e Fidelidade. Estas parcerias consistem em autorizações para a venda dos produtos das seguradoras no Banco, através da nossa rede comercial e balcões.

Estes acordos trazem consigo vantagens simultâneas para o Banco, para as respectivas seguradoras e para os clientes do Banco. A nossa rede de comerciais vende e publicita os seguros a um grande leque de clientes actuais e potenciais, diversificando desta forma o seu portfólio, garantindo valor acrescentado para os seus clientes. Os clientes contratam seguros nos balcões First Capital Bank, de forma mais prática e acessível, onde obtêm preços mais em conta.

O Banco garante ainda o seguro dos seus investimentos, nomeadamente quando os seguros são vendidos, associados aos produtos bancários.

A emissão de apólices de seguros varia de acordo com cada seguradora, nomeadamente:

GLOBAL ALLIANCE

O First Capital Bank tem acordo assinado com a Global Alliance (GA) desde 2016.

Esse acordo permite a emissão de apólices de:

- Seguro Multirrisco Habitação;
- Seguro para Imóveis;
- Seguro Automóvel;
- Máquinas de Casco e outros equipamentos com cobertura para todos os riscos;
- Seguro de Vida com cobertura para Morte, Invalidez Total e Permanente e Perda Involuntária de Emprego.
- A Global Alliance oferece ainda aos colaboradores do Banco descontos no prémio dos seus seguros.

HOLLARD

O First Capital Bank tem acordo assinado com a seguradora desde 2019, para cobertura do seu produto, o Crédito ao Funcionário Público:

- Seguro de Vida com cobertura para Morte, Incapacidade Total e Permanente por Acidente, Doença e Subsídio de Funeral.

SANLAM

O First Capital Bank tem um acordo com a seguradora Sanlam desde 2017, a partir do qual tem permissão para a emissão de apólices de seguro:

- Seguro de Vida com cobertura para Morte, Invalidez Total e Permanente, assim como Perda Involuntária de Emprego.

FIDELIDADE

A Fidelidade tem acordo com o First Capital Bank desde Janeiro 2019 para emissão de apólices de:

- Seguro Multirrisco Habitação;
- Seguro para Imóveis;
- Seguro Automóvel;
- Seguro para Máquinas de Casco e outros equipamentos, com cobertura para todos os riscos;
- Seguro de Vida com cobertura para Morte, Invalidez Total e Permanente;
- Seguro de Acidentes de Trabalho para Empregados Domésticos;
- Seguro de Mercadorias Transportadas;
- Seguro de Viagem a nível nacional e Internacional e;
- Seguro de Funeral.

A Fidelidade oferece ainda aos colaboradores do Banco descontos no prémio dos seus seguros.



O First Capital Bank, conta com parcerias que consistem em autorizações para a venda dos produtos das seguradoras no Banco, através da nossa rede comercial e balcões.

01 DE JULHO DE 2020

CELEBRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

No mês de Junho, o Banco encerrou o semestre com diversas conquistas e com resultados animadores tendo em conta o ambiente económico adverso onde se encontra. Para celebrar esta jornada, o Banco organizou, no dia 1 de Julho, um *cocktail* que contou com a participação do seu quadro directivo. O Administrador Delegado aproveitou a ocasião para felicitar a equipa pelo resultado líquido do primeiro semestre do ano que ultrapassou os 34 milhões de Meticals.



8 DE JANEIRO DE 2021

INAUGURAÇÃO DA NOVA TESOURARIA CENTRAL

No dia 8 de Janeiro de 2021, o First Capital Bank inaugurou a sua nova Tesouraria Central. A Cerimónia foi presidida pelo Administrador Delegado, Tiago Contente, acompanhado pelo Director Operacional do Banco.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

BOLSAS DE ESTUDO

O First Capital Bank compromete-se em apoiar as comunidades e associa-se à valorização e desenvolvimento contínuo do seu capital humano. Assim sendo, tem em vigor um programa de Bolsas de Estudo para colaboradores do Banco.

Os beneficiários da Bolsa de Estudo são seleccionados segundo um processo de averiguação dos seus objectivos e interesses, com o valor acrescentado que trarão para o Banco. Observadas as suas capacidades e compromisso para com o seu próprio crescimento no Banco e desenvolvimento de carreira, o Banco potencia essas capacidades nos indivíduos interessados, contribuindo para a formação dos seus colaboradores.

PROGRAMA DE ESTÁGIOS

Porque o First Capital Bank ACREDITA que o conhecimento é a maior dívida do capital humano, este proporciona formação, aprendizagem e possibilidade de integração a jovens interessados, no sector bancário e com potencial para o efeito.

Deste modo e em prol da identificação de talentos, o nosso Departamento de Recursos Humanos, juntamente com os Directores dos diferentes Departamentos interessados na integração de novos talentos na sua equipa, através de um Processo de Recrutamento e Selecção transparente e não discriminatório, selecciona candidatos motivados e com vontade de aprender e contribuir com os seus conhecimentos adquiridos.

O Programa de Estágio Profissional consiste na possibilidade de estágio ou neste caso formação *on-the-job* nas mais variadas áreas e actividades específicas do Banco pelo período máximo de 18 meses, sob forma remunerada e com possibilidade de integração nos quadros do Banco quando do seu término, mediante o seu desempenho.

Através do Programa de Estágio Profissional do Banco, os jovens obtêm a oportunidade de adquirir experiência, formação e competências genéricas e técnicas imprescindíveis à actividade da Banca.

Esta iniciativa, em vigor desde 2015, promete continuar a formar e captar talentos para o mercado de trabalho.

Acreditamos que valorizar, contribuir para um bem comunitário e oferecer oportunidades de desenvolvimento, são um dos melhores meios para apoiar a comunidade.



**2015 a 2020
foram acolhidos
85 estagiários**

Em 2019 fui referenciada para participar no Programa de Estágio do First Capital Bank e durante os 10 meses de estágio que aqui estive, tive uma experiência agradável. Foi um processo de aprendizagem que me permitiu não só trocar conhecimentos como também ideias e experiências diversas.

Graças ao estágio pude conhecer áreas como o Risco e Compliance, Operações (inclusive os balcões) e Reportes financeiros, o que me possibilitou garantir um trabalho de qualidade e eficácia.

Hoje, sou Assistente de Contabilidade e a minha maior responsabilidade continua a ser garantir um trabalho de qualidade e eficaz. Estar no First Capital Bank significa estar rodeada de oportunidades e ter a possibilidade de aproveitá-las. O facto

de ter passado por vários departamentos e poder verificar a forma de trabalhar dos vários colegas contribuiu para a minha evolução, não só a nível profissional, como também pessoal.

Aqui, valorizo o programa de crescimento que os colegas e gestores proporcionam a profissionais novos na área da Banca. O que me faz escolher o First Capital Bank até então são as oportunidades de crescimento e o apoio mútuo. Por se tratar de um Banco ainda em constante expansão e crescimento, existe maior valorização dos colaboradores.

MELANIE LATIIFE - Assistente de Contabilidade

Participante do Programa de Estágios do First Capital Bank em 2019, actual colaboradora

Porque o First Capital Bank mantém como um dos seus principais valores a cidadania, constitui uma das prioridades do Banco servir as comunidades onde se integra e levar o sentimento de união e esperança aos que o rodeiam. Porque ACREDITAMOS que todos os gestos fazem a diferença.

01 DE JUNHO DE 2020

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Alusivo a celebração do Dia Mundial da Criança, o First Capital Bank S.A. efectuou uma doação de produtos de primeira necessidade às crianças do infantário da Matola.

O evento teve lugar no infantário da Matola, na manhã do dia 1 de Junho e contou com a presença de trabalhadores, incluindo altos quadros do Banco.

Dentre os bens oferecidos, destacam-se produtos alimentares, material didáctico, brinquedos, entre outros estimados em cerca de 100.000,00 Meticais. Estes bens contribuirão para aliviar parte das necessidades das cerca de 100 crianças que vivem naquele infantário.



01 DE AGOSTO DE 2020

ACÇÃO SOCIAL NO BAIRRO DE MAPULANGO, DISTRITO DE MARRACUENE

No dia 1 de Agosto, a Associação Cultural Indiana em parceria com o First Capital Bank e outros, efectuaram a reabilitação de 3 furos de água no Distrito de Marracuene.

Este evento contou com a participação de Sua Excelência o Alto Comissário da Índia em Moçambique, Rajeev Kumar, Sua Excelência o Administrador de Marracuene, Shafee Ismail Sidat, membros da comunidade local, representantes de ambas instituições e moradores do bairro Mapulango.



OS PRÓXIMOS ANOS

Somos um Banco que prioriza a satisfação das necessidades de cada cliente individualmente.

Para melhor servirmos os nossos clientes, vamos continuar a apostar na proximidade dos nossos serviços, através da expansão da nossa rede de agências para duas novas regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento económico-social das mesmas.

Os objectivos do Banco para 2021 têm foco na captação de depósitos e aumento da carteira de crédito com o mesmo apetite de risco que o Banco verifica no momento. Estas metas têm portanto como base o aumento do número de clientes e crescimento do *share-wallet* dos clientes actuais. Para isto, o Banco mantém como principais *drivers* da sua actividade a notoriedade da marca, o aumento da rentabilidade da Banca de Retalho, o aumento da rentabilidade e eficiência ao nível dos clientes *corporate* e o estabelecimento de parcerias-chave que alavancam os *drivers* mencionados anteriormente.

- **Aumento da notoriedade da marca.** O Banco visa intensificar a sua participação na realização de acções de Responsabilidade Social, patrocínio de eventos-chave e campanhas de marketing. Paralelamente, o Banco planeia dar continuidade à expansão geográfica da sua rede de agências para diferentes províncias de Moçambique.
- Tornar o **Negócio da Banca para particulares/de retalho mais rentável**, nomeadamente através de um aumento das funcionalidades disponíveis, introdução de cartões de débito e crédito EMV *compliant*, e de uma renovada plataforma de *“homebanking”*. De forma a fomentar a banca de retalho, o First Capital Bank começou a oferecer uma nova linha de serviços para retalho em 2020, o *Payroll Lending*.
- Aumento da **rentabilidade e eficiência do Negócio da Banca corporate**, através da atracção de novos clientes aliada ao aumento da *share wallet* dos actuais clientes.
- Atracção e retenção de clientes, que será alcançada através da **melhoria da qualidade do serviço ao cliente**.
- Estabelecer **parcerias-chave**, visando o alcance de vantagens competitivas associadas ao lançamento de produtos e serviços inovadores.

2020

- Lançamento do Crédito ao Funcionário Público
- Formação de Gestão sénior em liderança e trabalho de equipa



PLANO DE EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO FIRST CAPITAL BANK EM MOÇAMBIQUE

 Presente em 2021

 Presente em 2022

2021

- Lançamento de cartões Visa
- Lançamento de obrigações de dívida subordinada
- Abertura de agência na Beira
- Lançamento da funcionalidade *host-to-host* (H2H)
- Abertura de agência em Ribaué – província de Nampula





CORPORATE GOVERNANCE

44 ESTRUTURA ACCIONISTA

45 ÓRGÃOS SOCIAIS

49 COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

51 COMITÉS DE GESTÃO

52 ESTRUTURA ORGÂNICA

54 PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA



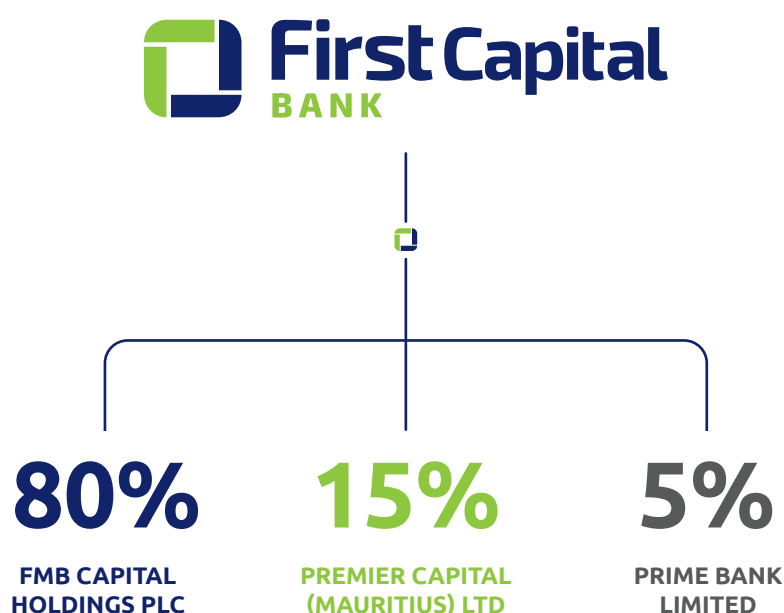
ESTRUTURA ACCIONISTA

Actualmente, o capital social do Banco ascende de MZN 1.700.000.000,00 (1 bilião, setecentos milhões de meticaís) integralmente subscrito e realizado em dinheiro. O Banco totaliza 1.700.000 (um milhão, setecentas mil) acções repartidas por três accionistas, nomeadamente o FMB Capital Holdings PLC, Premier Capital (Mauritius) LTD e o Prime Bank Limited, com 80%, 15% e 5% de participação, respectivamente.

Os accionistas continuam a acreditar no potencial do sistema bancário em Moçambique e na solidez e rentabilidade do First Capital Bank em Moçambique, realizaram um novo aumento de capital em 2020 de 185 milhões de meticaís (o equivalente a mais de 2,5 milhões de dólares norte-americanos).

Em 2018 o capital social do Banco totalizava MZN 869.415.000,00 (oitocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e quinze mil meticaís). Durante 2019, os accionistas continuaram a acreditar no potencial de Moçambique e do Banco e reforçaram o seu investimento através de dois aumentos de capital social de, nomeadamente, MZN 270.585.000,00 e MZN 375.000.000,00, o que corresponde a um aumento total de 74% relativamente ao ano anterior. Em 2020 o capital social foi aumentado em mais MZN 185 milhões de forma a cumprir com o estipulado pelo Banco de Moçambique e deter um capital social de MZN 1.700.000.000.

ESTRUTURA ACCIONISTA DO BANCO EM 2020



ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

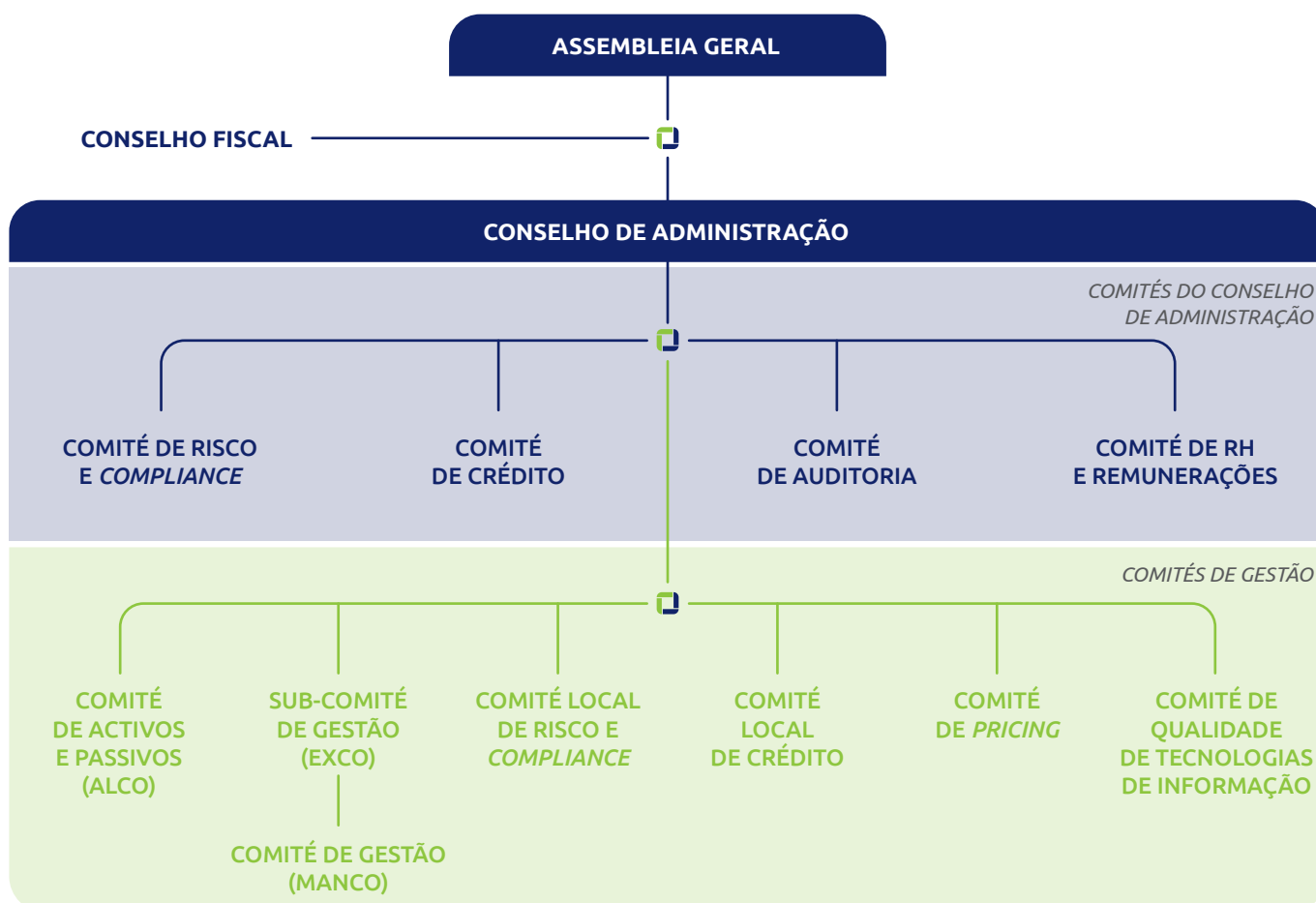
A implementação bem sucedida da estratégia de crescimento sustentável do Banco é possível devido a um Conselho de Administração experiente e eficiente. O First Capital Bank é liderado por um Conselho de Administração que compreende administradores executivos e não executivos, especialistas em diferentes áreas essenciais à actividade bancária, com competências e conhecimentos chave para levar a cabo a sua responsabilidade final de administração e supervisão geral da organização.

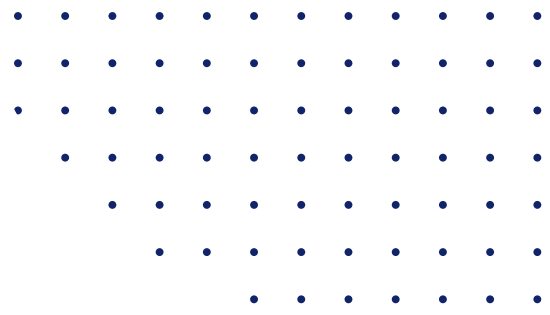
O Banco opera dentro de uma estrutura de governação claramente definida, que prevê delegação de autoridades através de linhas transparentes de responsabilidade.

Os administradores, supervisionados pelo Conselho Fiscal, são suportados por uma linha de Comités que garantem a conformidade, supervisionam, monitorizam, aconselham e regulam a gestão. Esses comités orientam as decisões dos Comités de Gestão que gerem a actividade de forma mais próxima, integrada e regular, e garantem a fluidez do negócio e da actividade geral do Banco.

A estrutura de governação do Banco vai sofrendo alterações de forma a acompanhar o crescimento do mesmo em termos de equipa e operações, de modo a manter-se eficiente e garantir linhas de reporte claras e um curto espaço de tempo entre a tomada de decisão e a sua operacionalização real.

O Banco conta com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria das suas demonstrações financeiras individuais, cuja nomeação é deliberada em Assembleia Geral de accionistas.





MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Órgão supremo da sociedade. Reúne-se com uma periodicidade média anual e detém em si, essencialmente as seguintes competências:

- Deliberar sobre o balanço, o relatório do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal referentes ao exercício;
- Aprovar as contas do exercício;
- Deliberar sobre a aplicação de resultados.



HITESH ANADKAT

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho de Administração

Hitesh Anadkat detém um MBA pela Universidade de Cornell e uma Licenciatura em Economia pela Universidade de Londres. Antes de regressar ao Malawi para fundar o First Merchant Bank, trabalhou numa empresa financeira nos EUA, tendo-se especializado em fusões, aquisições e avaliações. Foi administrador em quatro bancos comerciais e em diversos sectores da economia do Malawi, principalmente na área das telecomunicações, indústria e imobiliário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão executivo que exerce os mais amplos poderes de gestão do Banco, representa o Banco activa ou passivamente, em juízo ou fora dele, e executa tarefas que visam a realização do objecto social.

O Conselho de Administração do Banco reúne-se com uma periodicidade trimestral para deliberar sobre os mais variados assuntos.

Na Assembleia Geral realizada em Março de 2019, foi aprovado o mandato e composição do Conselho de Administração para o período 2019-2022.



TIAGO CONTENTE

Administrador Delegado

Tiago Contente tem uma licenciatura em Economia pelo ISCTE, em Portugal, e participou em cursos de Executive Education na Universidade de Wharton ("The Wharton School"). Com mais de 20 anos de experiência em serviços financeiros, foi *Chief Financial Officer* no Standard Bank Angola, previamente ao seu ingresso no First Capital Bank. Colaborou ainda com a Deloitte durante um período de 10 anos.



JOSÉ MANUEL CALDEIRA

Administrador Não Executivo Independente

Membro fundador da Ordem dos Advogados de Moçambique. Membro do Conselho Científico da Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos (ANJUR). Cônsul honorário da Islândia em Maputo. Responsável por serviços de consultoria jurídica em várias áreas, incluindo assessoria jurídica ao Governo Moçambicano. Tem uma vasta experiência na reforma institucional do sector público moçambicano, incluindo o sector jurídico e outras instituições.



BANTWAL PRABHU

Administrador Não Executivo Independente

Membro fundador do Conselho Empresarial Indiano e da Associação Cultural Indiana. Ele é graduado em Comércio pela Mysore University, Índia. Concluiu o Exame Intermediário do Instituto Indiano de Revisores Oficiais de Contas da Índia e é auditor certificado registado na OCAM (Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique). Bantwal trabalhou na Grant Thornton Moçambique como sócio-gerente por 10 anos e tem mais de 30 anos de experiência em contabilidade e auditoria.



CARLA MARINA DOS ANJOS TIMOTEO BECK

Administradora Não Executiva Independente

Detém uma licenciatura em Economia, e um mestrado em Estudos Internacionais. Iniciou a sua carreira bancária em 1986 no Banco de Cabo Verde. Em 1995 foi no Banco de Moçambique, onde assumiu sucessivamente cargos de gestão e de direcção em diversas áreas, com destaque para a Supervisão Bancária, Licenciamento Cambial, Cooperação Internacional, Gestão de Reservas Internacionais e Operações Bancárias. Foi membro do Comité de Gestão das Reservas Internacionais.



CARLOS MANUEL LOPES HENRIQUES

Administrador Não Executivo Independente

Bacharel em ciências veterinárias, participou num Programa Executivo Avançado da School of Business Leadership da UNISA. Foi membro do Conselho de várias grandes empresas comerciais em Moçambique, como LONRHO e MOZFOODS, onde também foi CEO. Fundador e ex-presidente da Associação do Algodão de Moçambique, ex-presidente da ACIS, a maior associação empresarial do país e membro do comité de gestão do CTA, a Confederação de Câmaras de Comércio de Moçambique.



VIJAY KANTARIA

Administrador Não Executivo

Graduado da Universidade de Nottingham, Reino Unido, e um mestrado em Administração de Empresas da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul. Iniciou sua carreira na Merrill Lynch International, no Reino Unido. Em 2008, ingressou na Renaissance Capital, em Nairobi, Quênia, como Associado Sénior. Em 2010, ingressou na Old Mutual Kenya como Director Geral, Chefe de Private Wealth e Stock Broker. Actualmente, ocupa o cargo de Director de Desenvolvimento de Negócios no Prime Bank Ltd., Quênia, onde é responsável pela liderança e gestão geral da estratégia de Marketing e Desenvolvimento de Negócios do Banco.



ANTÓNIO DE SOUSA

Administrador Não Executivo Independente

Licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade Eduardo Mondlane, trabalhou na área das Telecomunicações durante 35 anos onde ocupou vários cargos em empresas nacionais, nomeadamente Membro Executivo do Conselho de Administração e CMO (*Chief Marketing Officer*) e CIO (*Chief Information Officer*) da TDM - Telecomunicações de Moçambique, Membro Executivo do Conselho de Administração e COO (*Chief Operation Officer*) da Mcel - Moçambique Celular e Director Geral da Teledata. É membro da Ordem dos Engenheiros de Moçambique, ex-Presidente do Pelouro da Política Laboral da CTA (Confederação das Associações Privadas em Moçambique) e Presidente da Associação de Insolvência de Moçambique - AMAIN.



PRESENCAS NAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membro/Data	03 Março	29 Maio	11 Setembro	04 Dezembro
Hitesh Anadkat	✓	✓	✓	✓
Tiago Contente	✓	✓	✓	✓
Carla Timoteo	✓	✓	✓	✓
Carlos Henriques	✓	✓	✓	✓
Dheeraj Dikshit*	✓	✓	✓	-
José Caldeira	✓	✓	✓	✓
Bantwal Prabhu	✓	-	✓	✓
António Sousa	-	-	✓	✓
Vijay Kantaria	✓	✓	✓	✓

* Rescisão em Outubro de 2020.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual compete a fiscalização da actividade do Conselho de Administração no âmbito da gestão dos negócios da sociedade e tem os seguintes objectivos:

- Fiscalizar os actos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Examinar e opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;
- Analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações contabilísticas elaboradas pela sociedade.

ÓRGÃOS

- **Andreia Monteiro Durão** – Presidente do Conselho Fiscal;
- **Carlos Costa** – Vogal;
- **João Rodrigues** – Suplente.

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE RISCO E COMPLIANCE

O Comité de Risco e *Compliance* é um subcomité do Conselho de Administração com três membros, que se reúne trimestralmente, tendo como principais objectivos:

- Supervisionar a estrutura de governação do risco do Banco;
- Supervisionar a tolerância ao risco do Banco, identificando potenciais riscos e volatilidade do Banco perante a sua exposição;
- Assistir o Conselho de Administração em matérias de estratégia e políticas de gestão de risco, gestão de risco de capital, liquidez, crédito e mercado – planeamento de acções de melhoria e mitigação dos riscos identificados, desenvolvimento de sistemas de controlo interno, desenvolvimento de políticas e procedimentos para monitorização dos riscos e, supervisão prudencial;
- Fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos.

Em 2020, este comité realizou-se quatro vezes, com os seguintes presentes:

Função	Membro	N.º da sessão			
		1.ª reunião	2.ª reunião	3.ª reunião	4.ª sessão
Presidente	Carla Timoteo	✓	-	✓	✓
Vogal	Dheeraj Dikshit*	-	✓	✓	-
Vogal	Carlos Henriques	✓	✓	✓	✓

* Rescisão em Outubro de 2020.

COMITÉ DE CRÉDITO

O Comité de Crédito é um subcomité do Conselho de Administração (CA), que reporta directamente a este. É composto por três (3) membros, que se reúnem de forma trimestral, com a responsabilidade de apoiar o CA no cumprimento das suas atribuições de modo a garantir que as transações de crédito são executadas de acordo com as políticas internas e normas regulamentares vigentes em Moçambique.

Este comité tem a responsabilidade global de avaliar a qualidade da carteira de crédito (incluindo créditos financeiros, créditos por assinatura, colaterais, etc.).

As suas responsabilidades específicas incluem:

- Ratificação dos termos e condições de todas as facilidades de crédito aprovadas pela gestão executiva;
- Aprovação de todas as facilidades de crédito acima dos limites de decisão da gestão executiva;
- Acompanhamento dos créditos irregulares e acções de recuperação dos créditos com incumprimento;
- Decisão de níveis apropriados de provisionamento da carteira quando necessário.

Em 2020, este comité realizou-se quatro vezes, com os seguintes membros do Conselho de Administração presentes:

Função	Membro	N.º da sessão			
		1.ª reunião	2.ª reunião	3.ª reunião	4.ª sessão
Presidente	Carlos Henriques	✓	✓	✓	✓
Vogal	Dheeraj Dikshit*	✓	✓	✓	-

* Rescisão em Outubro de 2020.

COMITÉ DE AUDITORIA

O Comité de Auditoria é um subcomité do Conselho de Administração, com três membros, que se reúnem trimestralmente, com a responsabilidade que se centra em apoiar o CA no cumprimento das seguintes tarefas:

- Garantir a integridade das demonstrações financeiras;
- Conformidade do Banco com requisitos regulamentares;
- Sistema de controlo interno do Banco de forma a gerir os riscos inerentes às operações do Banco;
- Desempenho da Auditoria externa e interna.

Em 2020, este comité realizou-se quatro vezes, com os seguintes presentes:

Função	Membro	N.º da sessão			
		1.ª reunião	2.ª reunião	3.ª reunião	4.ª sessão
Presidente	Bantwal Prabhu	✓	✓	✓	✓
Vogal	José Caldeira	✓	✓	✓	✓
Vogal	Vijay Kantaria	✓	-	✓	✓

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES E DE RECURSOS HUMANOS

Este comité é um subcomité do Conselho de Administração, que se reúne de quatro em quatro meses, com a responsabilidade de nomear as pessoas para os cargos de direcção e aprovar as condições de remuneração. O comité também aprova todas as políticas e estratégias de gestão de recursos humanos.

Este Comité, formalizado em 2019, teve a sua primeira reunião em Fevereiro de 2020. A sua composição é a seguinte:

- **Hitesh Anadkat** – Presidente
- **Tiago Contente** – Vogal
- **José Caldeira** – Vogal

Em 2020, este comité realizou-se a 25 de Fevereiro, com os seguintes presentes:

Função	Membro	N.º da sessão
		1.ª sessão
Presidente	Hitesh Anadkat	
Vogal	Tiago Contente	
Vogal	José Caldeira	

COMITÉS DE GESTÃO

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALCO)

O comité reúne-se com periodicidade mensal, e reporta directamente ao Administrador Delegado. O principal objectivo do ALCO é avaliar o equilíbrio de balanço em termos de perfil de maturidade, custo de *funding* e exposição ao risco de liquidez.

O ALCO procura gerir os riscos de forma a minimizar a volatilidade da margem financeira e protecção do valor económico do Banco a longo prazo. O comité também monitora a adequação de capital do Banco.

As principais responsabilidades do ALCO incluem:

- Definir linhas de orientação para definir o preçário de activos e passivos;
- Estabelecer limites de liquidez, risco de taxa de câmbio e taxa de juro;
- Desenvolver um plano de contingência para responder a cenários de crise de liquidez (*funding*).

COMITÉ DE GESTÃO (MANCO)

O comité reúne-se com periodicidade mensal, e reporta directamente ao Administrador Delegado. O comité de gestão tem a função de acompanhar a evolução de toda a actividade do Banco, principais constrangimentos, desafios e oportunidades, actuando como um fórum importante na gestão dos assuntos da actividade da instituição.

COMITÉ LOCAL DE RISCO E COMPLIANCE

O comité reúne-se com periodicidade mensal e reporta directamente ao Administrador Delegado. O comité de risco tem como principais funções:

- Identificar, avaliar, mensurar e reportar os riscos da instituição (risco de crédito, risco operacional, *compliance*, reputação e outros riscos);
- Rever a gestão estratégica de risco do Banco.

COMITÉ LOCAL DE CRÉDITO

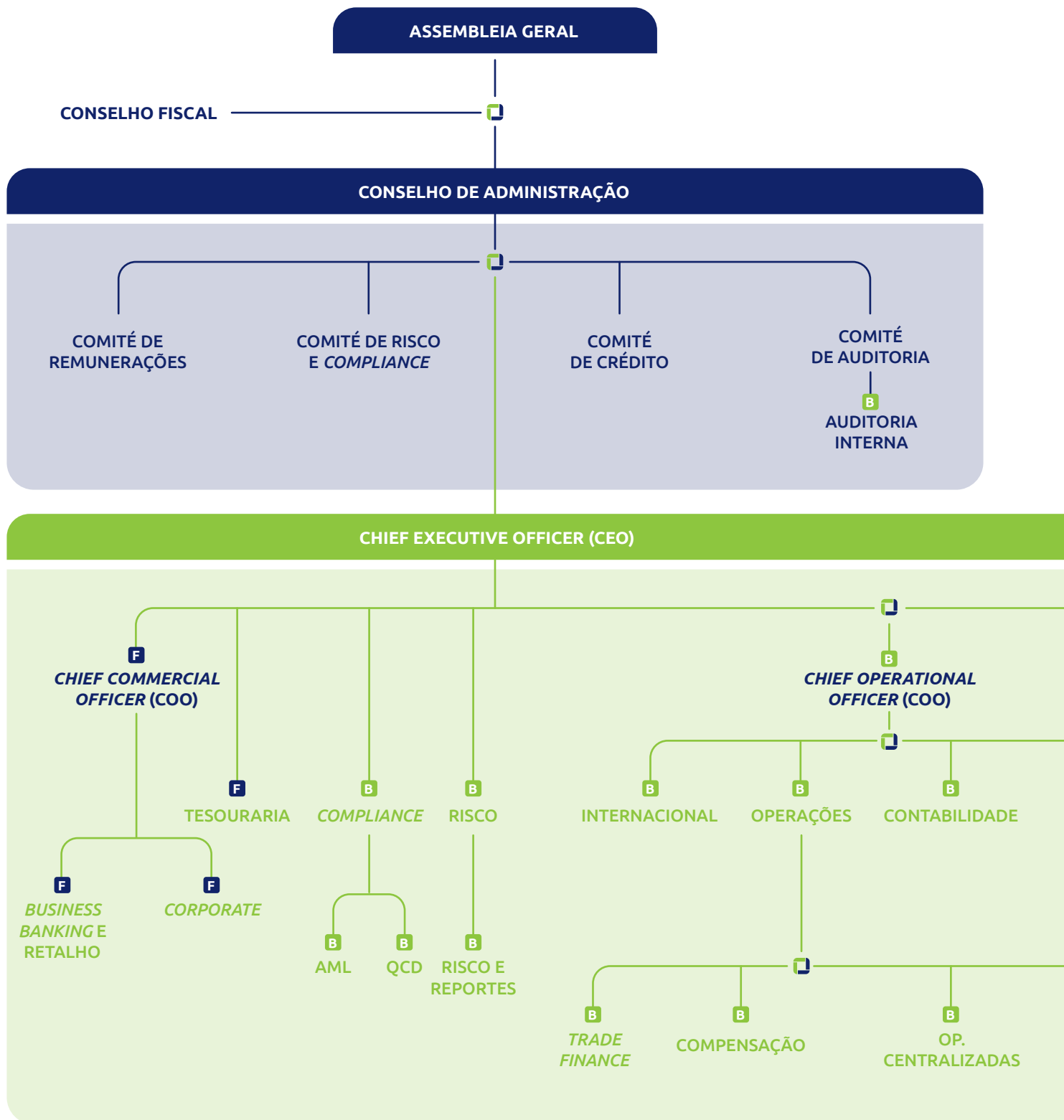
Este comité reúne-se com periodicidade semanal e reporta ao Administrador Delegado. O Comité de Crédito tem a função de acompanhar a evolução de toda a carteira do Banco, principais constrangimentos, desafios e oportunidades e análise das propostas de crédito submetidas para aprovação.

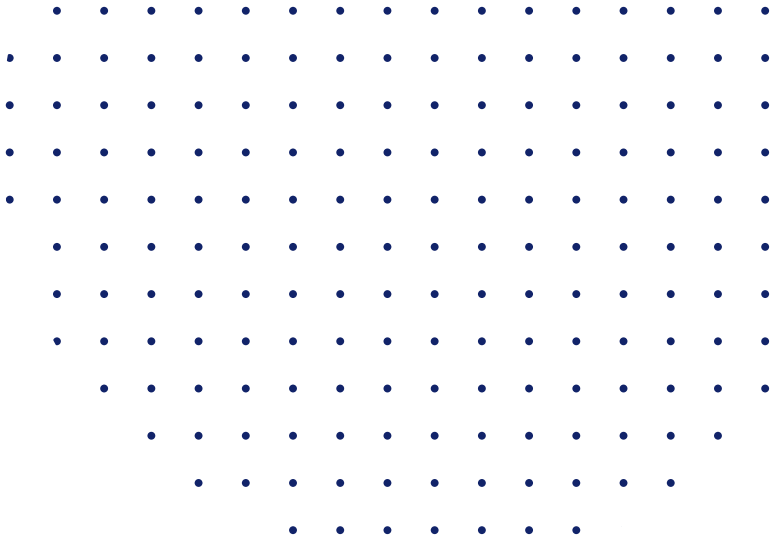
COMITÉ DE PRICING

Este comité reúne-se com periodicidade trimestral e reporta ao Administrador Delegado. O Comité de *Pricing* tem a função de acompanhar as novas tendências no Mercado, bem como garantir que o preçário do Banco é aplicado em consonância com a estratégia do Banco.

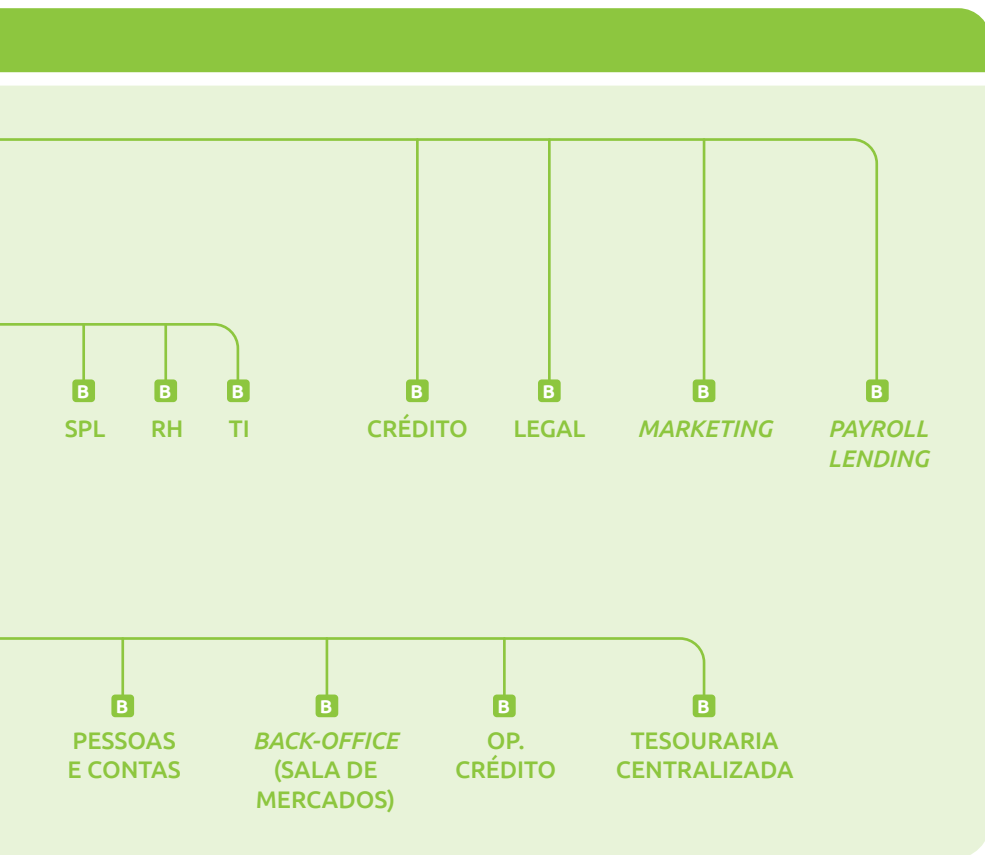
Inclui ainda uma componente para aprovação de novos produtos bem como de garantir que toda a regulamentação sobre preçário é devidamente cumprida.

ESTRUTURA ORGÂNICA





A estrutura de governação do Banco vai sofrendo alterações de forma a acompanhar o crescimento do mesmo em termos de equipa e operações, de modo a manter-se eficiente e garantir linhas de reporte claras e um curto espaço de tempo entre a tomada de decisão e a sua operacionalização real.



- B** Função de *Back-office*
- F** Função de *Front-office*

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

SUMÁRIO

À luz das melhores práticas de Governança Corporativa e em conformidade com o seu mandato, o Comité de Auditoria, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, emite o presente parecer relativo ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2020 do First Capital Bank – Moçambique.

Ao longo do exercício económico de 2020, em conformidade com as directrizes do seu mandato, o Comité de Auditoria, reuniu-se trimestralmente, com a participação do seu Presidente e dos restantes membros do Comité, bem como do Director de Auditoria Interna do Grupo, da Directora de Auditoria Interna do First Capital Bank - Moçambique e outros membros da gestão. Adicionalmente, reportou, periodicamente, ao Conselho de Administração sobre as suas actividades e temas identificados pelos auditores internos e externos relacionados com a qualidade e fiabilidade das demonstrações financeiras, o cumprimento de requisitos legais e regulamentares e outras matérias com impacto ao nível do sistema de controlo interno do Banco.

A relação entre o Comité de Auditoria e a Directora de Auditoria Interna tem-se pautado pela transparência, independência e profissionalismo, colaborando a Directora de Auditoria Interna com o Comité de Auditoria sempre que solicitado.

ACTIVIDADES

Em cumprimento das suas responsabilidades, o Comité abordou as seguintes matérias durante o exercício económico de 2020

EM RELAÇÃO AOS AUDITORES EXTERNOS E À AUDITORIA EXTERNA

- Recomendou a nomeação dos auditores externos e a aprovação dos respectivos honorários;
- Reviu o âmbito e abordagem da auditoria externa e a sua coordenação com a função de Auditoria Interna;
- Reuniu com os auditores externos, discutindo as conclusões materialmente relevantes.

EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Reviu temas contabilísticos e de reporte com impacto ao nível das demonstrações financeiras;
- Reviu análises preparadas pela gestão e/ou pelos auditores externos relativamente aos princípios e estimativas utilizados na preparação e divulgação das demonstrações financeiras;
- Verificou que as demonstrações financeiras anuais se encontravam em conformidade com as normas de relato financeiro, com base na opinião dos auditores externos;
- Reviu as demonstrações financeiras auditadas e outra informação financeira e não financeira relevante antes da submissão ao Conselho de Administração.

EM RELAÇÃO À AUDITORIA INTERNA E AO CONTROLO INTERNO

- Aprovou o plano de Auditoria Interna e avaliou a independência, efectividade e desempenho da função de Auditoria Interna;
- Considerou os relatórios dos auditores internos e externos e as respectivas constatações relativamente à avaliação do Sistema de Controlo Interno do Banco;
- Efectuou o acompanhamento das constatações identificadas pela Auditoria Interna e do estágio de implementação das medidas correctivas com vista à sua resolução;
- Examinou a adequabilidade dos recursos disponíveis na função de Auditoria Interna para o cumprimento das responsabilidades definidas no seu mandato;
- Reviu e aprovou actualizações à metodologia global de Auditoria Interna, no âmbito da harmonização dos procedimentos ao nível do Grupo.

EM RELAÇÃO AOS REQUISITOS REGULAMENTARES E TEMAS DE COMPLIANCE

- Monitorizou o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares definidos pela Lei n.º 15/1999, de 01 de Novembro, das instituições financeiras, bem como pelos diferentes avisos emitidos pelo Banco de Moçambique e outra legislação aplicável à actividade bancária;
- Reviu os relatórios de auditoria interna e dos auditores externos no que diz respeito à conformidade e cumprimento com a legislação aplicável.

NOMES E QUALIFICAÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÉ

O Comité de Auditoria é actualmente composto pelos seguintes Administradores Não Executivos Independentes:

Bantwal S. Prabhu – de nacionalidade moçambicana. É Revisor Oficial de Contas com mais de 30 anos de experiência em auditoria e contabilidade. Actualmente é sócio e Director Geral da Aries Sercon, Lda. e Membro fundador do Conselho Empresarial Indiano e da Associação Cultural Indiana e auditor certificado pela OCAM (Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique). Trabalhou na Grant Thornton Moçambique como sócio-gerente por 10 anos. Detém uma licenciatura em Comércio pela Mysore University na Índia.

José Manuel Caldeira – de nacionalidade moçambicana é advogado de profissão. Membro fundador da Ordem dos Advogados de Moçambique, membro do Conselho Científico da Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos (ANJUR), cônsul honorário da Islândia em Maputo, sócio fundador da sociedade Sal e Caldeira Advogados, Lda e responsável por serviços de consulta jurídica em várias áreas, incluindo assessoria jurídica ao Governo Moçambicano. Tem vasta experiência na reforma institucional do sector público moçambicano, incluindo o sector jurídico e outras instituições.

Administrador Não Executivo Vijay Kantaria (ele não é independente) – de nacionalidade britânica. Ocupa o cargo de Administrador para o Desenvolvimento de Negócio, no Prime Bank, no Quénia, onde é responsável pela liderança global e gestão da estratégia de Marketing e Desenvolvimento de Negócios do banco. Detém uma licenciatura da Universidade de Nottingham, Reino Unido e um mestrado pela Universidade da Cidade do Cabo na África do Sul em Administração de Empresas.

NÚMERO DE REUNIÕES E ASSIDUIDADE

Durante o ano 2020, o Comité de Auditoria reuniu 4 vezes, contando com a participação dos respectivos membros, da Directora de Auditoria Interna, do Director de Auditoria Interna do Grupo, membros da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer, Chief Commercial Officer and Chief Operational Officer*), bem como dos directores das seguintes áreas, como convidados pontuais:

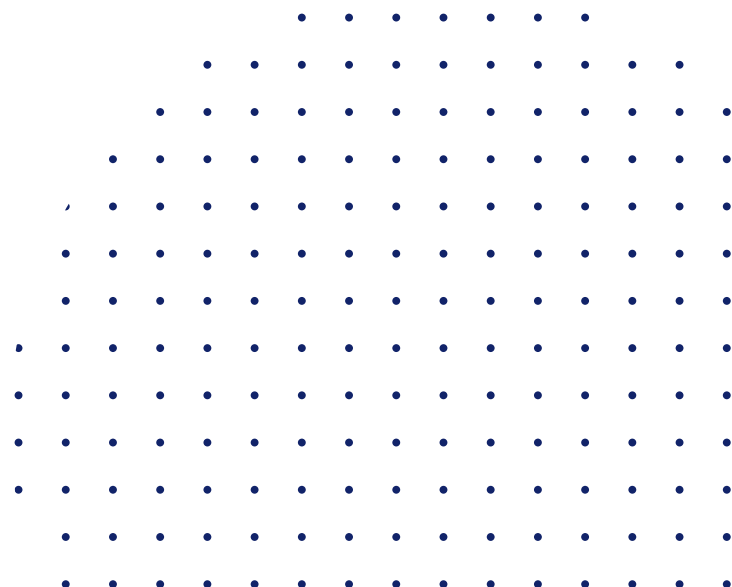
- Risco;
- *Compliance*;
- Operações;
- Mercados; e
- Tecnologias de Informação.

DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS SUAS RESPONSABILIDADES

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido com as suas obrigações legais e regulamentares, bem como as suas responsabilidades, nos termos definidos no mandato do Comité.

DECLARAÇÃO RELATIVA À RECOMENDAÇÃO OU NÃO DO RELATÓRIO ANUAL PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comité de Auditoria recomenda, para aprovação pelo Conselho de Administração, o relatório anual relativo ao exercício económico de 2020.



OPINIÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O First Capital Bank tem registado um crescimento significativo, tendo o balanço crescido cerca de 46.7% e o total de depósitos de clientes aumentado em 69.7%, verificando-se igualmente um incremento do resultado líquido em 88.4% em relação ao exercício económico de 2019. Este nível de crescimento contribuiu para que o Banco atingisse uma quota de mercado próxima de 1% em Dezembro de 2020, equivalente à 14.ª posição no sector financeiro Moçambicano.

A avaliação do sistema de controlo interno foi baseada no desempenho da auditoria externa e interna, que o Comité de Auditoria entende como adequado, efectivo e independente e que tem acompanhado o nível de crescimento do negócio do Banco, através do desenvolvimento de um sistema de controlo interno, baseado no risco e cada vez mais robusto ao nível dos controlos informáticos e de cibersegurança.

Em cumprimento ao plano de auditoria para 2020, foram realizadas 6 auditorias aos processos de negócio e áreas de suporte, das quais resultaram a identificação de 31 constatações, incluindo 14 classificadas com risco elevado, registando-se à data uma taxa de resolução de 70% das constatações identificadas no ano de 2020 e transitadas de anos anteriores, consubstanciada pelo esforço da gestão para implementar, de forma proactiva, as medidas correctivas com vista à mitigação dos riscos inerentes às situações identificadas. Adicionalmente, foi realizada uma auditoria aos sistemas de informação, em cumprimento do plano trianual de avaliação dos processos-chave do ambiente de controlo dos sistemas de informação, e testes de vulnerabilidade e avaliação da segurança informáticas dos sistemas do Banco, cujas constatações estão a ser objecto de acompanhamento por parte da gestão local com o suporte do Grupo. Ainda que sejam evidentes sinais positivos e a promoção de uma cultura de risco e controlo, existe ainda margem para melhoria, pelo que o Comité de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, e em particular à Comissão Executiva, que mantenha como prioridade a consolidação do sistema de controlo interno e da governação corporativa, mormente a implementação e revisão dos manuais, políticas e procedimentos e da adopção e disseminação de uma cultura de risco.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19 e pelas suas repercussões a nível económico e social, obrigando à adopção de medidas de prevenção e contenção à sua propagação. O First Capital Bank, na salvaguarda dos seus interesses, bem como do bem-estar dos seus colaboradores e clientes adoptou escrupulosamente as medidas de higienização e desinfeção impostas pelo Banco de Moçambique, e adoptou sistemas de trabalho remoto e em regime de rotatividade dos seus colaboradores, tendo a Auditoria Interna assegurado a monitorização das actividades desenvolvidas remotamente com o intuito de garantir o cumprimento dos princípios de segurança informática e verificar a observância dos procedimentos e controlos implementados.

Em resumo, o Comité de Auditoria tem tido um desempenho em conformidade com as suas responsabilidades legais, regulamentares e de governação tal como se encontra estabelecido no seu mandato.



O Comité de Auditoria tem tido um desempenho em conformidade com as suas responsabilidades legais, regulamentares e de governação tal como se encontra estabelecido no seu mandato.





ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

60 ECONOMIA MUNDIAL

62 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

64 ÁFRICA SUBSAARIANA

66 MOÇAMBIQUE

68 *COMMODITIES*





Estima-se que a economia global tenha contraído 4,3% em 2020 e espera-se uma expansão de 4% em 2021

Estima-se que a economia global tenha contraído 4,3% em 2020 e espera-se uma expansão de 4% em 2021, mas que se mantenha ainda mais de 5% abaixo das projecções pré-pandémicas. Após a recuperação inicial em meados de 2020, a recuperação económica global abrandou. A pandemia implicou custos substanciais em toda a região EMDE. Prevê-se um crescimento global moderado de 3,8% em 2022. Embora se preveja que todas as regiões cresçam em 2021, o ritmo da recuperação varia consideravelmente, com maior debilidade nos países que têm surtos maiores ou maior exposição a repercussões globais através do turismo e das exportações de matérias-primas industriais.

Enquanto a atividade e o comércio no setor de bens melhoraram, o setor de serviços permanece anêmico, com o turismo internacional, em particular, ainda deprimido.

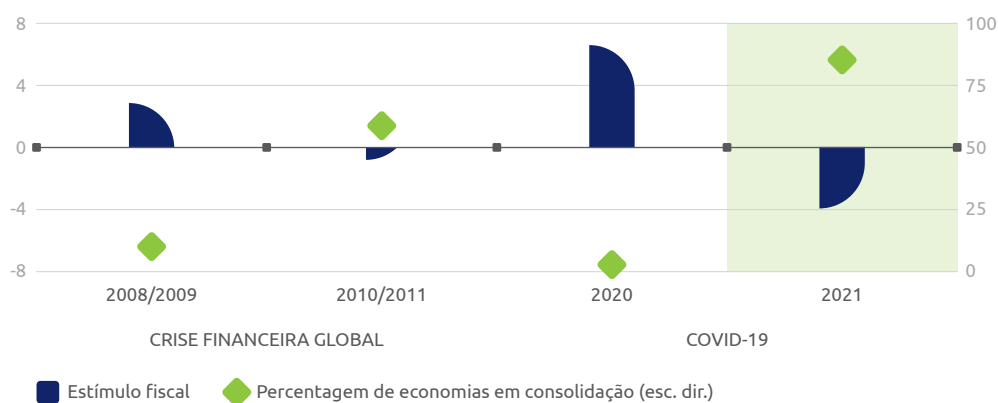
Prevê-se que o comércio global sofra uma contracção em 9,5% em 2020, comparável ao declínio durante a recessão global de 2009, mas afectando uma porção significativamente maior de economias - antes de crescer em média 5,1% em 2021-22.

O investimento, em particular, entrou em colapso em 2020 em muitas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, após uma década de fragilidade persistente. Espera-se que o crescimento do investimento seja retomado em 2021, mas, apesar de um aumento dos avanços na tecnologia digital, não acrescentar o suficiente para inverter o grande declínio de 2020.

O peso da dívida aumentou à medida que as empresas enfrentaram um período de vendas fortemente reduzidas e que os governos financiaram grandes pacotes de estímulos.

ESTÍMULOS FISCAIS GLOBAIS

Alteração de pontos percentuais (esquerda); Percentagem (direita)



Impulso fiscal definido como mudança do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em relação ao ano anterior. A diminuição do SPCA indica consolidação fiscal; o aumento no SPCA indica expansão fiscal. O impulso fiscal é agregado utilizando preços do PIB em dólares americanos a preços de 2010 e taxas de câmbio de mercado, enquanto a quota de economias em consolidação é a percentagem não ponderada de países com um impulso fiscal negativo. A amostra inclui 61 economias. A área sombreada indica previsões.

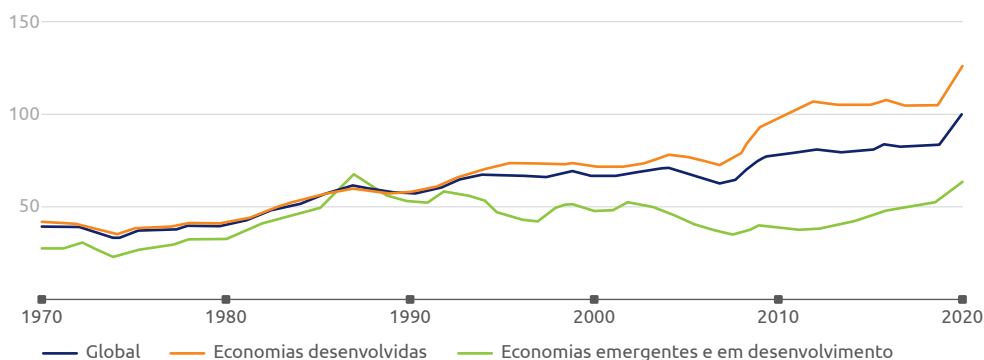
Fonte: Banco Mundial

O apoio fiscal desempenhou um papel significativo no amortecimento do choque económico. À medida que a crise diminui, os decisores políticos precisam de equilibrar os riscos de grandes e crescentes pesos de dívida com os riscos de abrandamento da economia através de uma consolidação fiscal prematura.

O FMI estima que as medidas de apoio fiscal dos governos na sequência da pandemia tenham totalizado 12% do PIB global.

Na maioria dos países, espera-se que grande parte do apoio fiscal concedido em 2020 seja retirado, pesando sobre o crescimento. Embora se espere que os défices diminuam em relação às previsões, isso contribuirá no entanto para o aumento da dívida, potencialmente plantando as sementes para problemas futuros.

DÍVIDA PÚBLICA (% PIB)

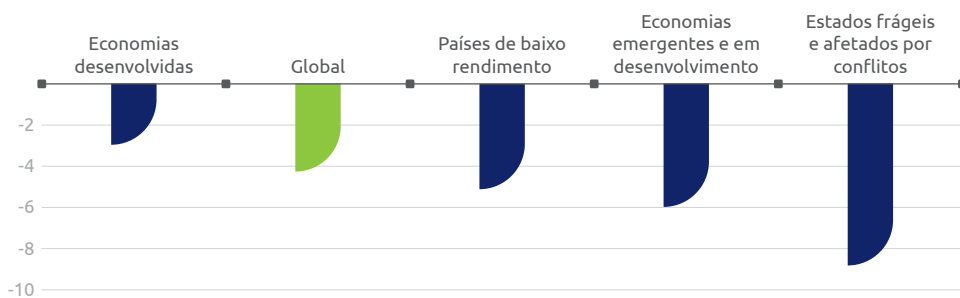


Fonte: Banco Mundial

Embora seja provável que a política monetária se mantenha geralmente acomodatória a curto prazo, ajudada por pressões inflacionistas moderadas e por expectativas de políticas monetárias expansionistas prolongadas nas economias avançadas, existe uma possibilidade crescente de que as pressões inflacionistas subjacentes comecem a aumentar em alguns países (nomeadamente nos EUA) para além deste ano, isto porque os decisores políticos podem tomar uma decisão consciente para permitir às economias "aquecer" e aceitar uma taxa de inflação moderadamente mais elevada como um preço que vale a pena pagar para atingir outras metas políticas. As compras de activos pelo Fed, BCE, BoJ e Banco de Inglaterra totalizaram 4,8 biliões de dólares em 2020 - o equivalente a mais de 5% do PIB global.

DESVIOS COM PROJEÇÕES PRÉ-PANDÉMICAS ATÉ 2022

Percentagem



Os números mostram as lacunas entre as projeções actuais e as previsões divulgadas na edição de Janeiro de 2020 do Relatório Perspectivas Económicas Globais.

Fonte: Banco Mundial

PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

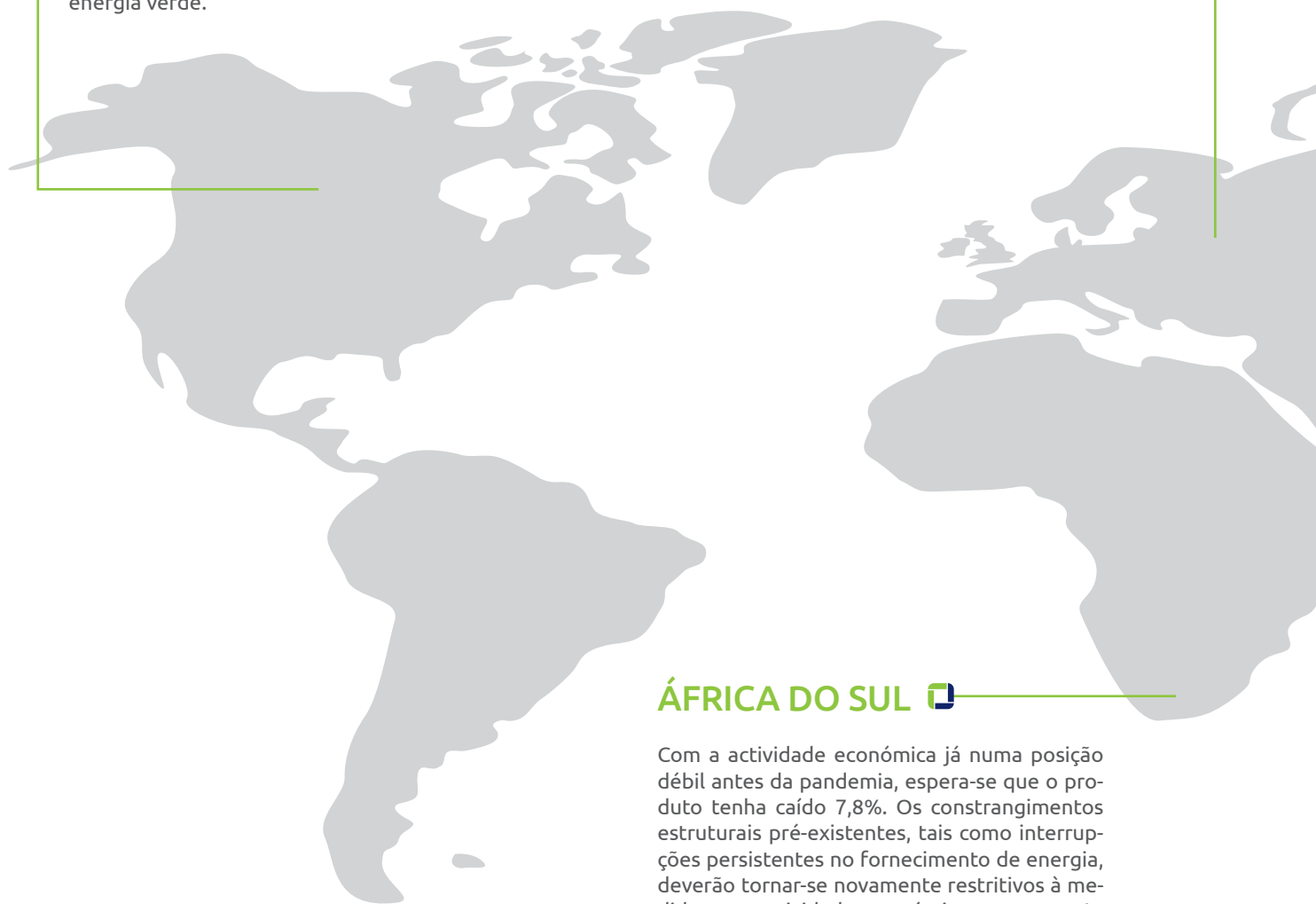
EUA

A quebra na actividade dos EUA no primeiro semestre de 2020 foi quase três vezes maior do que o pico de declínio durante a crise financeira global. Um apoio fiscal substancial aos rendimentos das famílias - que ultrapassou medidas semelhantes durante a crise financeira global - contribuiu para uma recuperação inicial robusta no terceiro trimestre de 2020, que foi subsequentemente eliminada por um amplo ressurgimento da pandemia. Apesar de uma expansão de 3,3% em 2022, prevê-se que o PIB permaneça 2,1% abaixo das tendências pré-pandémicas. O potencial para apoio fiscal adicional e uma melhor gestão da pandemia durante o horizonte de previsão poderá resultar em resultados de crescimento mais fortes do que o esperado.

O Presidente Biden procura "Reconstruir Melhor", o que implica um aumento significativo das despesas em infra-estruturas e energia verde.

ZONA EURO

Após uma contracção acentuada de 6,8% em 2020, prevê-se que o crescimento recupere para 3,6% em 2021, sustentado por uma melhor gestão da COVID-19, uma implementação inicial da vacina, e uma procura externa crescente, particularmente da China. Pacotes nacionais de apoio fiscal foram reforçados por subsídios da União Europeia aos países membros mais duramente atingidos, os quais deverão apoiar a actividade já em 2021.



ÁFRICA DO SUL

Com a actividade económica já numa posição débil antes da pandemia, espera-se que o produto tenha caído 7,8%. Os constrangimentos estruturais pré-existentes, tais como interrupções persistentes no fornecimento de energia, deverão tornar-se novamente restritivos à medida que a actividade económica recupera. As preocupações com a sustentabilidade da dívida podem exigir uma consolidação fiscal, a qual, se prematuramente implementada, é susceptível de suavizar ainda mais a recuperação.

ÍNDIA

Prevê-se que a produção caia 9,6% em 2020, reflectindo uma queda acentuada nas despesas das famílias e no investimento privado.

A pandemia atingiu a economia numa altura em que o crescimento já estava a desacelerar devido ao stress em empresas financeiras não bancárias. A pandemia afectou desproporcionadamente a actividade no sector dos serviços (principalmente em áreas urbanas, como o retalho), paralisou o consumo, e causou um desemprego significativo. A dívida pública deverá aumentar em 17 % do PIB, a qual deverá recuperar cerca de 5,4 % em 2021, uma vez que a recuperação a partir de uma base baixa é compensada por um crescimento moderado do investimento privado, dadas as debilidades do sector financeiro.

PIB MUNDIAL

2019	2020 e	2021 f	2022 f
2,3	-4,3	4,0	3,8

PIB EUA

2019	2020 e	2021 f	2022 f
2,2	-3,5	3,5	3,3

PIB ZONA EURO

2019	2020 e	2021 f	2022 f
1,3	-6,8	3,6	4,0

PIB CHINA

2019	2020 e	2021 f	2022 f
6,1	2,3	7,9	5,2

PIB ÍNDIA

2019	2020 e	2021 f	2022 f
4,2	-9,6	5,4	5,2

PIB ÁFRICA DO SUL

2019	2020 e	2021 f	2022 f
0,2	-7,8	3,3	1,7

Fonte: Banco Mundial

CHINA

O crescimento desacelerou para um ritmo estimado de 2,3% em 2020 - o mais baixo desde 1976. Durante a maior parte de 2020, o crescimento das importações ficou aquém em relação à recuperação das exportações, contribuindo para um aumento do excedente da balança de transacções correntes. O apoio da política fiscal, que inicialmente se centrou em proporcionar auxílio e impulsionar o investimento público, está a começar a moderar. Mesmo quando o PIB regressar ao seu nível pré-pandémico já em 2021, espera-se que, até 2022, esteja ainda cerca de 2% abaixo das suas projecções pré-pandémicas.

ÁFRICA SUB-SAHARIANA

Estima-se que a actividade na região tenha contraído 3,7 % em 2020, fazendo recuar o nível de vida em muitos países, em cerca uma década.

O maior impacto da COVID-19 na região está a ocorrer devido à incapacidade dos governos da África Sub-Sahariana de fornecer estímulos em vinte países. Até agora, o risco soberano de não pagamento propriamente dito apenas aumentou em dois países, nomeadamente na Zâmbia e no Gana. Seria de esperar novos aumentos no próximo trimestre, embora pareça excessivo falar de um tsunami da dívida. Um problema secundário que se aplica em toda a África Sub-Sahariana é que os detentores de obrigações e os credores ocidentais não querem oferecer concessões por si próprios por receio de que os recursos libertados sejam transferidos para a China.

A dívida pública na região aumentou substancialmente em 2020 para uma média estimada de 70% do PIB, -8% acima de 2019 - e espera-se que aumente ainda mais em 2021, elevando as preocupações sobre a sustentabilidade da dívida em algumas economias. Isto reflecte as expectativas de défices orçamentais persistentemente elevados, uma vez que as receitas fiscais permanecem abaixo dos níveis pré-pandémicos, enquanto as necessidades de saúde e as despesas relacionadas com pandemias continuam a ser elevadas.

PIB	2019	2020 e	2021 f	2022 f
África SSA	2,4	-3,7	2,7	3,3
SSA ex: Nig, Ang, As	3,9	-1,4	3,5	4,8
Moçambique	2,2	-1,3	2,8	4,4
Botsuana	3,0	-9,1	5,7	4,0
Malawi	4,4	1,3	3,3	4,9
Zâmbia	1,4	-4,5	1,9	3,4
Zimbabué	-8,1	-10,0	2,9	3,1

Fonte: Banco Mundial

Em países com grandes encargos da dívida em moeda estrangeira, a fuga de capitais em busca de segurança e as depreciações da moeda nacional que a acompanham representam um risco adicional.

Espera-se que o crescimento na região recupere apenas moderadamente para 2,7% em 2021. Enquanto se prevê que a recuperação do consumo privado e do investimento seja mais lenta do que anteriormente previsto, espera-se que o crescimento das exportações acelere em consonância com a recuperação da actividade económica entre os principais parceiros.

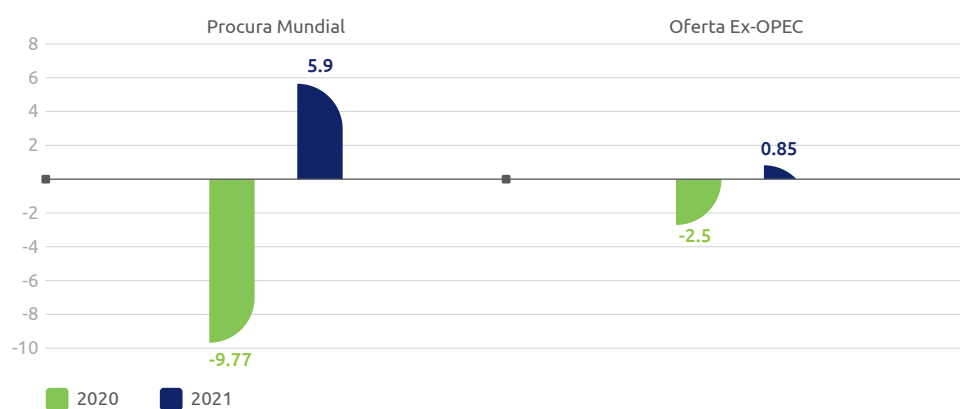
A perspectiva dos riscos pende para o lado negativo. Apesar das revisões em alta do ritmo previsto de recuperação na China, o crescimento nas principais economias e nos principais parceiros comerciais da região poderá ainda decepcionar, como tem sido recentemente o caso da zona euro e dos EUA.

A maioria dos preços das m/p recuperou a partir dos seus mínimos de meados de 2020, à medida que os estritos confinamentos foram gradualmente levantados e a procura se confirmou, especialmente na China; contudo, a recuperação dos preços do petróleo foi mais modesta no meio de preocupações com o impacto duradouro da pandemia na procura de petróleo, apesar dos cortes de produção da OPEP+ a 7,2MMbbls/d. No início de 2021, a Arábia Saudita anunciou que iria cortar unilateralmente a sua própria produção em mais 1MMbbls/d ao longo de Fevereiro e Março, o que significa que os preços do petróleo deverão permanecer bem apoiados.

Preço <i>Commodities</i>	Unid.	Médias Anuais			2020 Médias trimestrais	
		2018	2019	2020	Abr-Jun	Out-Dez
ENERGIA						
Petróleo Bruto-Brent	\$/bbl	71,1	64	42,3	31,4	44,5
Gás Natural, EUA	\$/mmbtu	3,16	2,57	2,01	1,7	2,44
Carvão, Austrália	\$/mt	107	77,9	60,8	54,4	68,6
METAIS						
Cobre	\$/mt	6 530	6 010	6 174	5 351	7 185
Alumínio	\$/mt	2 108	1 794	1 704	1 498	1 919
Minério de Ferro	\$/dmt	69,8	93,8	108,9	93,9	133,2
Ouro	\$/toz	1 269	1 392	1 770	1 710	1 875
AGRÍCOLAS						
Millho	\$/mt	164,4	170,1	165,5	146,3	192
Soja, Óleo	\$/mt	789	765	837	707	970
Trigo, EUA, SRW	\$/mt	203,9	211,3	227,7	210,7	248,1

Fontes: Banco Mundial

CRESCIMENTO DA PROCURA MUNDIAL DE PETRÓLEO E DA OFERTA EX-OPEC EM 2020-2021 (MB/D)



Fonte: OPEC

CRESCIMENTO ECONÓMICO

Prevê-se que a economia contraia 1,28% em 2020 devido às perturbações causadas pela COVID-19.

A economia Moçambicana recuou 2,4% no quarto trimestre de 2020, após um declínio de 1,1% no período de três meses anterior. Embora as perspectivas para 2021 continuem a ser negativamente afectadas pela Covid-19, os desafios de segurança, uma posição fiscal frágil e uma margem limitada para o apoio à política monetária, a melhoria da estabilidade macroeconómica juntamente com investimentos de gás natural liquefeito (GNL) deverão apoiar a recuperação económica a médio prazo. O Banco Mundial projecta que a economia cresça 2,8% em 2021 e 4,4% em 2022.

INFLAÇÃO

A taxa de inflação anual em Moçambique subiu pelo quarto mês consecutivo para 3,52% em Dezembro de 2020, o seu nível mais alto desde Fevereiro. A principal pressão adveio dos preços dos alimentos e bebidas não alcoólicas (8,03% vs 8,18% em Novembro), uma vez que a escalada da violência e o aumento da insegurança nas três províncias mais a norte de Moçambique, Cabo Delgado, Niassa e Nampula, estão a perturbar as actividades agrícolas e a causar graves carências alimentares. Mesmo que a inflação em 2021 provavelmente se mantenha modesta, numa média de 5,6%/ano, apoiada por uma procura agregada moderada, notamos um aumento dos riscos crescentes. A depreciação metical contínua traz riscos adicionais de inflação.



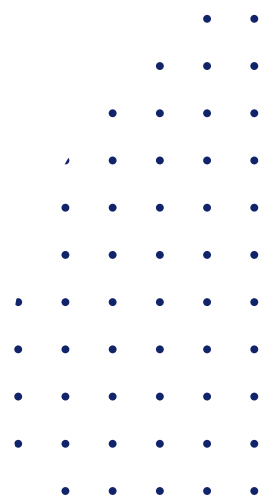
Espera-se que o Banco Central mantenha a flexibilidade das taxas de câmbio como instrumento para ajudar a proteger as reservas cambiais.

TAXA DE CÂMBIO

No final do ano, o USD/MZN fechou a 74,2, mais 21,85%/ano. Espera-se que o Banco Central mantenha a flexibilidade das taxas de câmbio como instrumento para ajudar a proteger as reservas cambiais. As reservas cambiais brutas mantiveram-se relativamente estáveis desde o final de 2019, com um saldo bruto próximo dos 3,9 mil milhões de dólares, o que representa quase 7 meses de cobertura de importações, excluindo as importações de grandes projectos.

POLÍTICA MONETÁRIA

Após cortar 250 bps em 2020 (150 em Abril e outros 100 em Junho), o Banco central de Moçambique aumentou a sua taxa de juro de referência MIMO em 300 bps para 13,25% durante a sua reunião de Janeiro de 2021, elevando os custos de financiamento para o nível mais alto desde Julho de 2019.

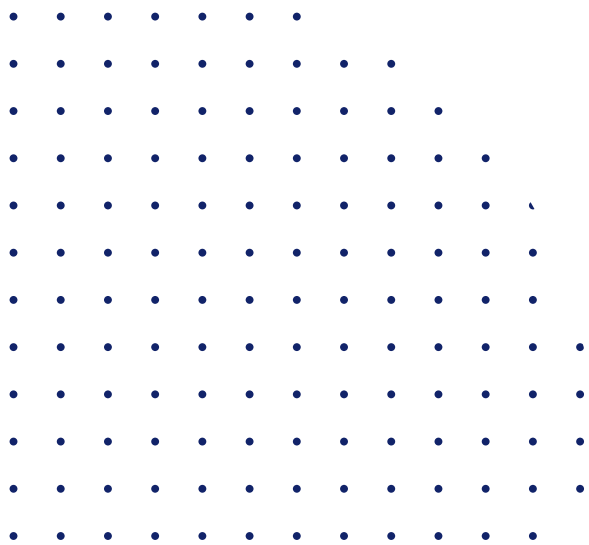


INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

Apesar de os promotores de projectos de gás natural liquefeito terem ficado sem liquidez devido ao colapso dos preços do petróleo e do gás, o que fez recuar os projectos de capital intensivo de GNL, atrasando as decisões de investimento de projectos em dois a três anos, espera-se que o investimento directo estrangeiro líquido atinja 17,9% do PIB em 2020, aumentando para 24,2% e 30,4% em 2021 e 2022, respectivamente, apoiados pelo desenvolvimento do GNL de Moçambique, que deverá entrar em produção em 2024, e do Coral, cujo desenvolvimento está no bom caminho e cuja produção deverá começar em 2022.

Moçambique Principais Indicadores	2017	2018	2019	2020 e	2021 f	2022 f
CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES	3,7	3,4	2,2	-1,3	2,8	4,4
Consumo privado	0,6	3,7	4	-1,1	4,3	8,1
Consumo governamental	3,2	-5,7	6,1	24,3	-9,3	1,6
Investimento bruto de capital fixo	-5,8	12,4	-8,1	117,7	2,2	32,4
Exportação Bens e Serviços	3,9	36,5	-5,5	-14,2	19,1	2,5
Importação Bens e serviços	-12,9	43,7	-2,5	43,6	2,8	18,9
INFLAÇÃO (IPC)	15,1	3,9	2,8	3,5	3,3	3,6
Bal. de transações correntes (% do PIB)	-19,9	-31,0	-20,4	-61,0	-72,0	-86,7
Inv. Directo Estrangeiro Líq. (% do PIB)	17,4	18,1	14,5	17,9	24,2	30,4
SALDO FISCAL (% DO PIB)	-3,6	-4,1	0,3	-6,9	-5,4	-3,5
Dívida (% do PIB)	106,6	110,1	108,4	120,4	122,0	116,7
Saldo primário (% do PIB)	-0,3	0,3	3,6	-3,5	-2,3	-0,5

Fonte: Banco Mundial



Tendo tido um fraco desempenho em 2020, espera-se que o preço do petróleo seja um dos principais beneficiários de um relançamento da actividade industrial e de transportes, em 2021, particularmente no segundo semestre do ano. No final de 2021, alguns analistas prevêem que o Brent atinja de US\$70 por barril.

Entretanto, os preços dos metais industriais irão acompanhar a tendência do estímulo fiscal chinês durante mais algum tempo, mas espera-se que os preços diminuam até ao final de 2021, à medida que os estímulos da China forem sendo retirados e o crescimento das exportações chinesas abrande.

Pelo contrário, prevê-se que o preço do ouro permaneça elevado, dado que é provável que as taxas reais dos EUA permaneçam baixas à medida que as expectativas de inflação aumentam.

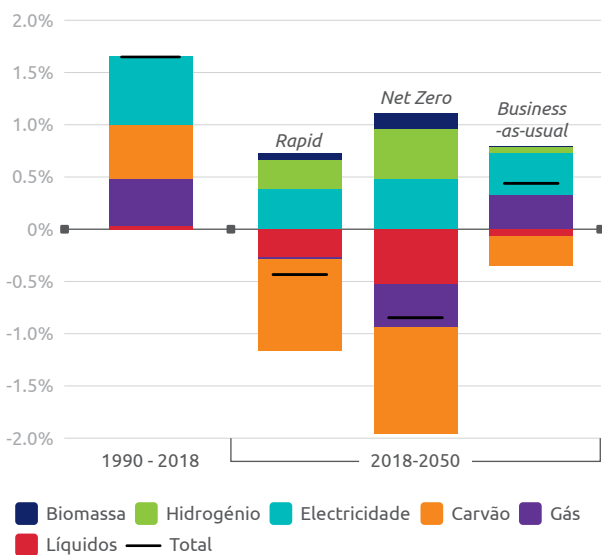
Em outros lugares, após um forte aumento no final de 2020, espera-se que os preços da maioria dos produtos agrícolas baixem até ao final de 2021 à medida que a oferta aumente.

Preço Commodities em 19 fevereiro 2021	Unid.	mar/2021	abr/2021	mai/2021	jun/2021
ENERGIA					
Petróleo Bruto-Brent	\$/bbl	59,01	59,04	58,8	58,4
Gás Natural, EUA	\$/mmbtu	3,1	3,0	3,0	3,0
Carvão de Coke, Austrália	\$/mt	147,0	146,5	145,8	145,8
METAIS					
	Unid.	cash	3 meses	dez/22	
Cobre	\$/mt	8 807	8 763	8 439	
Alumínio	\$/mt	2 135	2 151	2 200	
METAIS PRECIOSOS					
	Unid.	cash	1 mês	6 meses	24 meses
Ouro	\$/toz	1 778,4	1 778,5	1 779,5	1 784,5
AGRÍCOLAS					
	Unid.	mar/2021	mai/2021	jul/2021	set/2021
Milho	USd/bu	543,0	542,0	533,3	482,3
Soja, Óleo	USd/lb	47,7	47,1	46,3	44,2
Algodão	USd/lb	89,0	90,5	91,2	87,1

Fontes: ICE Futures, Nymex, CBOT, LME

A Vale, o 2.º maior produtor mundial de minério de ferro, disse num comunicado de Janeiro de 2021 que planeava alienar a sua mina de carvão Moatize e os projectos ferroviários e portuários do Corredor de Nacala. Ao mesmo tempo que conduz uma procura de partes interessadas pelo seu negócio do carvão, refere que espera que as operações retomem a sua aceleração em 2021, para atingir uma produção de 15 milhões de ton. por ano no segundo semestre e 18 milhões de ton. por ano em 2022.

CRESCIMENTO DO CONSUMO FINAL DE ENERGIA NA INDÚSTRIA POR FONTE DE ENERGIA % anual

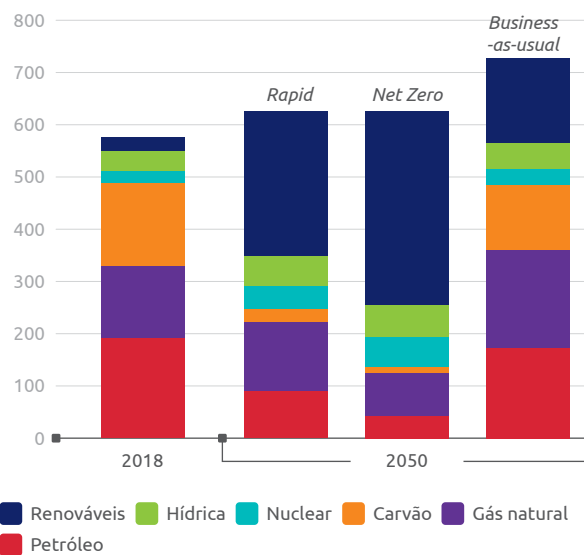


Fonte: BP Energy Outlook

A utilização de carvão na indústria cai acentuadamente nos três cenários. No BAU, a procura crescente de energia é mais do que satisfeita pela utilização crescente de gás e electricidade, com o consumo de carvão a cair 1/3.

O fim da utilização do carvão na indústria é muito mais pronunciado em Rapid e Net Zero, onde é quase totalmente eliminado até 2050, substituído por uma quota crescente de electricidade, biomassa e hidrogénio. A mudança para fontes de energia com baixo teor de carbono é mais pronunciada no Net Zero, de tal forma que a utilização de gás (e petróleo) também cai substancialmente até 2050. Em contraste, a utilização de gás na indústria em Rapid mantém-se praticamente inalterada.

CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA POR FONTE EJ



Fonte: BP Energy Outlook

O consumo de carvão diminui significativamente nos três cenários, particularmente no Rapid e no Net Zero em que cai bem mais de 80% até 2050.





04

CAPITAL HUMANO

72 GESTÃO DE PESSOAS

74 FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

76 AS NOSSAS PESSOAS



AS NOSSAS PESSOAS

Os colaboradores do First Capital Bank são o activo mais importante do nosso negócio, uma vez que são estes que permitem a realização das actividades diárias do Banco e respondem às necessidades dos nossos clientes. O Banco valoriza o seu capital humano e esforça-se para elevar os níveis de satisfação dos seus colaboradores no local de trabalho.

Nesse sentido, o Banco tem vindo a realizar inquéritos de satisfação aos seus colaboradores e os seus resultados são analisados em detalhe pelo Conselho de Administração bem como são realizadas reuniões estratégicas com os Directores dos diferentes Departamentos constituintes de modo a perceber as preocupações eminentes e possíveis acções a serem tomadas para o efeito, de forma a promover a satisfação, compromisso, identificação dos colaboradores com a cultura organizacional do Banco e melhoria contínua.

Para além dos inquéritos acima referidos a dinâmica institucional promove a comunicação e *feedback* constante entre todos os níveis, com o objectivo de cumprir com a realização pessoal e profissional dos nossos colaboradores e garantir o desempenho e consequente entrega de excelência tanto para clientes internos como externos, estimulando o valor acrescentado que cada um deles possui para a actividade e resultado do Banco.

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

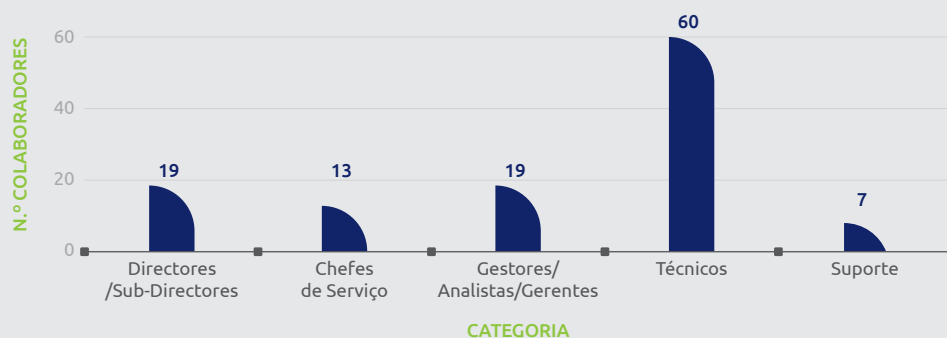
O First Capital Bank S.A., depende da qualidade e da capacidade dos seus colaboradores para o sucesso das suas operações.

Deste modo o nosso Processo de Recrutamento e Selecção é baseado numa abordagem estruturada e consistente, que garante que as melhores pessoas com as competências, aptidões, qualificações, experiência adequadas e ajustadas à cultura organizacional são atraídas e seleccionadas com base no mérito, após um Processo de Recrutamento e Selecção justo e transparente, livre de qualquer forma de preconceito ou discriminação, dirigido pelo Departamento de Recursos Humanos e pelo Director do Departamento que pretenda reforçar a sua equipa.

AVALIAÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação e Gestão de Desempenho consiste num processo e metodologia de avaliação realizada pelos Directores dos diferentes Departamentos que constituem o Banco e pela Equipa de

DISTRIBUIÇÃO DO STAFF POR CATEGORIA



Gestão, em coordenação com o Departamento de Recursos Humanos, da *performance* de cada um dos elementos constituintes das diferentes equipas, correspondendo aos meses subsequentes à última avaliação realizada, em momentos espontâneos e outros formalmente definidos.

Este processo é visto como um processo contínuo e de *feedback* constructivo constante, sempre que necessário, através de comunicações directas entre os Directores e os elementos constituintes das respectivas equipas, de forma a acompanhar de perto o desempenho de cada um, reconhecer as atitudes e sugestões propostas, perceber as dificuldades sentidas de modo a ultrapassar as mesmas e chegar a um acordo em prol de uma entrega de qualidade, sentimento de pertença e êxito.

Os colaboradores são reconhecidos através da atribuição de responsabilidades acrescidas e compensação equivalente, aquando do alcance dos objectivos incumbidos com sucesso, em prol do resultado pretendido, de modo a aumentar a identificação organizacional, realização pessoal e profissional, compromisso e satisfação.

Esta avaliação é realizada por objectivos, uma vez que no início de cada ano cívil são definidos os objectivos para cada Departamento, de acordo com os que são definidos numa perspectiva estratégica pela Equipa de Gestão.

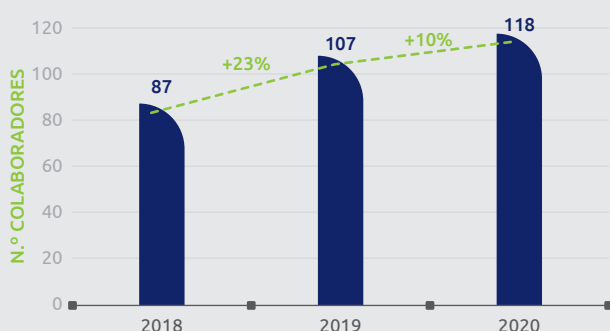
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

A Gestão e Desenvolvimento de Carreira provém do *output* do processo de Avaliação e Gestão de Desempenho, realizado de forma eficiente, assíduo e devidamente acompanhado por parte dos Chefes de Serviço e Directores, que nos permite observar o desenvolvimento dos colaboradores a favor do crescimento, orientado nomeadamente para as competências e respectivos objectivos incumbidos.

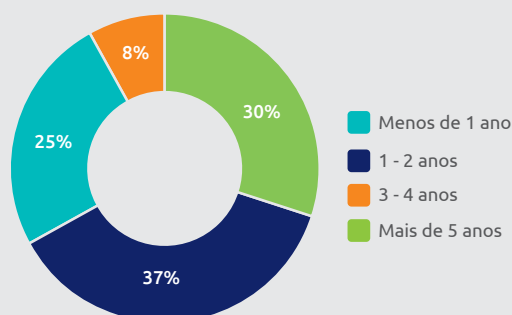
Deste modo, os colaboradores First Capital Bank tem total abertura para discutirem as potenciais áreas que gostariam de integrar, bem como os Directores, através da observação e acompanhamento do desempenho dos elementos constituintes da sua equipa, tem a liberdade de promover e sugerir outras áreas a integrar, de acordo com as competências, orientação funcional e motivações profissionais dos elementos constituintes da sua equipa.

O objectivo do incentivo à gestão e desenvolvimento de carreira dos seus colaboradores é a realização e satisfação profissional dos mesmos, bem como a valorização das competências destes e promoção do *Employee Engagement*.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE STAFF



ANTIGUIDADE DOS RECURSOS HUMANOS DO BANCO (em anos de actividade)



FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS NOSSAS PESSOAS

A formação no contexto laboral define-se como um conjunto de experiências de aprendizagem e capacitação planeadas pela organização, com o objectivo de intervir na transmissão de conhecimento, desenvolvimento de capacidades, comportamentos e conceitos perante as responsabilidades incumbidas, bem como mitigar as lacunas existentes (*competencies gap*) em prol de um melhor desempenho e entrega.

O Banco investe no seu principal recurso, o capital humano, disponibilizando diferentes possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, pois são estes que tornam possível a obtenção dos resultados e acredita que uma das várias vantagens competitivas se prende com as elevadas competências técnicas e genéricas dos seus colaboradores e a consequente valorização das mesmas.

O First Capital Bank disponibiliza formações internas, administradas pelo Grupo por meio de formação *online* ou em território internacional e externas, sendo estas últimas dirigidas por entidades externas, sempre com o objectivo de oferecer as melhores condições e conteúdo de aprendizagem.

Uma das bases de crescimento e desenvolvimento dos colaboradores prende-se com a cultura *on-the-job-training* que faz parte do dia-a-dia do Banco, onde se trabalha num ambiente de crescimento contínuo, partilha de conhecimento, orientação e cooperação entre colegas.

O Programa de Formação do Banco é bastante completo e transversal a todas as áreas e funções, centrando-se além da potenciação de competências técnicas, nas competências inter-pessoais das equipas. As sessões de Formação são desenhadas, planificadas e desenvolvidas de acordo com as necessidades identificadas e objectivos definidos para o efeito. Normalmente são dinamizadas em componentes teórico-práticas, para que facilmente os colaboradores possam integrar o aprendizado no seu dia-a-dia, ultrapassando as dificuldades percebidas.

O factor formação consolida a nossa cultura organizacional baseada na inovação e responsabilidade, promovendo a relação entre os objectivos individuais dos colaboradores com os objectivos do Banco.



O First Capital Bank disponibiliza formações internas e externas, administradas pelo Grupo por meio de formação *online* ou em território internacional, sempre com o objectivo de oferecer as melhores condições e conteúdo de aprendizagem.



DEPARTAMENTO	TEMA DE FORMAÇÃO	HORAS/DIAS	N.º DE PARTICIPANTES
Operações	<i>Trade Finance Documentary Credit Training</i>	2h	6
	VISA	50h	3
	Segurança de Informação	1h	11
Compliance	Regras e Procedimentos de Crédito	5h	13
	<i>Anti-Money Laundering</i>	1h30	73
Crédito	Programa de Desenvolvimento de Risco de Crédito	16h	1
Corporate	<i>Trade Finance Documentary Credit Training</i>	2h	8
Segurança, Património e Logística	Técnicas Preventivas de Contraemboscadas	1h30	3
IT	COBIT	16h	2
Relationship Managers	<i>Relationship Management Development Program</i>	16h	2
Membros MANCO	Liderança	52h	12

O ano 2020 foi um ano desafiante para todos nós, e o First Capital Bank viu alguns objectivos adiados devido à conjuntura do COVID-19. Exemplo disso é o incumprimento do Plano de Formação que o Banco havia definido para o ano 2020.

Desta forma, o impacto desta pandemia na aprendizagem contínua e valorização dos colaboradores do Banco foi amenizado.

**PLANO DE
FORMAÇÃO
2020**

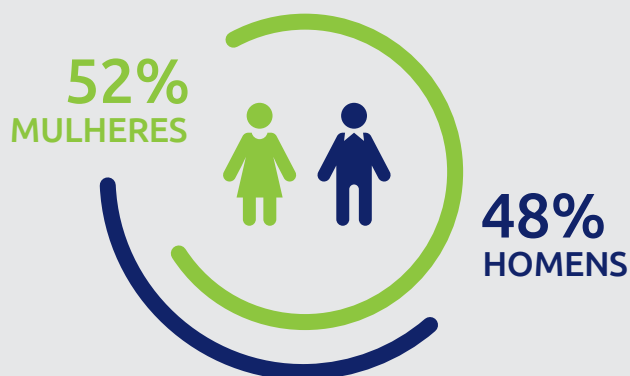
AS NOSSAS PESSOAS

Composição em termos de género

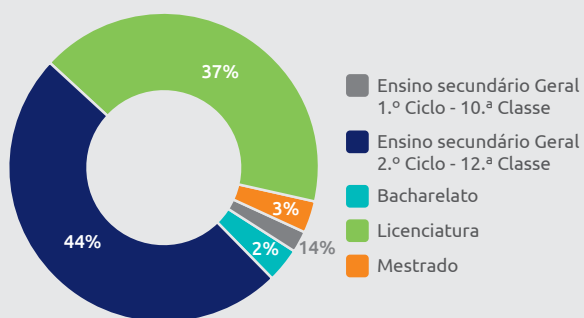
O Banco promove activamente a igualdade entre géneros – em 31 de Dezembro de 2020 o Banco era composto em 52% por mulheres, ou seja, 61 colaboradores do First Capital Bank eram do sexo feminino. É também com grande orgulho que reportamos que 28% dos cargos de chefia e direcção são preenchidos por mulheres.

CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES DO BANCO

Em 2019 e 2020 o Banco beneficia de uma estrutura maioritariamente composta por mulheres!

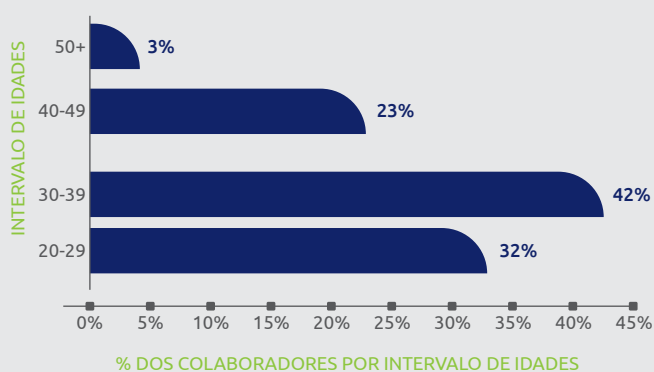


COMPOSIÇÃO POR GRAU ACADÉMICO



44% dos colaboradores do Banco tem a 12.ª classe, 37% tem Licenciatura, 3% Mestrado e 2% Pós-Graduação, o que transparece o elevado nível de competências das nossas pessoas.

COMPOSIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA



O First Capital Bank apresenta uma estrutura jovem, onde a maioria das pessoas, com 74% dos colaboradores com a idade compreendida entre os 20 e 39 anos e 26% com mais de 40 anos de idade.

NÓS ACREDITAMOS EM TI, MULHER!







GESTÃO DE RISCO E *COMPLIANCE*

80 MODELO DE GESTÃO DE RISCO

84 RISCO DE CRÉDITO

90 RISCO OPERACIONAL

92 RISCO DE MERCADO

94 RISCO DE TAXA DE JURO

96 RISCO DE LIQUIDEZ

100 RISCO DE *COMPLIANCE*



MODELO DE GESTÃO DE RISCO

“O First Capital Bank pauta o desenvolvimento da sua actividade por uma gestão exemplar e disciplinada e por um controlo eficiente e eficaz de todas as suas áreas de negócio, assegurando, para o efeito, adequados sistemas internos de validação e de verificação do cumprimento de obrigações legais, regulamentares e de conduta (*Compliance*).”

Código de Conduta e Ética do First Capital Bank

Tendo como principal objectivo melhorar as práticas de gestão de riscos vigentes nas instituições de crédito, bem como uniformizar a respectiva terminologia, o Banco de Moçambique emitiu um conjunto de directrizes, baseadas nas melhores práticas internacionalmente aceites.

O First Capital Bank desenvolveu um Programa de Gestão de Risco (PGR) que anualmente é revisto por forma a ajustá-lo à sua dimensão e actividades, de acordo com as directrizes do Banco de Moçambique, de modo a cobrir os 9 (nove) riscos abaixo mencionados.

PROGRAMA DE GESTÃO DE RISCO

A
RISCO DE CRÉDITO

B
RISCO DE LIQUIDEZ

C
RISCO DE TAXA DE JURO

D
RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

E
RISCO OPERACIONAL

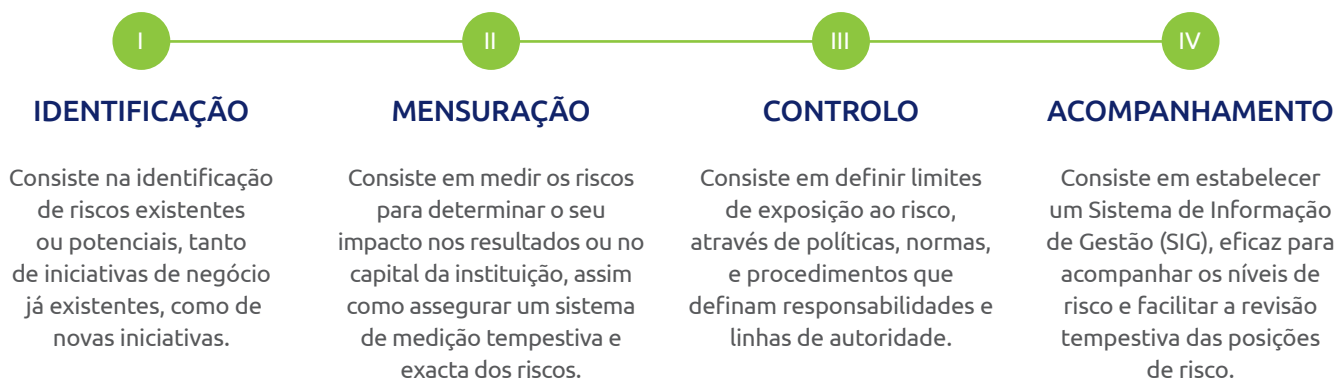
F
RISCO ESTRATÉGICO

G
RISCO DE REPUTAÇÃO

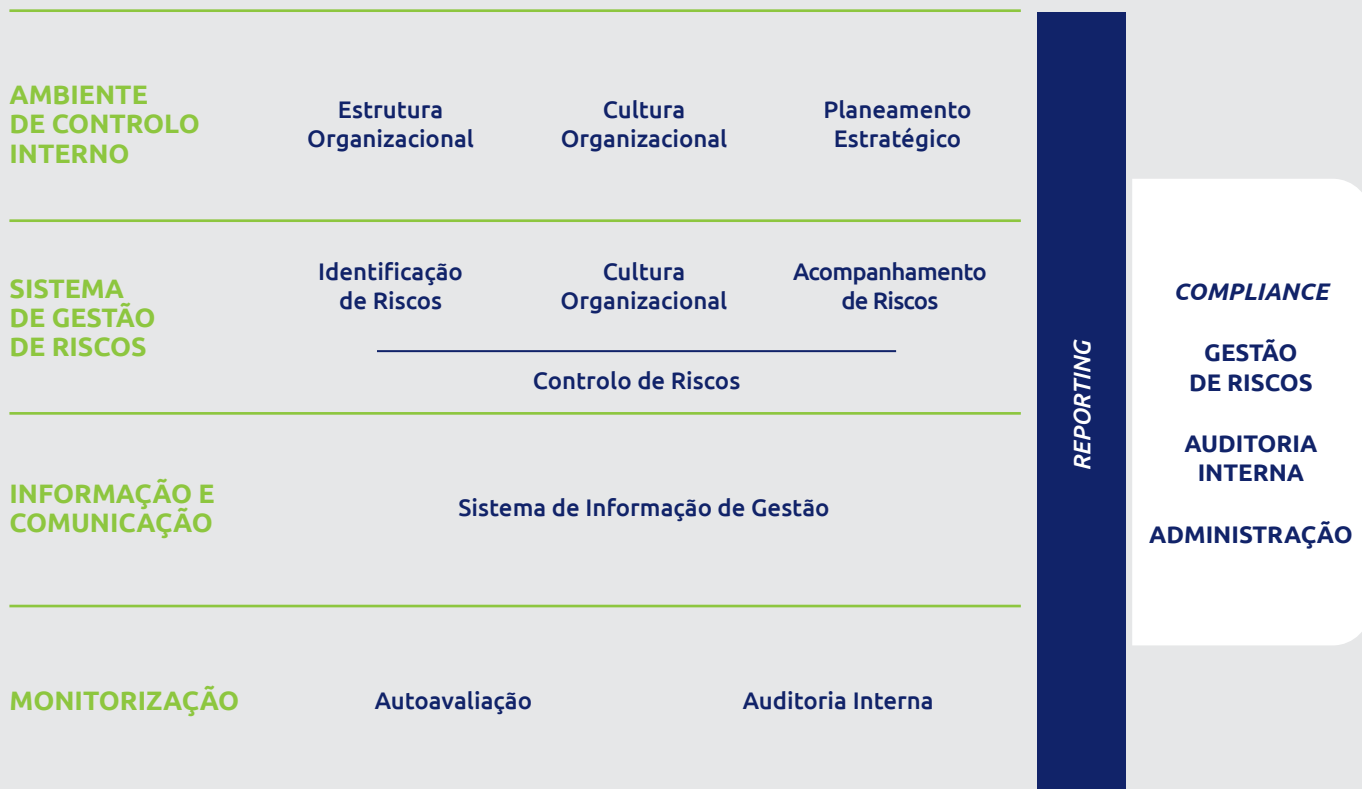
H
RISCO DE COMPLIANCE

I
RISCO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A GESTÃO DE RISCOS NO FIRST CAPITAL BANK IRÁ CENTRAR-SE EM 4 PROCESSOS-CHAVE:



QUADRO CONCEPTUAL DE GESTÃO DE RISCO



O controlo e a gestão eficiente dos riscos irá certamente desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do First Capital Bank.

O Banco dispõe de um sistema de controlo interno baseado na avaliação contínua sempre que possível realizada através de modelos, que assegura a salvaguarda dos activos e que as respectivas operações e transacções são executadas em conformidade com as normas e os procedimentos existentes no Banco.

A função de Gestão de Risco do First Capital Bank visa essencialmente identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes em que a instituição se encontra sujeito, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afectem negativamente a situação patrimonial do Banco.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos irá certamente desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do First Capital Bank. Para além de contribuir para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, assegura também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

O First Capital Bank dispõe de um quadro conceptual de riscos abrangente, de forma a identificar todos os riscos a que a instituição se encontra exposta, do qual se identificam os seguintes elementos-chave:

QUADRO CONCEPTUAL DE RISCOS

ELEMENTOS-CHAVE	MEDIDAS DE IMPLEMENTAÇÃO
Fiscalização activa pelo órgão de administração e gestão do topo	Foram implementados internamente comités do Conselho de Administração e gestão do topo que têm a responsabilidade de identificar, avaliar, monitorar e reportar os riscos da instituição.
Políticas, procedimentos e limites adequados	Existem normativos internos de políticas, procedimentos e limites de exposição ao risco adequados às actividades da instituição.
Sistemas adequados de medição, acompanhamento e de informação de gestão	Foram desenvolvidos modelos de avaliação e controlo de riscos, assim como relatórios de acompanhamento e evolução do perfil de risco.
Controlos internos abrangentes	O Banco procede com a revisão anual do manual do sistema de controlo interno apropriado ao tipo e nível dos riscos da instituição. Os controlos internos são testados pela função de auditoria interna e os resultados reportados directamente ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração.

As funções da gestão de risco do First Capital Bank incluem:

- Identificação, avaliação, controlo e reporte dos diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco e o cumprimento das normas internas e regulamentares, bem como monitorização e dinamização de acções de mitigação;
- Implementação das políticas de risco definidas pelo órgão de administração, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades orgânicas do Banco;
- Desenvolvimento de modelos e metodologias para identificação e quantificação dos riscos;
- Apuramento, controlo e reporte dos requisitos de capital regulamentar para risco de crédito, risco de mercado e risco operacional;
- Desenvolvimento do processo de avaliação de adequação do capital interno (*ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e dos testes de esforço (*stress tests*).

A definição de funções e responsabilidades na gestão de risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa” que define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estarão formalizados nas políticas do First Capital Bank. Esta segregação de funções é fundamental para alinhar incentivos e controlar e gerir riscos.

LINHA DE DEFESA	OBJECTIVO	FUNÇÕES	RESPONSABILIDADES
Tomada de Risco pelas Áreas de Negócio	Maximização do retorno considerando a exposição ao risco permitida.	Áreas de Negócio	As áreas de negócio através das actividades diárias do exercício e aprovação das respectivas operações são tomadoras de risco.
Controlo de Riscos	Manter a exposição do Banco ao risco dentro do estabelecido, através de monitorização e medição.	Risco e <i>Compliance</i>	Tem como responsabilidades propor o apetite de risco e respectivos limites da instituição, identificar e monitorizar riscos e reportar quando existem excessos, desenvolver modelos e ferramentas para avaliação dos riscos.
Auditoria Interna	Garantir a eficácia dos mecanismos de controlo de riscos através de controlo de processos-chave.	Auditoria Interna	É responsável por uma revisão independente da adesão, políticas e regulamentos, assim como da identificação de falhas operacionais e proposta de medidas correctivas.

RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é um dos mais relevantes da actividade bancária e o seu controlo e mitigação é imprescindível para a estabilidade financeira e solvabilidade do Banco. Este Risco compreende:

- i) probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte das suas respectivas obrigações financeiras nos termos contratados;
- ii) desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador;
- iii) a redução de receitas ou remunerações;
- iv) vantagens concedidas na renegociação;
- v) custos de recuperação.

A Gestão de Risco de Crédito é suportada por comités periódicos e extraordinários, que actuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo o apetite para risco do First Capital Bank e revendo práticas de controlo e políticas.

A Gestão de Risco de Crédito do First Capital Bank é transversal a todas as fases de gestão do respectivo processo, nomeadamente:

- A Gestão do Risco de Crédito é responsabilidade de todas as unidades intervenientes no processo de crédito.
- Cabe a estas unidades aplicar as políticas, procedimentos, sistemas e modelos para a identificação, avaliação, decisão, mitigação e mensuração do risco de crédito, em todo o ciclo de crédito (pré-concessão, análise, concessão, monitoramento, cobrança, recuperação e renovação de limites). Importa salientar que, as áreas de controle de risco, para desempenharem as suas funções, têm acesso a todas as políticas e procedimentos relacionados.

A Gestão de Crédito é composta por um processo adaptado ao perfil e segmentos dos clientes, operacionalizado e controlado por sistemas que possibilitam o acompanhamento. A gestão de crédito é composta pelo seguinte processo:

A Gestão de Crédito é composta por um processo adaptado ao perfil e segmentos dos clientes

ORIGINAÇÃO > DECISÃO > FORMALIZAÇÃO > MONITORIA > COBRANÇA

Porque o risco de crédito é uma componente chave nas actividades do Banco, o First Capital Bank adopta uma gestão integral, proactiva e dinâmica do risco. Para o efeito o Banco conta com uma estrutura e ferramentas que o permitam atingir os seguintes objectivos:

1. Facilitar a realização dos objectivos estratégicos por meio de Políticas e Procedimentos adaptados aos segmentos de atuação do Banco;
2. Aplicar eficientemente as políticas relativas à Gestão de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Crédito;
3. Preservar um nível de solvência adequado, através de ferramentas e medidas focadas em atingir rentabilidade compatível com o consumo de recursos e capital;

4. Exercer as atividades de Gestão de Risco de Crédito com eficiência conferindo ao Banco uma estrutura organizacional adequada e actualizada sobre o risco de crédito;
5. Implementar processos de aprovação, acompanhamento e recuperação de crédito ágeis e competitivos, com decisões consistentes com o nível do risco avaliado;
6. Contar com uma avaliação abrangente das características, do perfil de risco e da qualidade de crédito dos clientes e das operações do Banco;
7. Estabelecer uma diferenciação eficiente e relevante dos tipos de risco através da classificação (*credit rating*) da exposição por grupos ou níveis de risco homogêneos.

1 AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Banco detém modelos internos de *scoring* e *rating*, que permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um Cliente a partir de elementos quantitativos e qualitativos, atribuindo uma notação de risco.

A matriz utilizada pelo Grupo tem equivalência com as matrizes internacionais de *rating* ECAI (*External Credit Assessment Institutions*) e foi elaborada de acordo com as normas nacionais e as boas práticas internacionais.

Avaliação de garantias hipotecárias

O First Capital Bank usa um modelo de avaliação de garantias hipotecárias que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados, em estrito cumprimento com as orientações do Banco de Moçambique. Os métodos de avaliação do Banco são determinantes para a aceitação de garantias como medidas mitigadoras do risco.

O Banco procura, normalmente, mitigar o risco de crédito através de contrapartes, transacção ou sector, de forma a alcançar o equilíbrio entre risco e custo, utilização de capital e retorno. Em nenhuma circunstância os valores colaterais podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

2 APROVAÇÃO DE CRÉDITO

Para a aprovação de crédito, o Banco estabelece um conjunto de critérios que devem ser cumpridos para qualquer operação com exposição ao risco de crédito. Neste sentido, os seguintes aspectos são analisados:

- A actividade, o histórico e a capacidade técnica e financeira dos clientes;
- Adequação da operação solicitada às necessidades do cliente;
- A estrutura das operações solicitadas (garantias, *covenants* financeiros e não financeiros, etc.);
- *Ratings* atribuídos pelo modelo adoptado pelo Banco;
- As características das operações a financiar, sector, tecnologia, experiência da empresa, etc.



Os métodos de avaliação do Banco são determinantes para a aceitação de garantias como medidas mitigadoras do risco.



3 MONITORIZAÇÃO E REPORTE DO RISCO DE CRÉDITO

O Risco da carteira de crédito do First Capital Bank é monitorizado através de diversos instrumentos, nomeadamente:

- **Testes de esforço:** que avaliam individualmente cada cliente num cenário macroeconómico desfavorável e quantificam possíveis impactos no desempenho desses clientes em matéria de qualidade do seu crédito.
- **Análise do impacto do risco do país na carteira:** aferir quais os clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.
- **Gestão de contratos:** monitorizam continuamente os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias:** actualizar as avaliações de garantias hipotecárias, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo Banco de Moçambique.
- **Acompanhamento da carteira:** gerir e monitorar o risco de crédito do Banco para identificar, antecipar e mitigar o risco de uma contraparte específica e o risco de portfólio.
- **Acompanhamento da actividade macroeconómica:** actividade e *performance* económica do país e dos seus principais sectores de actividade.

PROVISÕES PARA PERDAS POR IMPARIDADE DE CRÉDITO

As perdas por imparidade são calculadas de acordo com os requisitos do Banco de Moçambique em linha com os princípios estabelecidos no IFRS 9. Porque o portfólio de crédito é heterogêneo e bastante concentrado no segmento *Corporate*, o First Capital Bank opta pela Avaliação Individual, mediante o preenchimento de um dos requisitos abaixo descritos:

- As 100 maiores exposições do total do portfólio (crédito financeiro e não financeiro);
- Todos os Clientes em situação de incumprimento superior a 90 dias (NPL).

Os activos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- **Stage 1:** abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperadas resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
- **Stage 2:** instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na probabilidade de *default*/incumprimento do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.

- **Stage 3:** instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a probabilidade corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são mantidas no estágio 3 durante 12 meses.

Para as exposições remanescentes, do *Stage 1* e *Stage 2*, abaixo do TOP 100 de mutuários, uma parcela diminuta relativamente à carteira de crédito global, o First Capital Bank aplica o Modelo de cálculo do ECL (*Expected Credit Loss* – probabilidade de perda de crédito esperada), que determina os PDs (Probabilidade de *default*/incumprimento) e LGDs (*Loss Given Default* – parcela do activo que é perdida em caso de incumprimento) com base em informações históricas.

Para o portfólio extrapatrimonial, pelo histórico de reduzidas taxas de incumprimento e com a maioria das operações provenientes do segmento *Corporate*, o First Capital Bank decidiu fixar o ECL (*Expected Credit Loss* – probabilidade de perda de crédito esperada) aplicado globalmente deduzido do *cash collateral* (valor disponível usado como colateral).

Para o Cálculo do PD e LGD o First Capital Bank adopta a seguinte metodologia:

- Para o *Stage 1* e *Stage 2*, o PD é calculado considerando a existência ou não de garantias, assumindo capacidade de recuperação por meio da execução de garantias existentes para gerar fluxos de caixa. Os *haircut* estão definidos de acordo com o tipo de mitigante.
- Para o cálculo do LGD a exposição em risco representa a parcela do empréstimo não coberta por uma garantia. Nos *Stage 1* e *2*, assume-se que representa 50% dessa parcela, enquanto no *Stage 3* assume-se 100%.

Requisitos regulamentares

Com o intuito de estabelecer procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar no apuramento de provisões regulamentares mínimas para a carteira de crédito concedido a Clientes, o Banco de Moçambique publicou o Aviso 16/GBM/2013.

O First Capital Bank desenvolveu o seu modelo de registo de perdas por imparidade baseado no disposto no IFRS 9 de forma a alinhar o processo de cálculo de imparidade de crédito.

Sempre que as provisões prudenciais resultam em valores superiores às do modelo de imparidade, a diferença é deduzida aos Fundos Próprios Regulamentares.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Além de monitorizar a qualidade de crédito, o First Capital Bank avalia e reporta regularmente grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco, de forma a prevenir potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ou os limites definidos pelo Conselho de Administração. O Banco controla igualmente o risco de concentração por sector de actividade e evita a elevada exposição relativa a sectores com maior vulnerabilidade.



O First Capital Bank avalia e reporta regularmente grandes exposições de crédito

Pode verificar-se que o crédito concedido verificou um aumento significativo de 2019 para 2020, em 47%, com destaque para o crescimento do financiamento a empresas em 54% em linha com a orientação estratégica do Banco. Adicionalmente também as garantias bancárias e cartas de crédito, apresentaram crescimentos significativos na ordem dos MZN 854 milhões e MZN 1,276 milhões, respectivamente.

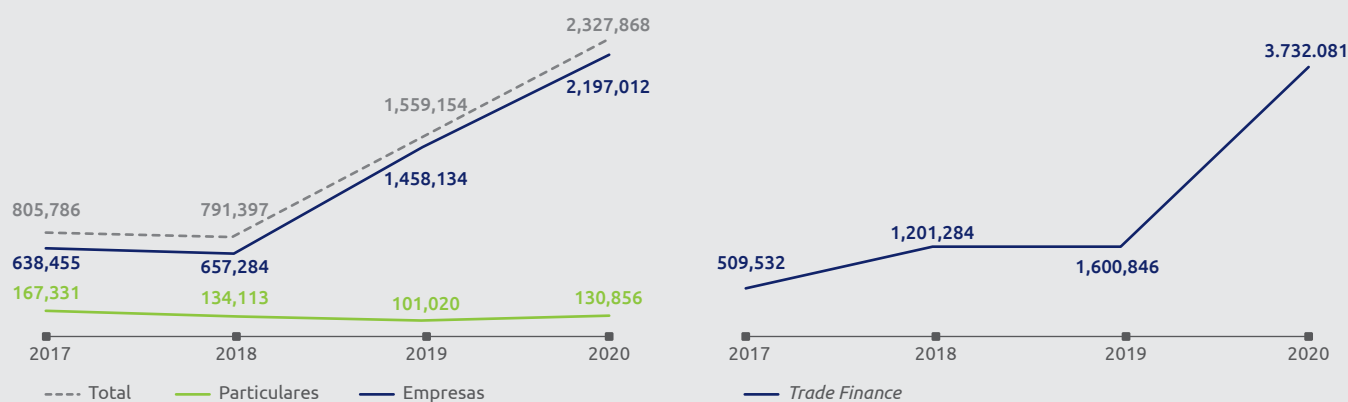
Não obstante o crescimento acentuado verificado na rubrica de empréstimos e adiantamentos a clientes, o Banco mantém um perfil de risco de crédito conservador, focando-se, essencialmente, no apoio a projetos de risco reduzido e que apresentem níveis confortáveis de garantias reais.

Desde 2019 que, ao contrário dos anos anteriores, o Banco tem observado níveis de coberturas de NPL's por imparidades acima dos 100%, o que demonstra a postura conservadora do Banco em termos da abordagem ao risco de crédito e às respectivas imparidades.

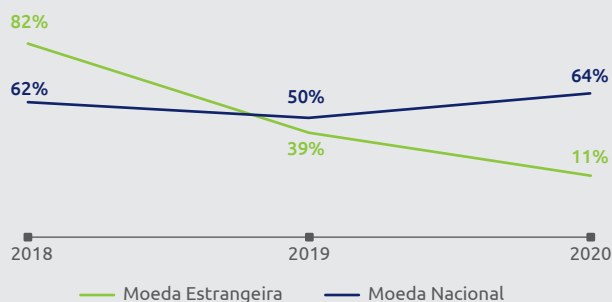
Em 2020, o rácio de NPL's sobre o crédito concedido a clientes, ainda que tenha observado um ligeiro aumento, manteve-se em níveis bastante reduzidos, em particular quando comparado com o sector financeiro.

CRÉDITO CONCEDIDO ('000 MZN)

Carteira de Crédito



COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR GARANTIAS REAIS



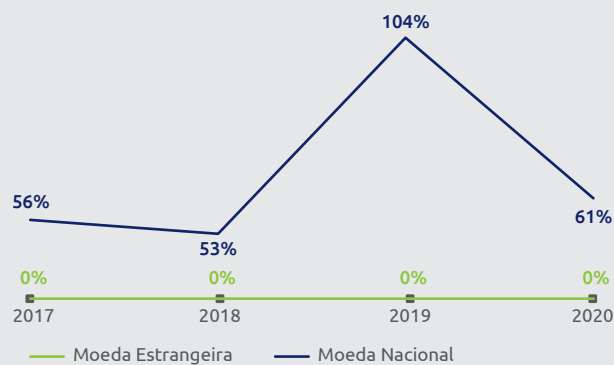
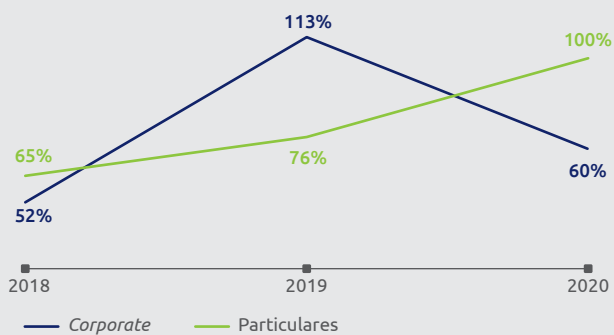
Aumento da cobertura da carteira de crédito por garantias reais com 64% da carteira em moeda nacional.

+47%
crédito concedido

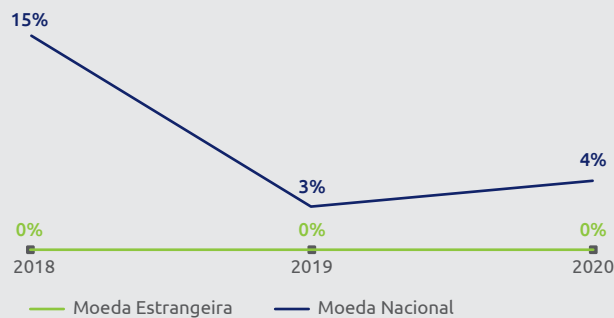
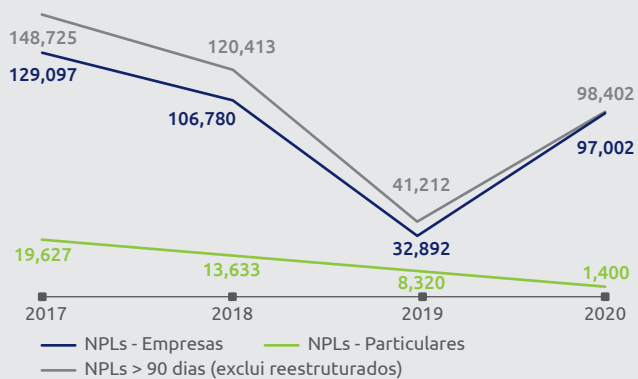
+54%
financiamento
a empresas

+100%
níveis de coberturas
de NPL's por
imparidades

COBERTURA DE NPLS POR IMPARIDADES



NPLS ('000 MZN)



RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional, compreende o risco de perdas derivadas de falhas internas, nomeadamente inadequação, falhas de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este é um risco natural de negócio que, após identificado, é monitorizado e mitigado pelo Banco.

A função de risco, no âmbito do risco operacional, analisa proactivamente as causas dos incidentes de acordo com a metodologia de gestão de incidentes, com as tendências e ameaças emergentes e faz recomendações para a elaboração, actualização e implementação de controlos e práticas, através de autoavaliações de risco, do controlo às unidades de negócio e da monitorização de KPIs (Principais Indicadores de Risco).

Adicionalmente, o Banco identifica potenciais disrupções operacionais, criando bases para a mitigação dessas lacunas.

O modelo de gestão do Risco Operacional do First Capital Bank prepara a resposta em casos de emergência, bem como a capacidade de resposta em situações de crise do negócio desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, dispondo de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente mecanismos de Segurança Física e Electrónica eficazes;
- Plano de Continuidade do Negócio (foco em programas de Primeiros Socorros e Evacuação e implementação de Centro de Dados Alternativos);
- Sistemas de detecção de Fraude e Branqueamento de Capitais.

Governança da gestão de Risco Operacional

A função de Risco, nomeadamente no que refere a Risco Operacional, pertence à 2ª linha de defesa do Banco, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de Risco Operacional e facilitar a sua adopção.

O Risco Operacional é identificado nas próprias unidades além de existir uma identificação de lacunas de forma transversal ao Banco em todas as operações pela gestão de topo. Essa identificação resulta numa actuação para a mitigação e controlo rápido e flexível. No entanto, a responsabilidade de monitorizar, supervisionar e reportar os temas de Risco Operacional é responsabilidade da Área de Risco e discutida nos seguintes fóruns:

- Comité de Risco do Conselho de Administração;
- Comité de Gestão (MANCO);
- Comité Local de Risco.



O modelo de Gestão do Risco Operacional do First Capital Bank prepara a resposta em casos de emergência.

O First Capital Bank utiliza diferentes instrumentos para a identificação, monitorização e mitigação do Risco Operacional, nomeadamente:



O Banco tem vindo a estabelecer controlos internos do Risco Operacional, nomeadamente através de acções como:

- Formação de colaboradores de acordo com as necessidades das suas funções;
- Promover uma cultura de *accountability*;
- Publicação de políticas e normativos internos que estabelecem processos e acções a tomar;
- Melhoria contínua do desenho e formalização de processos com mais automação;
- Implementação de ferramentas de controlo diário dos riscos inerentes ao negócio;
- Melhoria de processos de *Know Your Customer* (KYC);
- Implementação de processos de controlo de acordo com as políticas de *Know Your Supplier* (KYS) e *Anti-money Laundering* (AML).

O Banco compromete-se com a melhoria contínua dos seus modelos e sistemas que garantam a adequada identificação, monitorização e mitigação do risco operacional:

- Melhoria contínua da qualidade das políticas e práticas de controlo de Risco Operacional;
- Esforços na adaptação dos sistemas de informação para darem suporte ao controlo de gestão;
- Integração de fluxos de processos e procedimentos interdepartamentais;
- Desenvolvimento e revisão de políticas formais de gestão de incidentes;
- Registo, investigação e definição de medidas correctivas adequadas de incidentes de Risco Operacional;
- Controlo de regularidade de ocorrência de incidentes de determinada natureza, investigação e definição de acções;
- Monitoramento de implementação de medidas correctivas;
- Acompanhamento das diferentes áreas do Banco a implementar controlos e medidas correctivas a incidentes historicamente registados;
- Investigação de alterações internas ou externas que impliquem adaptação dos processos do Banco;
- Revisão regular do Apetite de Risco do Banco;
- Garantir a continuidade e adequação dos sistemas e processos de monitorização de Risco Operacional.

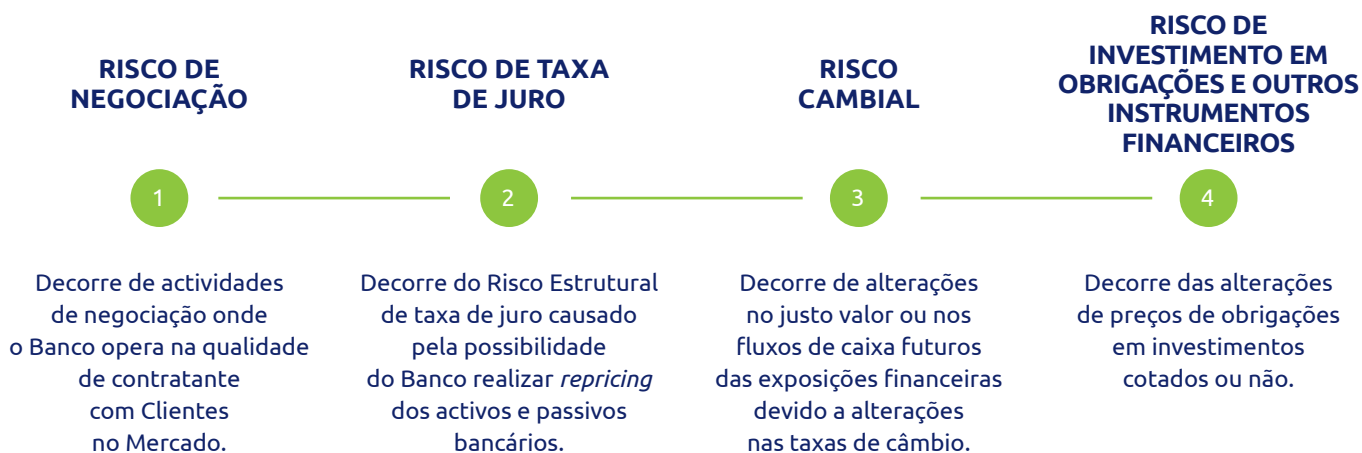
ACÇÕES A TOMAR EM 2021



RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado, refere-se ao risco da alteração do justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis exógenas – do mercado – tal como preços de acções, obrigações, matérias-primas, taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, assim como correlações e volatilidades implícitas nas variáveis do mercado.

Este tipo de risco inclui ainda o impacto de factores de risco sobre o valor de Mercado de instrumentos negociados, e o impacto sobre a margem de juro líquida do Banco, consequente do risco de taxa de juro a que estão expostos os activos e passivos que constituem a carteira bancária.



GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

A Gestão de Risco de Mercado do First Capital Bank está naturalmente sujeita ao monitoramento do órgão supervisor e do Conselho de Administração.

A Direcção de Gestão de Risco e *Compliance* é responsável por:

- Identificação, avaliação, monitorização e reporte do risco de Mercado;
- Monitorização diária de exposições e respectivos excessos;
- Realização de relatórios de risco periódicos ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) e Comité Local de Risco e *Compliance*;
- Reportes de principais incidentes de Risco de Mercado de forma periódica ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é responsável por:

- Aprovar o apetite de risco de Mercado;
- Aprovar os padrões definidos para todos os tipos de risco de Mercado;
- Atribuição de autoridade geral ao ALCO para assumir gestão da exposição ao risco de Mercado, sendo este responsável por garantir que a medição, reporte, monitorização e gestão de risco de Mercado associados às operações seguem um modelo de governação comum.

PRINCÍPIOS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

POSIÇÃO ABERTA LÍQUIDA DIÁRIA

Definição de limites para os níveis de exposição por divisa e para as posições overnight de forma agregada.

O Banco de Moçambique define os limites para as posições cambiais no Aviso 9/GBM/2017, que são os seguintes:

- No fecho de cada dia, a Instituição de crédito não deve apresentar uma posição cambial global superior a 20% dos fundos próprios, nem uma posição cambial em cada moeda estrangeira que exceda 10% dos referidos fundos próprios.
- O Banco monitora diariamente essas posições com vista a cumprir com o preceituado no Aviso.

TESTES DE ESFORÇO

Permitem avaliar as perdas potenciais que poderiam ocorrer perante condições extremas.

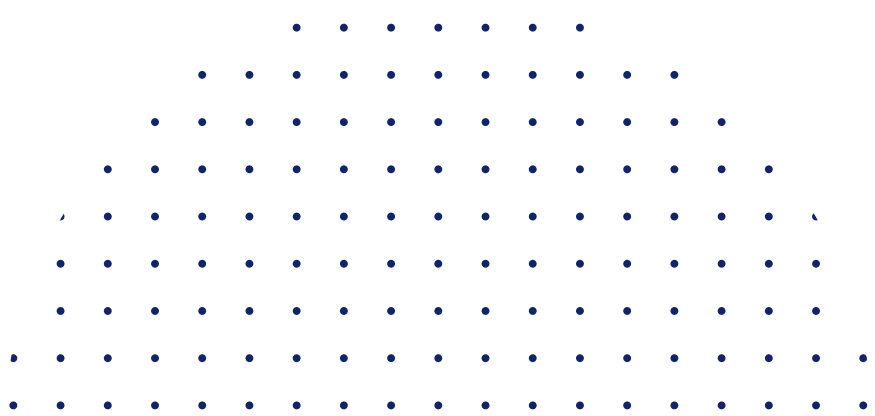
Os testes de esforço compreendem:

- Testes individuais a factores de risco de Mercado, bem como combinação de factores de Mercado para classes individuais de activos.
- Combinação de simulações históricas e hipotéticas.

MARGEM FINANCEIRA

Previsão dinâmica prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à variação na taxa de juro.

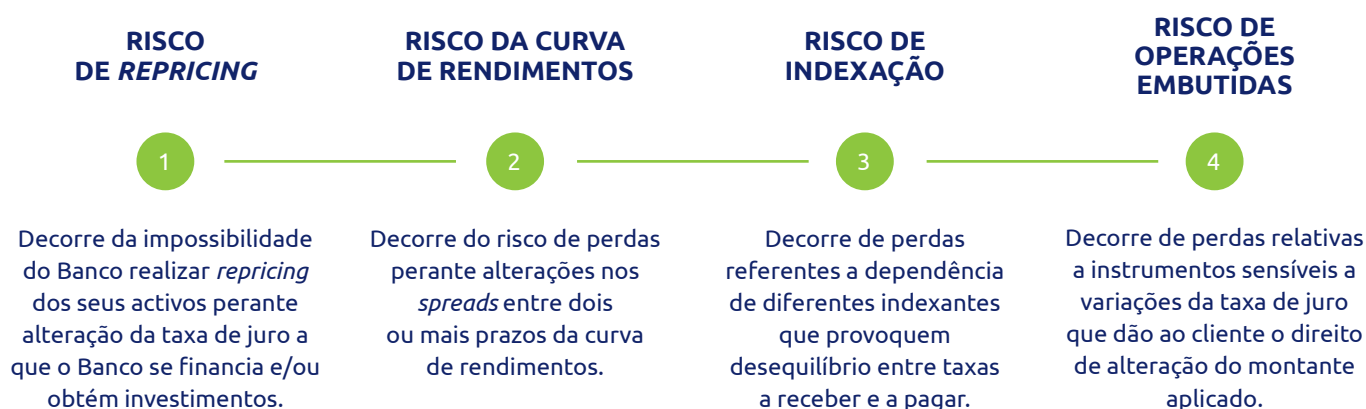
Implica a previsão de alterações da estrutura do Balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar os efeitos que essas alterações possam ter em receitas futuras ao nível da Margem Financeira. A análise é realizada para condições de Mercado normais e para condições de Mercado extremas.



RISCO DE TAXA DE JURO

Risco de Taxa de Juro é referente a desfasamentos nos montantes, nas maturidades ou prazos de refixação das taxas de juro observadas entre os instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar, causados pelos movimentos nas taxas de juro.

Os tipos de risco de taxa de juro que o Banco quantifica e gere são os seguintes:



Regulamentação

O Banco de Moçambique, através da Circular 04/SCO/2013 exige avaliar o risco de taxa de juro de carteira bancária semestralmente.

O objectivo é avaliar o impacto decorrente da deslocação paralela de +/- 200pb da taxa de juro na margem de juros e nos fundos próprios do Banco.

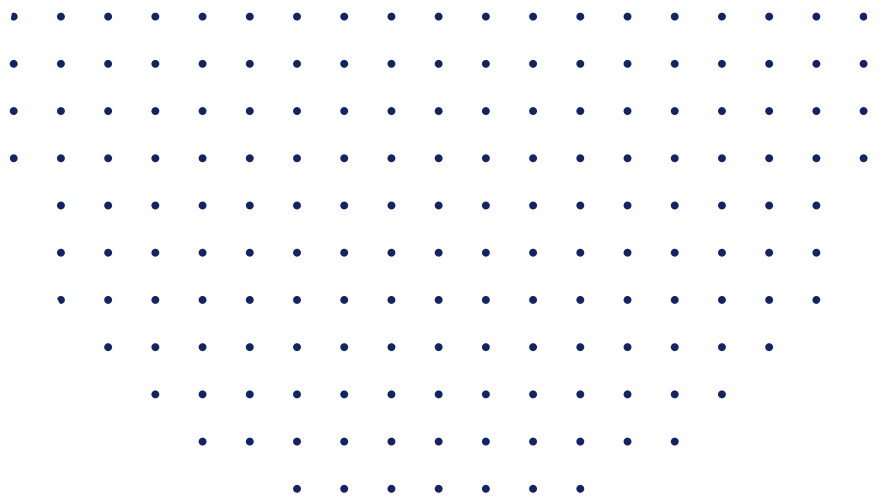
Para tal, são tomadas em consideração as maturidades residuais de activos e passivos do Banco sensíveis a taxa de juro na data definida do reporte, de acordo com o Modelo e parâmetros estabelecidos pelo Banco de Moçambique na Circular mencionada.

Governança da gestão de risco de taxa de juro

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) é responsável pela gestão do risco de taxa de juro através da delimitação da tolerância e *triggers* para a apetência ao risco, que devem ser implementados no Banco, estando em causa a protecção da margem financeira e dos fundos próprios.

Também no Comité Local de Crédito o risco de taxa de juro é avaliado e ponderado no que concerne à avaliação e processo de aprovação de novas exposições.

Os indicadores de risco de taxa de juro são igualmente reportados em sede de Conselho de Administração, onde são tomadas medidas e se redefine o apetite do Banco ao Risco de Taxa de Juro caso necessário.



O BANCO MEDE E CONTROLA O RISCO DE TAXA DE JURO ATRAVÉS DE:



Análise de Sensibilidade do valor económico



Esta análise consiste na quantificação da exposição do Banco a alterações da taxa de juro, através de um balanço reinvestido e a construção de cenários potenciais de taxa de juro de forma a determinar os seus efeitos nas receitas do Banco. São aplicados choques paralelos (*up and down*) na análise e a previsão deve cobrir no mínimo 12 meses.

A análise segue a lógica que estabelece que o choque da taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, além do delta, os efeitos das opções embutidas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.



Análise estática de *gaps*



Considerando as suas características de *repricing*, os activos, passivos e itens extrapatrimoniais são distribuídos por período temporal. Posteriormente, os passivos são subtraídos aos activos para produzir um *gap* de *repricing* para cada período de tempo.



Análise de sensibilidade da margem financeira



Comparação entre montante das posições de activo e passivo e elementos extrapatrimoniais, em cada período de tempo, em função da maturidade ou refixação da taxa de juro referente.

Para avaliar o impacto dos choques de taxa de juro nos fundos próprios do Banco, quantificam-se os efeitos das variações na taxa de juro no valor económico, através da aplicação de ponderadores de sensibilidade a cada período de maturidade. Ponderadores esses, baseados em choques *standard*.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afectar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A política de gestão de liquidez visa definir os principais conceitos, princípios, responsabilidades, funções e modelo de gestão de liquidez aplicáveis no Banco, nomeadamente nas actividades de controlo. Os principais objectivos desta política são:

- a) Definir os princípios que orientam a gestão do risco de liquidez do Banco;
- b) Definir funções e responsáveis pelo planeamento, identificação, mensuração, monitorização e mitigação do risco de liquidez;
- c) Promover uma gestão eficiente e assegurar o controlo do risco de liquidez;
- d) Assegurar a capacidade de financiamento dos activos e o cumprimento das obrigações do Banco, em todos os períodos e com custos apropriados;
- e) Promover a capacidade do Banco de reagir a acontecimentos que possam restringir o seu acesso ao mercado.

REGRAS ESPECÍFICAS

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou nos fundos próprios.

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou nos fundos próprios, decorrentes da incapacidade do Banco para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

O risco de liquidez é afectado por factores internos e externos sendo que:

- i) Os factores internos traduzem-se em riscos associados à actividade comercial (transformar passivos de curto prazo em activos de longo prazo, transferindo o risco de liquidez dos Clientes para o Banco), actividade de Tesouraria (investimento e financiamento através de operações em mercados financeiros) e reputação;
- ii) Os factores externos traduzem-se em risco de financiamento (risco da degradação das fontes de financiamento do Banco) e em risco de liquidez de mercado (agravamento da capacidade de liquidar activos sem incorrer em perdas de capital).

A posição de liquidez assume diferentes conceitos e considerações, nomeadamente:

- A posição de liquidez estática tem em consideração a totalidade dos *Cash-flows* (pagamento/recebimento de juros e amortização de capital) gerados pelas operações contratadas, tanto activas como passivas, classificados numa série de intervalos temporais de acordo com a data da sua ocorrência. Para cada intervalo temporal considerado, a diferença entre os fluxos financeiros de entrada e os fluxos financeiros de saída corresponde ao *gap* de liquidez.
- A posição de liquidez dinâmica, para além de incluir a informação utilizada no cálculo da posição de liquidez estática, inclui a análise da evolução prevista da actividade comercial e de Mercados considerando o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos, bem como a dinâmica de evolução do balanço. Assim, a posição dinâmica é mais realista que a estática na medida em que tem a possibilidade de reflectir comportamentos esperados.

- A posição de liquidez para uma moeda específica é obtida através dos *Cash-flows* líquidos de entradas e de saídas previstas nessa moeda em cada período.
- A posição de liquidez global considera a agregação de todas as moedas, para assegurar a posição integrada do Banco na moeda nacional.

Os princípios definidos na Política devem ser aplicados a todos os assuntos internos ligados à gestão de liquidez. Deste modo, a Política sobrepõe-se e aplica-se sobre as restantes políticas e mecanismos estabelecidos no Banco que devem ser revistos pelas áreas responsáveis e submetidos ao Conselho de Administração que tem como responsabilidade:

- 1 Assegurar a existência de liquidez suficiente para financiar a actividade do Banco, sem prejuízo do cumprimento de todos os limites regulamentares, nomeadamente dos mínimos de reservas obrigatórias de acordo com a regulamentação vigente;
- 2 Garantir a manutenção de saldos credores mínimos necessários para o cumprimento das obrigações do Banco e dos Clientes;
- 3 Assegurar a manutenção de um volume de títulos (Bilhetes e Obrigações de Tesouro) suficientes para a colateralização de operações de financiamento do Mercado Monetário Interbancário (MMI);
- 4 Assegurar a diversificação da carteira de activos do Banco para a mitigação do risco de liquidez e que possam ser usados para operações de financiamento do Balanço;
- 5 Manutenção de rácios de transformação global e em Moeda Nacional que promovam a estabilidade da posição de liquidez;
- 6 Manter uma oferta de produtos de poupança e investimento que potencie a obtenção de fontes de financiamento diversificadas, para todos os segmentos;
- 7 Promover que os depósitos de clientes sejam a todo o momento a fonte de financiamento primária do Banco e que o crédito a clientes seja principal linha de financiamento;
- 8 O Banco deve assegurar a definição e realização de testes de stress tendo por base cenários que permitam testar a resiliência do plano de financiamento do Banco e antecipar acções de mitigação face a uma eventual crise de liquidez;
- 9 A Política deve ser complementada por um Plano de Contingência de Liquidez, no qual deverão ser definidos responsáveis pela monitorização dos eventos indicativos de potenciais crises de liquidez e as acções a realizar em caso de crise de liquidez. O Plano deve ser testado e actualizado regularmente por forma a garantir a sua robustez operacional;
- 10 Os processos, metodologias e pressupostos devem ser alvo de revisões independentes regulares.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE LIQUIDEZ

Governança da gestão do risco de liquidez

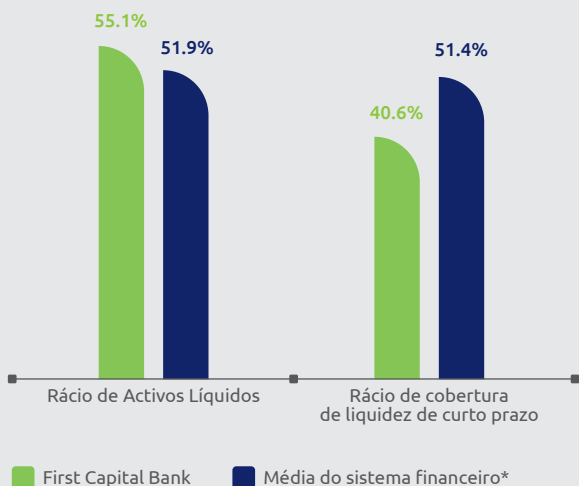
O Conselho de Administração assume o papel máximo na articulação e aprovação da política de gestão de liquidez, proposta pelo ALCO (Comité de Activos e Passivos do Banco), e agrega as seguintes responsabilidades:

- Aprovar a política de gestão de liquidez;
- Aprovar o plano de financiamento;
- Aprovar o plano de contingência de liquidez;
- Rever e aprovar a estratégia, políticas, práticas relacionadas com a gestão de liquidez com uma periodicidade mínima anual;
- Assegurar que os elementos do Quadro Directivo com impacto directo na gestão de liquidez possuem capacidades de gestão de liquidez eficazes;
- Definir a margem de segurança de liquidez (*buffer*) do Banco;
- Aprovar os pressupostos, projecções e orçamento.

VALORES REALIZÁVEIS E EXIGÍVEIS NO PRAZO DE: (valores em milhares de Meticais)

	0 a 30 dias	31 a 180 dias	Mais de 180 dias	TOTAIS
1. TOTAL DOS VALORES DE COBERTURA	5.777.288,40	643.625,09	820.266,36	7.241.179,85
1.1. Disponibilidades e valores equivalentes	1.331.220,38	-	-	1.331.220,38
1.2. Aplicações	4.446.068,02	643.625,09	820.266,36	5.909.959,47
2. RESPONSABILIDADES EXIGÍVEIS	4.011.548,33	1.609.309,57	425.670,87	6.046.528,76
3. EXCESSO/ DÉFICE DE COBERTURA (1-2)	1.765.740,06	965.684,47	394.595,49	1.194.651,09
4. VALOR ACUMULADO	1.765.740,06	800.055,59	1.194.651,09	1.194.651,09

Na cobertura de responsabilidade do mês de Dezembro de 2020 o First Capital Bank apresentava activos superiores aos passivos em todas as bandas temporais. Isto é, consegue cumprir com todas as suas obrigações nos devidos períodos.

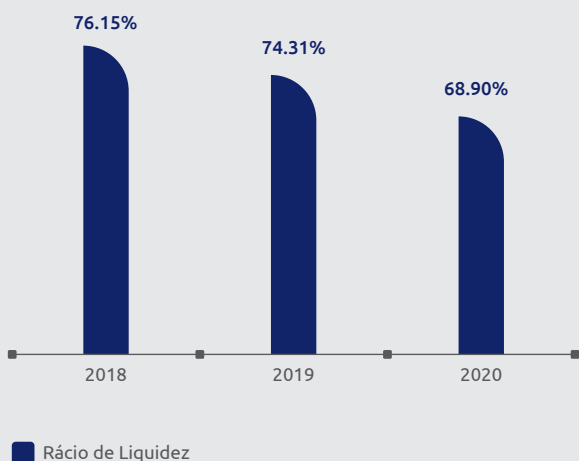


O Rácio de Activos Líquidos do First Capital Bank perfaz 55,1% em 2020, o que comparado com a média do mercado - ponderada pela quota de mercado dos activos – 51,9%, demonstra a robustez da situação patrimonial do Banco.

O Rácio de Cobertura de Liquidez, embora se situe abaixo da média do mercado, encontra-se em níveis bastante confortável e que permite o Banco alcançar um Rácio de Liquidez bastante acima do mínimo regulamentar de modo consistente.

* Média ponderada pela quota de mercado dos activos - Dados do Banco de Moçambique referentes a 14 bancos, nomeadamente: ABC, Banco Mais, BIM, Banco Único, ABSA, BCI, First Capital Bank, Ecobank, FNB, Moza Banco, Société Générale, Standard Bank e UBA.

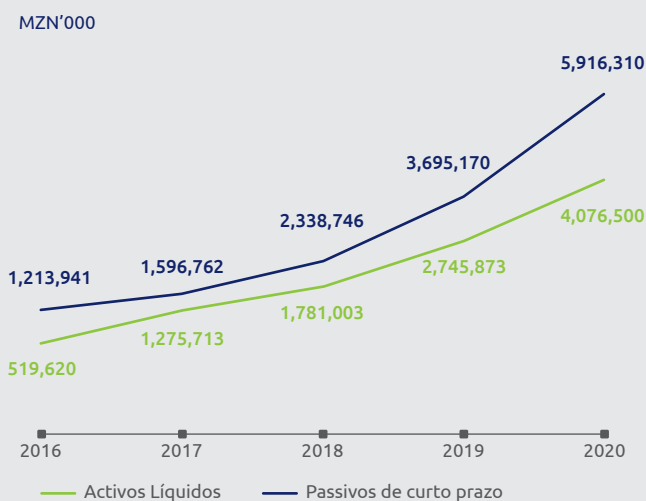
RÁCIO DE LIQUIDEZ



O rácio de liquidez manteve-se relativamente constante nos últimos anos.

Os passivos de curto prazo verificam um aumento significativo nos últimos 4 anos (387%), tendo aumentado 48% apenas no último ano, o equivalente a 1,3 biliões de meticais, evento fortemente influenciado pelo crescimento dos depósitos de clientes.

Também os activos líquidos apresentam um crescimento bastante significativo, tendo crescido 60% em 2020, para aproximadamente 8 vezes o valor de activos líquidos apresentado em 2016. Este comportamento é, em parte, justificado pelo aumento da liquidez direccionada para aplicações em mercado monetário interbancário.



+387%
aumento dos passivos de curto prazo nos últimos 4 anos

+60%
crescimento dos activos líquidos em 2020

RISCO DE COMPLIANCE

Risco de *Compliance* decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e no capital, decorrentes de violações ou a não conformidade com leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos, bem como interpretação incorrecta das leis em vigor ou regulamentos.

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

Esta função foi estabelecida com o propósito de alinhar os processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos por meio de um ambiente de controlo eficaz, além de preservar a boa reputação do Banco. A sua missão é de zelar pelo cumprimento de leis e regulamentos, normas internas e ainda o cumprimento dos mais altos padrões éticos. A nível interno, a função de *Compliance* reporta a três níveis, nomeadamente:

- i) Ao Administrador Delegado, através do Comité Local de Risco onde é feita apresentação de relatórios mensais de actividade;
- ii) Ao Comité de Risco, Subcomité do Conselho de Administração, através de relatório trimestral de actividades;
- iii) Ao Director de Risco e *Compliance* do Grupo First Capital Bank.

CULTURA DE COMPLIANCE

A cultura de *Compliance* tem como base valores, entendimentos, pressupostos e comportamentos éticos que estão de acordo com as boas práticas, a legislação e a cultura do Grupo onde o Banco se insere. O First Capital Bank, S.A. encontra-se comprometido com a manutenção de uma forte cultura de *Compliance* através de acções de formação e sensibilização e implementação de políticas e procedimentos.

Por forma a garantir a eficiência efectiva requerida legalmente à função de *Compliance*, a mesma tem agregada à sua função um conjunto de políticas e manuais vigentes tais como:

- Manual de *Compliance*;
- Política de Prevenção e Combate a Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
- Política de Aceitação de Clientes;
- Política de Filtragem de Clientes e Transacções;
- Política de Bancos Correspondentes;
- Política de Monitoria de Transacções;
- Política de Classificação de Risco de Clientes;
- Política de Fraudes;
- Política de Presentes e Entretenimento;
- Política de *Compliance* Regulatório;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de Gestão de Capital;
- Política de Testes de Esforço;
- Política de Processo de Avaliação de Adequação do Capital Interno;
- Procedimentos de Monitoria de Transacções;
- Procedimentos de Identificação e Verificação de Clientes;
- Procedimentos de Filtragem de Clientes e Transacções.

POLÍTICAS E MANUAIS

Gestão do risco de *Compliance*

O Banco realiza a gestão de risco de *Compliance* através da adopção de *risk based approach*, que permite identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*.

A governação não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus eventos.

ASSIM O FIRST CAPITAL BANK POSSUI COMO INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE *COMPLIANCE* OS SEGUINTE:

Conformidade com leis e regulamentos



Determinar as possibilidades de incorrer em perdas devido à não observância das normas que regulam a actividade da instituição, nomeadamente normas prudenciais e a violação de outras leis ou regulamentos.

Conformidade com códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos



Determinar a possibilidade de existirem perdas relativas a violação de códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

Responsabilidade perante terceiros



Determinar o risco de incorrer em sanções por prejuízos causados a terceiros, nomeadamente devido a:

- i. um comportamento negligente ou doloso;
- ii. um relacionamento inapropriado com os clientes;
- iii. incumprimento de contratos ou outro tipo de compromissos;
- iv. incumprimento do dever de segredo.

Grau de transparência



Determinar o risco associado a um menor grau de transparência na actividade da instituição e nomeadamente nas transacções realizadas.

O First Capital Bank efectua um acompanhamento contínuo do Risco de *Compliance*, em várias frentes de actuação, nomeadamente:

- Monitorização das áreas de negócio, através de um *Compliance Risk Framework*;
- Reuniões regulares do Comité Local de Risco onde os eventos de risco registados são analisados e propõe-se medidas com vista à sua mitigação;
- Alinhamento das Políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- Monitorização de reportes Prudencias e outros exigidos pelo regulador;
- Comunicação contínua com o órgão Supervisor (Banco de Moçambique);
- Adequação contínua dos procedimentos afectos às operações de invisíveis correntes e mercadorias;
- Monitorização de transacções transfronteiriças;
- Gestão documental;
- Identificar e monitorizar transacções e comportamentos potencialmente suspeitos de Branqueamento de Capitais;
- Procedimentos de *Know Your Client* que permitem identificar possíveis transacções suspeitas;
- No procedimento de abertura de conta o Banco procede à identificação e verificação do cliente, apurando o seu perfil, histórico, documentação entregue e credenciais.



PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

O Banco dispõe de sistemas Operacionais de suporte à prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BC/FT), que assegura a filtragem de todos os clientes e transacções, assim como uma monitorização contínua da actividade transaccional e comportamental de clientes.

O sistema de monitorização identifica com base em regras pré-definidas, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/FT.

ESCALA DE RISCO SOBRE O IMPACTO PARA O BANCO DE INCUMPRIMENTO

RISCO ALTO

- Potenciais perdas (directas ou indirectas) – reputacional, financeira, e/ou outra - devido a multas por violação da obrigação legal, danos desastrosos ou catastróficos que requeria um longo período de recuperação;
- Suspensão de actividades lucrativas de determinada natureza por um elevado período de tempo;
- Mudanças significativas no sistema;
- Custos e penalidades excessivos;
- Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalidades severas;
- Danos graves à reputação.

RISCO MÉDIO

- Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material;
- Dificil recuperação ou implementação de mudanças;
- Penalização ou suspensão de actividade temporária;
- Dano significativo à reputação do Banco.

RISCO BAIXO

- Determinar o risco de incorrer em sanções por prejuízos causados a terceiros, nomeadamente devido a:
 - i. um comportamento negligente ou doloso;
 - ii. um relacionamento inapropriado com os clientes;
 - iii. incumprimento de contratos ou outro tipo de compromissos;
 - iv. incumprimento do dever de segredo

Projectos Relevantes da área de *Compliance* no Banco:

Tendo em consideração os vários desenvolvimentos regulatórios, a Direcção de Risco e *Compliance* analisou o impacto regulatório e impulsionou as alterações necessárias às normas internas por forma a serem cobertas nos processos e consequentemente, entrarem para o fluxo de actividades do Banco, garantindo desta forma o seu cumprimento pelos vários intervenientes. Abaixo descrevem-se alguns projectos concluídos que foram despoletados pelas recentes alterações legislativas ou por iniciativa destas áreas nos últimos anos.

- Revisão das condições gerais de abertura e manutenção de conta;
- Elaboração da matriz regulatória de gestão de risco de *Compliance*;
- Reporte de operações suspeitas e de limiares;
- Elaboração e submissão às autoridades o relatório anual de avaliação de risco global de BC/FT;
- Revisão de políticas de *Compliance*;
- Gestão da remediação e actualização de processos de clientes;
- Elaboração da Ficha Normalizada;
- Elaboração do Código de Conduta que estabelece as relações entre o Banco e os seus clientes;
- Promoção de acções de formação e sensibilização de Prevenção ao Braqueamento de Capitais / Combate ao Financiamento ao Terrorismo;
- Implementação da ferramenta de gestão de risco de clientes;
- *Due Dilligence* das Relações de Correspondência Bancária.
- Assegurar que o Banco cumpre com regras e regulamentos no que tange a publicações obrigatórias dentro dos prazos estipulados de reportes financeiros, comerciais, de risco ou outros, e os reporta ao Banco de Moçambique;
- Implementação de novo sistema de Monitorização de Transacções;
- Revisão de diversas políticas e manuais de procedimentos antes da sua implementação.

Leis, Avisos emitidos pelo Banco de Moçambique:

Aviso n.º 01/GBM/2020 – Titulares de Cargos Relevantes de Gestão;

Aviso n.º 02/GBM/2020 – Procedimentos para selecção de notas e moedas de metical;

Aviso n.º 03/GBM/2020 – Aprova os capitais mínimos para as empresas prestadoras de serviços de pagamentos nas categorias de agregadoras de pagamento e instituições de transferência de fundos;

Aviso n.º 04/GBM/2020 – Informação sobre estatísticas monetárias, financeiras, do sector externo e de sistemas de pagamentos;

Aviso n.º 05/GBM/2020 – Obrigatoriedade de captação e envio de coordenadas geográficas dos pontos de acesso aos serviços financeiros;

Aviso n.º 06/GBM/2020 – Alteração do Aviso 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro;

Aviso n.º 07/GBM/2020 – Taxa de juro de referência do mercado cambial;

Aviso n.º 08/GBM/2020 – Concessão de Crédito pelos operadores de Microcrédito e organizações de poupança e empréstimos;

Aviso n.º 09/GBM/2020 – Regulamento de tratamento de reclamações;

Aviso n.º 10/GBM/2020 – Regulamento para o exercício de Agente Bancário;

Lei 20/2020 de 31 de Dezembro – Lei das Instituições de Crédito e Sociedade Financeiras.

Circulares emitidas pelo Banco de Moçambique:

Circular n.º 01/EMO/2020 – Aprova a taxa de incidência de reservas obrigatórias;

Circular n.º 02/EFI/2020 – Reestruturação de créditos no âmbito da Covid-19;

Circular n.º 04/EFI/2020 – Obrigatoriedade de cumprimento Integral das medidas para a prevenção e contenção da propagação da pandemia da Covid-19;

Circular n.º 05/EFI/2020 – Cumprimento Integral das medidas para a prevenção e contenção da propagação da pandemia da Covid-19;

Circular n.º 06/EFI/2020 – Programa de redução gradual dos empréstimos subordinados das acções preferenciais remíveis e de outros títulos dos fundos próprios.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REGULAMENTARES OCORRIDAS EM 2020

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REGULAMENTARES OCORRIDAS EM 2020





ANÁLISE FINANCEIRA & APLICAÇÃO DE RESULTADOS

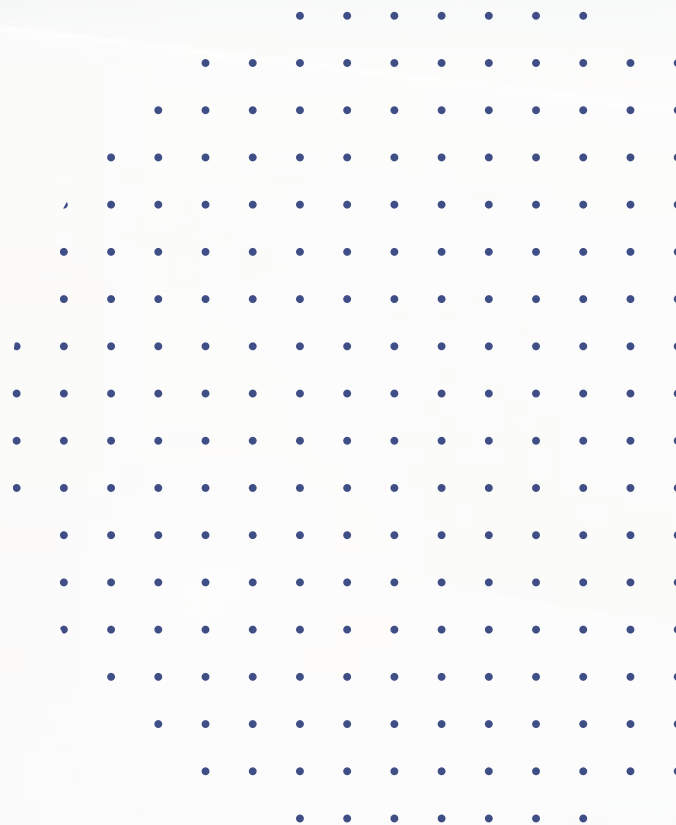
106 BALANÇO

111 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

115 INDICADORES DE GESTÃO

118 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

119 PARECER DO CONSELHO FISCAL



BALANÇO

A Em 2020 as Aplicações em instituições de crédito e os empréstimos e adiantamentos a clientes, apresentaram os crescimentos mais relevantes em termos de activos, na ordem dos 95,8% e de 47,3%, respectivamente.

B O Total de Passivos registou um crescimento absoluto de MZN 2,1 biliões (54%), dado o crescimento de depósitos de clientes em mais de MZN 2,3 biliões.

C Em 2020 os capitais próprios do Banco verificaram um aumento na ordem dos 24%, devido ao aumento realizado no capital social, bem como à incorporação dos resultados.

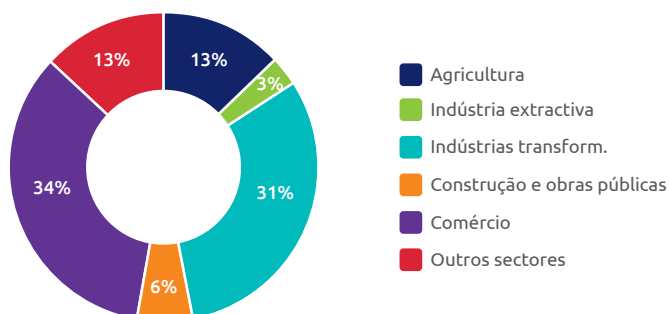
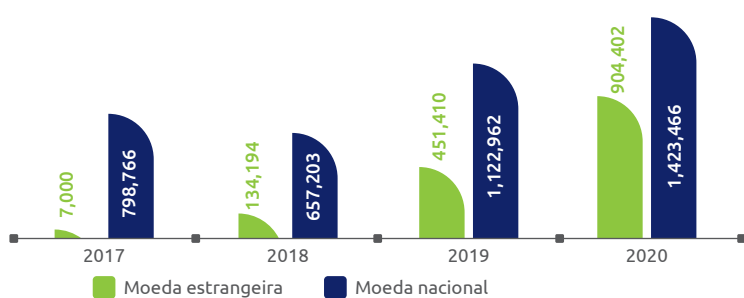
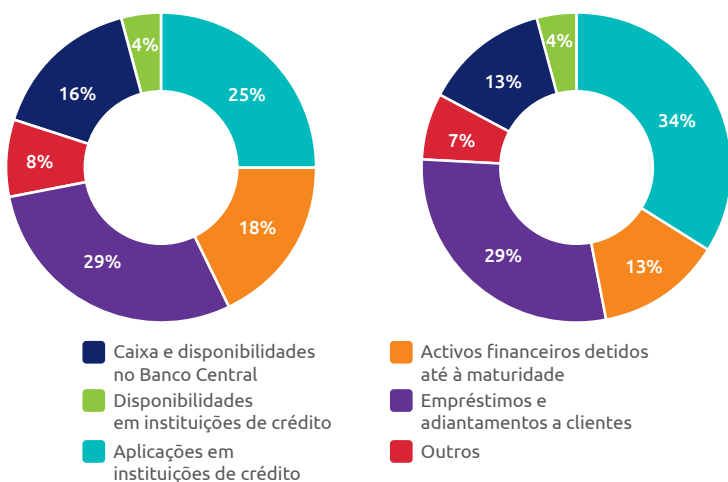
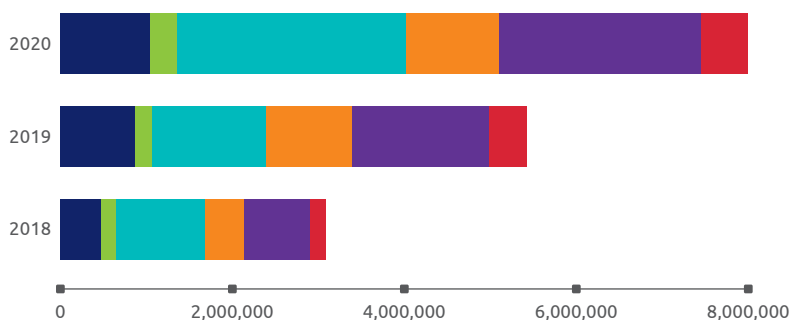
D O crédito por assinatura teve um crescimento na ordem dos 133%, com especial enfoque para o crescimento das cartas de crédito o que demonstra, cada vez mais, a aposta do Banco neste segmento de negócio.

(MZN´ 000)

Balanço	'20	'19	Var. (%)
ACTIVOS			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,022,474	864,698	18.2%
Disponibilidades em instituições de crédito	308,746	181,816	69.8%
A — Aplicações em instituições de crédito	2,604,403	1,330,203	95.8%
Activos financeiros detidos até a maturidade	1,041,375	958,947	8.6%
Activos financeiros disponíveis para a venda	6,328	6,328	0.0%
A — Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,233,267	1,515,653	47.3%
Outros activos	22,788	14,422	58.0%
Activos tangíveis	150,244	155,053	-3.1%
Activos intangíveis	21,085	15,558	35.5%
Activos não correntes detidos para a venda	22,753	29,244	-22.2%
Loações financeiras - imóveis	114,572	106,049	8.0%
Activos por impostos correntes	27,614	27,614	0.0%
Activos por impostos diferidos	139,042	53,543	159.7%
TOTAL DO ACTIVO	7,714,692	5,259,126	46.7%
PASSIVOS			
Aplicações de instituições de crédito	36,894	185,153	-80.1%
B — Depósitos de clientes	5,749,931	3,388,647	69.7%
Empréstimos subordinados	-	-	0.0%
Provisões para garantias bancárias	9,468	4,890	93.6%
Loações financeiras - imóveis	126,346	106,049	19.1%
Outros passivos	199,171	294,061	-32.3%
B — TOTAL DE PASSIVOS	6,121,809	3,978,801	53.9%
CAPITAL			
Capital social	1,700,000	1,515,000	12.2%
Reservas	90,538	80,380	12.6%
Resultados transitados	(325,212)	(382,774)	15.0%
Resultado líquido do exercício	127,558	67,720	88.4%
C — TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1,592,883	1,280,326	24.4%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	7,714,692	5,259,126	46.7%

(MZN´ 000)

Rúbricas off-balance	'20	'19	Var. (%)
CRÉDITO POR ASSINATURA			
Cartas de Crédito emitidas	1,714,175	437,466	291.8%
Garantias Bancárias prestadas	2,017,906	1,163,380	73.5%
D — TOTAL DO CRÉDITO POR ASSINATURA	3,732,081	1,600,846	133.1%



ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2020 o Activo do First Capital Bank totalizava cerca de MZN 7,7 mil milhões, o que representa um acréscimo na ordem dos MZN 2,5 mil milhões (46,7%) face ao saldo verificado em 31 de Dezembro de 2019.

Embora, de forma generalizada, se tenha observado um crescimento substancial nas diferentes rúbricas que compõem o Activo do Banco, é de destacar o crescimento verificado ao nível das aplicações em instituições de crédito, na ordem dos MZN 1.283 milhões (97,3%), que levou ao acréscimo relativo do peso desta rúbrica no total do Activo para 34%, face aos 25% verificados no ano anterior.

Apesar do crescimento verificado na carteira de crédito, na ordem dos MZN 718 milhões (47,3%) a maioria dos activos corresponde a activos líquidos e o rácio de transformação do Banco mantém-se a níveis conservadores (40,89%).

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES - LÍQUIDOS

Não obstante o crescimento acentuado verificado na rúbrica de empréstimos e adiantamentos a clientes, o Banco mantém um perfil de risco de crédito conservador, focando-se, essencialmente, no apoio a projetos de risco reduzido e que apresentem níveis confortáveis de garantias reais.

DEPÓSITOS DE CLIENTES

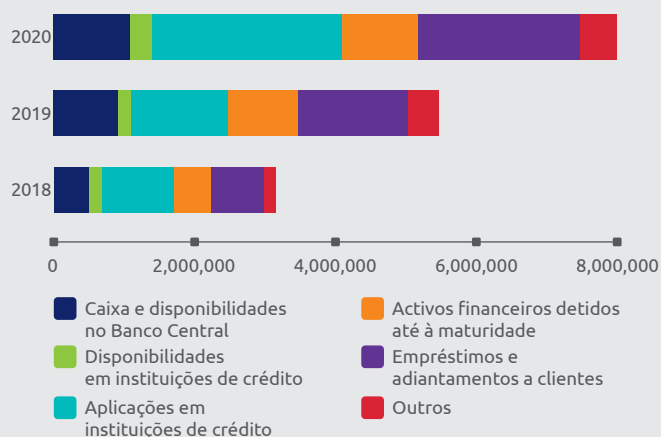
Durante o ano de 2020 verificou-se um aumento substancial dos depósitos de clientes, na ordem dos MZN 2.361,2 milhões (69,7%), face ao ano de 2019. O acréscimo verificado tem origem, essencialmente, no segmento de empresas, quer ao nível dos depósitos à ordem, quer ao nível dos depósitos a prazo.

A atenção no serviço ao cliente, com princípios assentes em rapidez, rigor e flexibilidade, tem contribuído, decisivamente, para este comportamento da carteira de depósitos, com um crescimento bastante acima da média de mercado, permitindo, desta forma, o aumento de 17% da nossa quota de mercado no segmento de depósitos no ano de 2020.

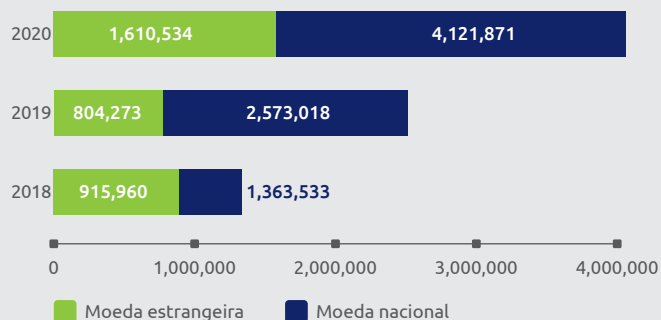
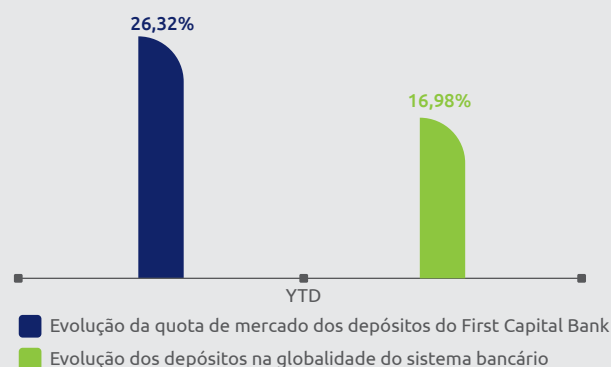
Em 2020 verificou-se um aumento dos depósitos em moeda nacional, na ordem dos 60% e um aumento dos depósitos em moeda estrangeira em cerca de 100%.

Adicionalmente, a consolidação da nossa actividade em Nampula, bem como a abertura de um escritório na Beira, também contribuíram positivamente para o crescimento da rúbrica de depósitos de clientes.

O crescimento substancial da carteira de depósitos, bastante acima da média de mercado, permitiu que o Banco superasse, pela primeira vez na sua história, uma quota de mercado de depósitos acima de 1%.



EVOLUÇÃO DA QUOTA DE MERCADO DE DEPÓSITOS (MZN'000)



+60%
aumento dos depósitos em moeda nacional

+100%
aumento dos depósitos em moeda estrangeira

INDICADORES DE GESTÃO - QUALIDADE DO ACTIVO

O nível de NPL's verificado em 2020, conjugado com um rácio de solvabilidade bastante robusto, na ordem dos 36%, bem como níveis elevados de liquidez, demonstram a solidez financeira do First Capital Bank, bem como a sua capacidade de continuar a apoiar os investimentos dos seus Clientes na economia Moçambicana, seleccionando projectos adequados ao seu perfil de risco de crédito, nos vários sectores da actividade económica.

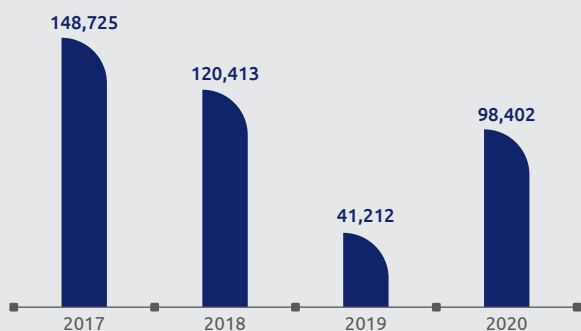
Em 31 de Dezembro de 2020, o First Capital Bank apresentava NPL's na ordem dos MZN 98 milhões o que representa uma aumento de cerca de MZN 57 milhões face aos saldos a 31 de Dezembro de 2019. Mesmo perante este aumento, os NPL's encontram-se bastante abaixo dos verificados em 2017 e 2018 e da média do mercado.

A carteira de crédito tem registado um aumento contínuo significativo desde 2017. Ainda que grande parte dos clientes com financiamento apresentem garantias reais e elevada probabilidade de recuperação em caso de situações de incumprimento o perfil conservador do Banco aliado ao cenário actual que enfrentamos, levou ao reforço das imparidades para 2020.

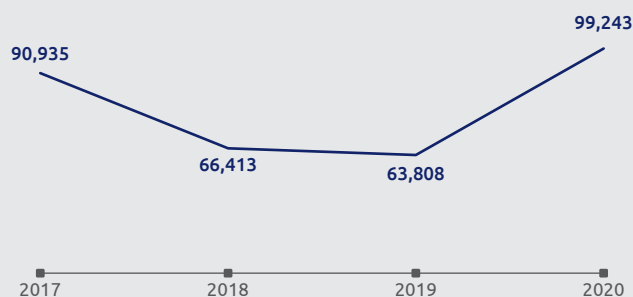
Desde 2019 que, ao contrário dos anos anteriores, o Banco tem observado níveis de coberturas de NPL's por imparidades acima dos 100%, o que demonstra a postura conservadora do Banco em termos da abordagem ao risco de crédito e às respectivas imparidades.

Em 2020, o rácio de NPL's sobre o crédito concedido a clientes ainda que tenha observado um ligeiro aumento, manteve-se em níveis bastante reduzidos, em particular quando comparado com a média do sector financeiro Moçambique.

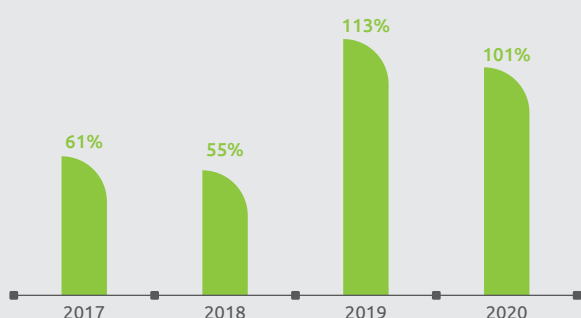
NPLs (MZN'000)



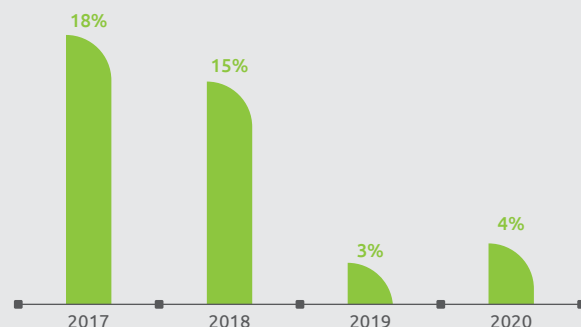
IMPARIDADE ACUMULADA (MZN'000)



IMPARIDADE ACUMULAD/NPLs

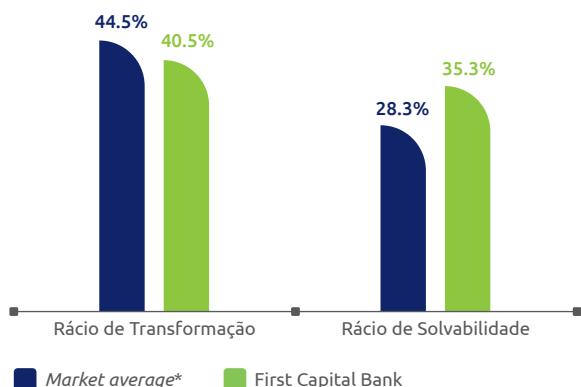


NPLs/CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)





INDICADORES FINANCEIROS E PRUDENCIAIS



* Média ponderada pela quota de mercado dos activos - Dados do Banco de Moçambique referentes a 14 bancos, nomeadamente: ABC, Banco Mais, BIM, Banco Único, ABSA, BCI, First Capital Bank, Ecobank, FNB, Moza Banco, Société Générale, Socremo, Standard Bank e UBA.

Em Dezembro de 2020, o Rácio de Transformação do First Capital Bank manteve-se em linha com a média do mercado - ponderada pela quota de mercado dos activos dos principais concorrentes, tendo-se situado ligeiramente abaixo. O Banco apresenta 40,5% de Rácio de Transformação, face a 44,5% de média do mercado.

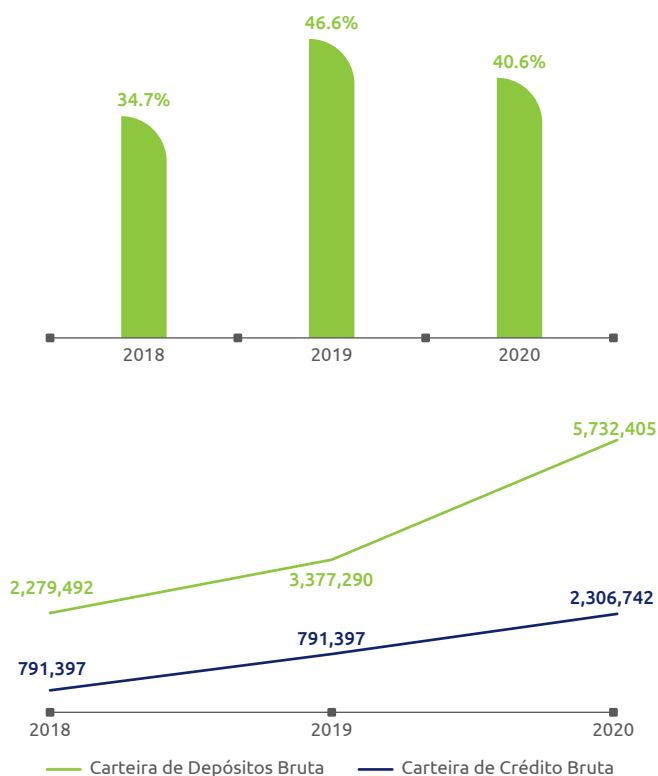
Também o Rácio de Solvabilidade do Banco se encontra acima da média do mercado e bastante acima das exigências regulamentares, o que corrobora a solidez do Banco, apesar do crescimento das suas exposições de risco, nomeadamente ao Risco de Crédito.

Posto isto, é notória a performance positiva do Banco, que mantém um crescimento sólido ao longo dos últimos anos e se mostra competitivo e ajustado às necessidades do sector financeiro moçambicano, principalmente quando comparado com os seus principais concorrentes.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2020, tal como o ano anterior, foi marcado pelo aumento significativo dos depósitos captados de clientes, 70% relativamente ao ano anterior. Este crescimento dos depósitos em 2020 foi resultado dos depósitos de clientes *corporate* (com um aumento de 81,5%), e um aumento dos depósitos de particulares em 32%.

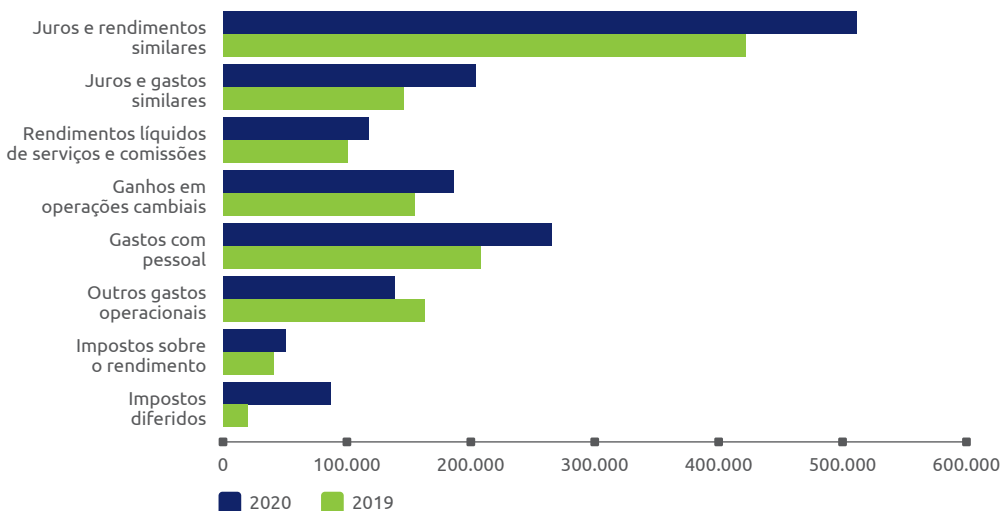
Muito embora o Banco tenha verificado um crescimento significativo da sua carteira de crédito, o maior aumento relativo da carteira de depósitos levou à redução do rácio de transformação de créditos em depósitos, de cerca de 47% para 41%. Ou seja, o Banco ainda apresenta oportunidades para alavancar a sua actividade através da concessão de créditos aos clientes.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(MZN´ 000)

Demonstração de Resultados		'20	'19	Var. (%)
	Juros e rendimentos similares	515,252	423,171	21.8%
	Juros e gastos similares	(204,345)	(146,119)	-39.8%
A B	MARGEM FINANCEIRA	310,907	277,052	12.2%
	Rendimentos líquidos de serviços e comissões	116,730	98,361	18.7%
	Ganhos em operações cambiais	187,905	154,652	21.5%
	Resultados de investimentos em títulos	(4,235)	(1,608)	-163.4%
A	MARGEM COMPLEMENTAR	300,400	251,405	19.5%
C	PRODUTO BANCÁRIO	611,308	528,457	15.7%
	Gastos com imparidade de crédito	(46,539)	(26,534)	-75.4%
	RENDIMENTOS OPERACIONAIS	564,769	501,922	12.5%
D	Gastos com pessoal	(267,250)	(207,885)	-28.6%
	Depreciações e amortizações	(35,187)	(25,297)	-39.1%
	Depreciações em locação financeira	(30,139)	(14,303)	-110.7%
	Outros gastos operacionais	(138,779)	(163,649)	15.2%
	Imparidade de activos não correntes detidos para a venda	(3,000)	(15,365)	80.5%
	Imparidades para garantas bancárias	(3,974)	(1,887)	-110.6%
	Imparidades de outros instrumentos financeiros	(1,875)	(988)	-89.7%
	Outros ganhos operacionais	6,763	15,253	55.7%
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	91,328	87,802	4.0%
	Impostos sobre o rendimento	(49,270)	(39,752)	-23.9%
	Impostos diferidos	85,499	19,670	334.7%
E	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	127,558	67,720	88.4%



A

O crescimento da Margem Complementar em cerca de MZN 49,0 milhões (20%) deve-se ao aumento significativo dos ganhos em operações cambiais em MZN 33,3 milhões e dos rendimentos líquidos de serviços e comissões, em MZN 18,4 milhões. Para esta variação contribuíram decisivamente os segmentos de Trade Finance e de Treasury, que tem tido, cada vez mais, um papel fundamental no crescimento do Banco.

B

Mesmo num cenário de descida de taxas de juro, o Banco aumentou a sua margem financeira em 12.2%, para MZN 310 Milhões.

C

O Produto Bancário registou um aumento substancial de MZN 82,9 milhões dado o aumento das Margens Financeira e Complementar.

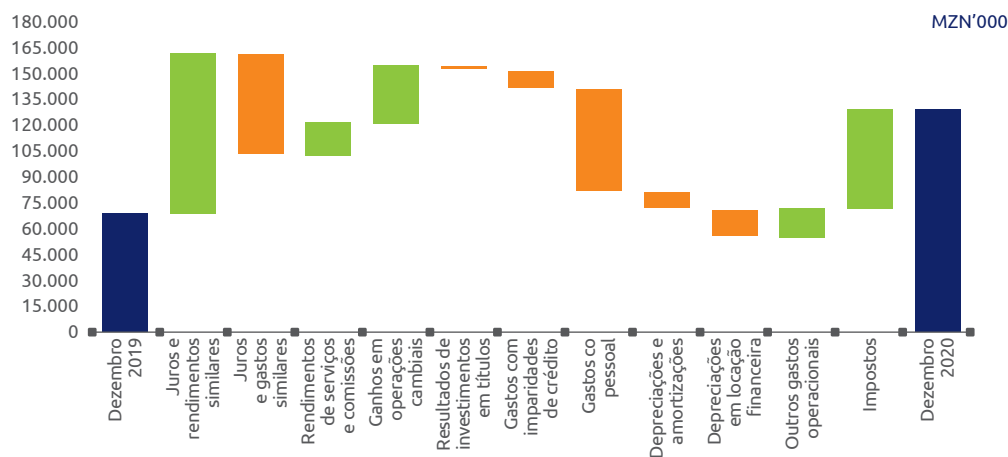
D

Os custos com pessoal aumentaram cerca de 29%, face a 2019, em função do aumento significativo do número de colaboradores do Banco, em particular ao nível do *Front-office*, bem como de cargos de direcção.

E

O Resultado Líquido do Exercício registou um aumento de 88% face ao ano anterior.

Imparidades e provisões - Imparidades de activos não correntes detidos para a venda, provisões para garantias bancárias e imparidades de outros instrumentos financeiros



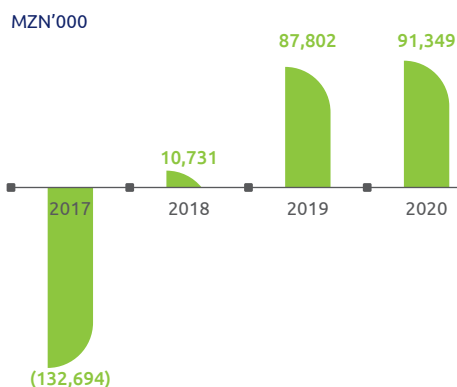
O ano de 2020 foi marcado por um resultado líquido positivo de MZN 127.558 milhares, o que comprova uma *performance* mais robusta relativamente ao verificado em 2019, MZN 67.720 milhares, que corresponde à um aumento de 88,4%.

As rubricas que contribuíram de forma mais evidente para o crescimento dos resultados em 2020, relativamente ao ano anterior, foram: Margem financeira, dado o crescimento de 47% da carteira de crédito, Rendimento de Serviços e Comissões devido à intensificação da actividade bancária, assim como Ganhos em Operações Cambiais através do maior reconhecimento e presença do Banco no mercado cambial. Este crescimento foi amortecido com o crescimento natural de custos relativos à captação de liquidez e aumento da estrutura do Banco como suporte ao maior fluxo de actividade, tais como essencialmente Juros e gastos similares, dado o aumento da carteira de depósitos, os gastos com pessoal, resultado do aumento do *headcount*, os gastos operacionais directamente relacionados com o crescimento da estrutura física do Banco. Imparidades e provisões foram reforçadas, os impostos sobre o rendimento aumentaram ligeiramente tendo em conta o maior volume de operações no Mercado Monetário Interbancário.

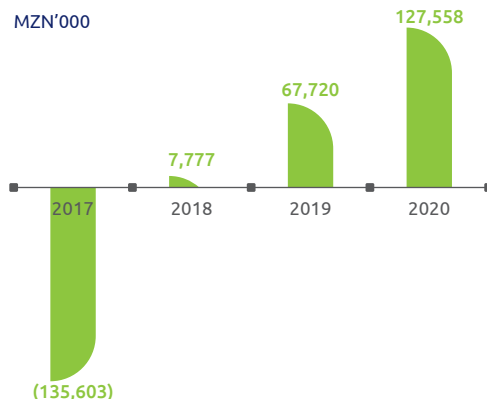
RESULTADO ANTES E APÓS IMPOSTOS

Pelo 3.º ano consecutivo o Banco obteve resultados positivos, o que demonstra o sucesso da estratégia implementada pela equipa de gestão do Banco nos últimos anos, bem o esforço e empenho de todos os seus colaboradores e restantes *stakeholders*. Em particular, ano de 2020, mesmo num cenário adverso e com um investimento significativo na sua estrutura, nomeadamente ao nível dos seus Recursos Humanos e de IT, o Banco apresentou um crescimento dos seus resultados após impostos de cerca de 88%, para MZ 127,6 Milhões, face aos resultados alcançados em 2019.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO



RESULTADO APÓS IMPOSTOS



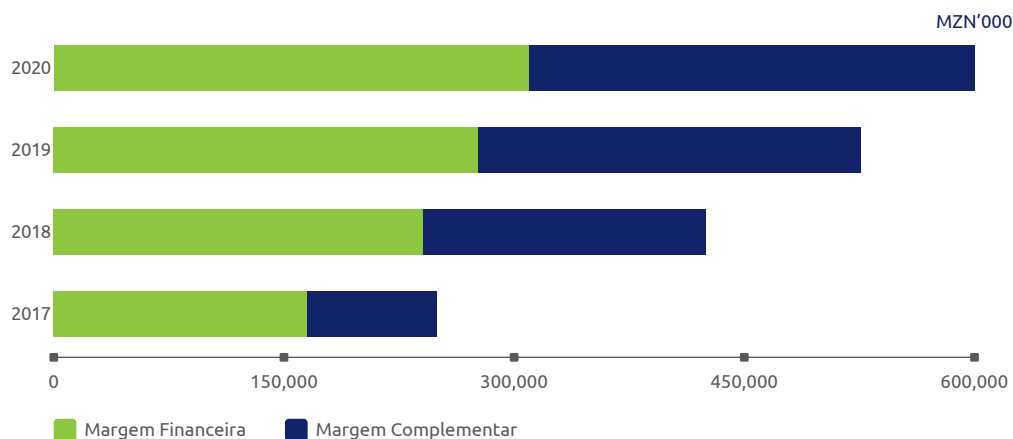
PRODUTO BANCÁRIO

O acréscimo verificado ao nível dos depósitos de clientes, na ordem dos MZN 2.361 milhões, conjugado com uma eficiente gestão dos activos do Banco, levaram ao incremento de MZN 34 milhões (12,2%) da margem financeira.

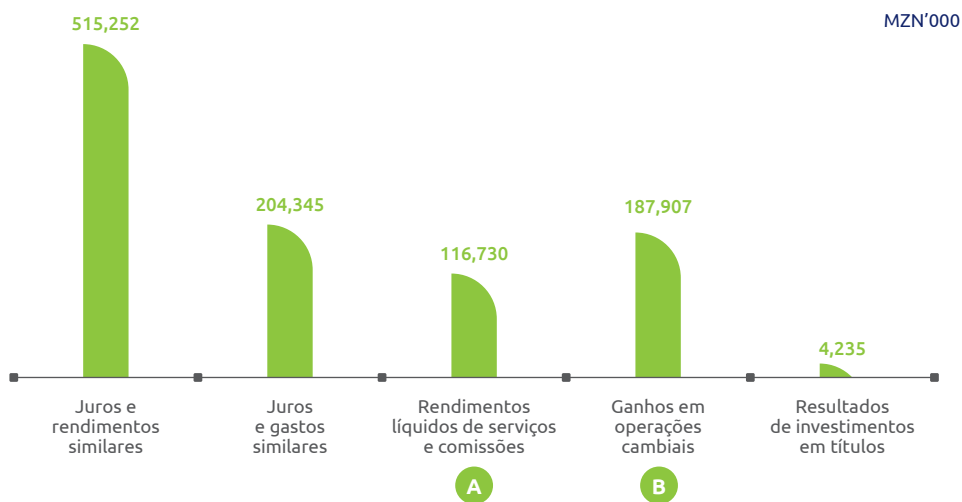
Em 2020 verificou-se um crescimento de cerca de MZN 92 Milhões (21,8%) dos juros e rendimentos similares para MZN 515 milhões, face aos MZN 423 milhões verificados em 2019. Por outro lado, no mesmo período supra indicado, os juros e gastos similares aumentaram cerca de MZN 58 Milhões (39,8%), para MZN 204 Milhões.

A variação positiva dos ganhos em operações cambiais para MZN 187 milhões, com um crescimento anual equivalente a MZN 33 milhões (21%) face a 2019, bem como o acréscimo de MZN 18 milhões (18,7%) na rubrica de rendimentos líquidos de serviços e comissões, contribuíram significativamente para o aumento de MZN 49 milhões (20%) da margem complementar do Banco em 2020.

O aumento das transações de compra e venda de moeda estrangeira, bem como o aumento da carteira de crédito, garantias bancárias e cartas de crédito e comissões associadas, justificam grande parte do comportamento da margem complementar em 2020.



CONSTITUIÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO EM 2020



A

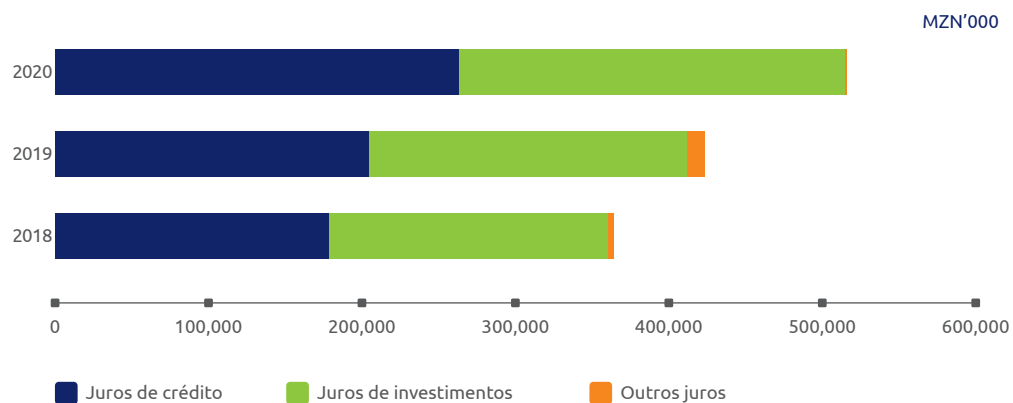
Intensificação da actividade operacional bancária no que respeita a a cartas de crédito e garantias tornou os rendimentos de serviços e comissões mais significativos para os resultados do Banco.

B

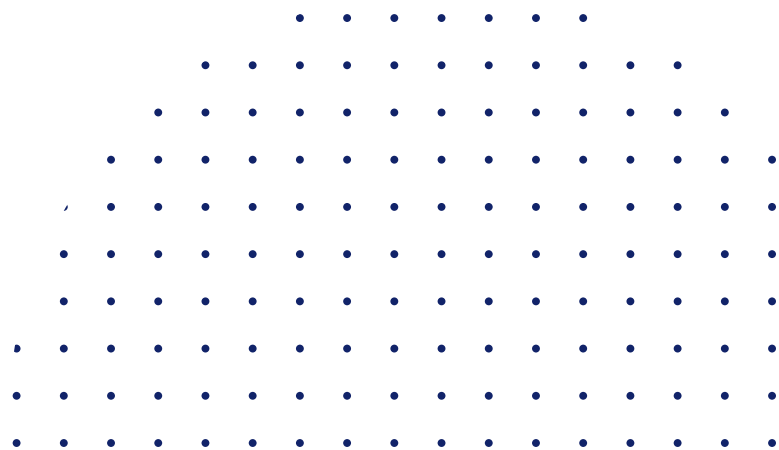
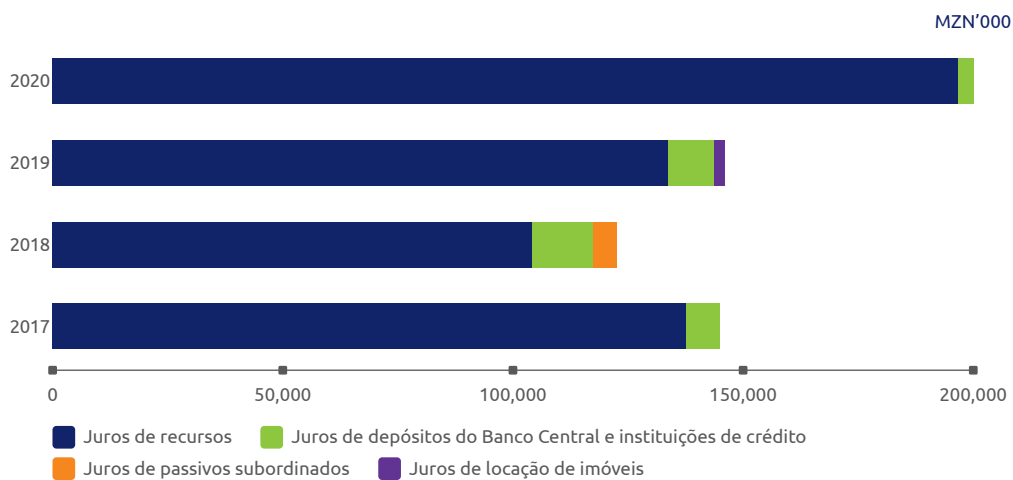
Maior presença no Mercado Cambial levou ao crescimento dos ganhos em operações cambiais em 22% desde 2019, e aumentam o peso desta rubrica na Margem Complementar (63%).

MARGEM FINANCEIRA

CONSTITUIÇÃO DOS JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

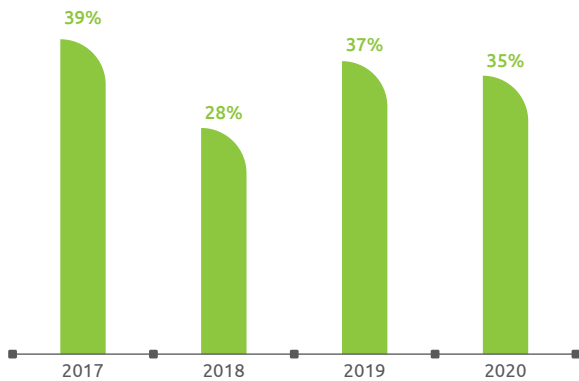


CONSTITUIÇÃO DOS JUROS E GASTOS SIMILARES



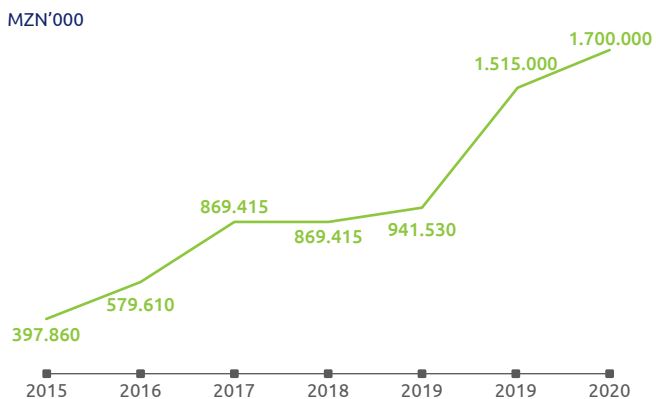
INDICADORES DE GESTÃO

RÁCIO DE SOLVABILIDADE



Em 2020 verificou-se uma ligeira depreciação dos rácios de capital do Banco para 35,25% face aos anteriores 36,80%, mantendo-se, no entanto, bastante acima do mínimo regulamentar de 12%.

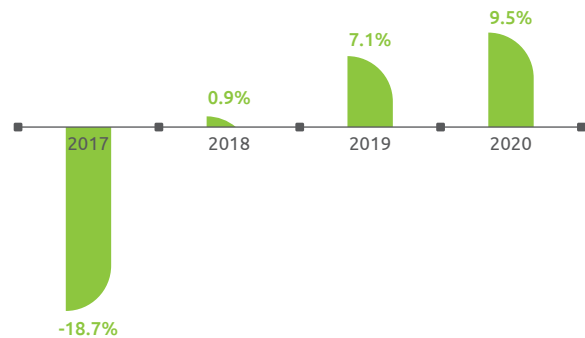
CAPITAL SOCIAL



A 31 de Dezembro de 2020 o capital social do Banco ascendia a MZN 1,7 biliões, considerando o aumento de capital de MZN 185 milhões realizado no exercício de 2020.

Este aumento de capital, para além de contribuir para reforço da robustez do Banco, permitiu um maior investimento em IT e nos nossos Recursos Humanos, com o objectivo de melhorar o serviço de excelência aos nossos clientes.

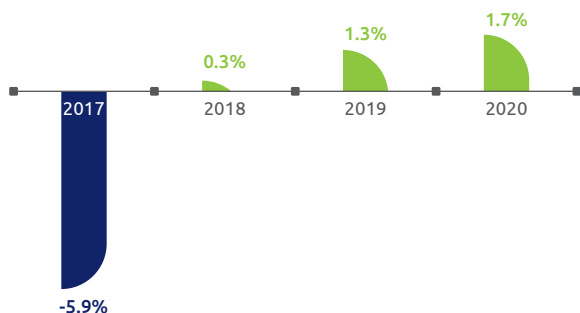
RENTABILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE)



Em 2020 o Banco apresentou um resultado líquido na ordem dos MZN 127 Milhões, o que representa um aumento de 88,4% face ao resultado de MZN 67 Milhões verificado em 2019.

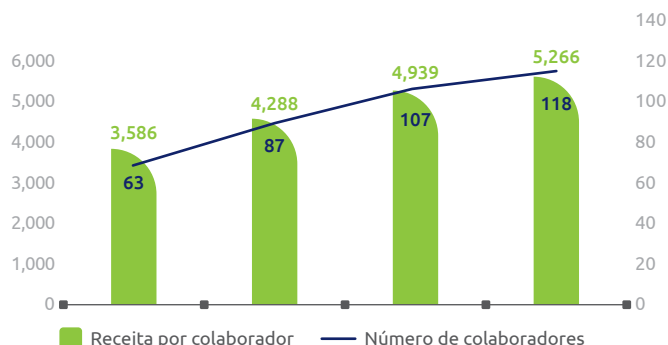
Embora em 2020, se tenha observado um aumento de capital de MZN 185 milhões (10,8% de variação), o acréscimo verificado no resultado líquido do Banco, levou ao incremento da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) do Banco de 7,1%, em 2019, para 9,5%, em 2020.

RENTABILIDADE DO ACTIVO TOTAL



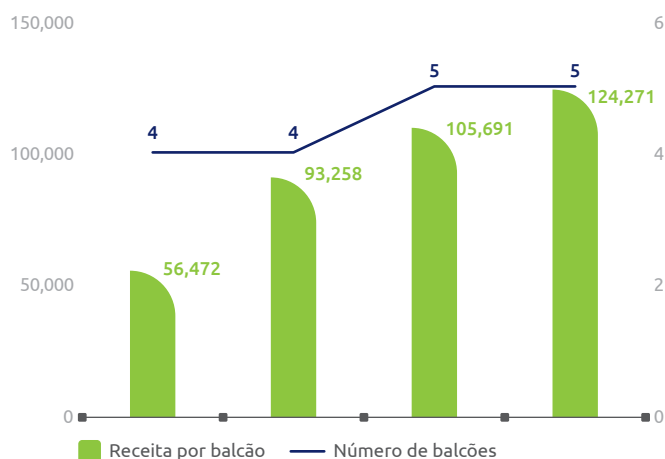
Em 2020, o Banco mostrou-se ainda mais eficiente face ao verificado nos anos anteriores. Não obstante o aumento verificado ao nível dos Activos do Banco (46,6%), o aumento substancial do resultado líquido (88,4%), permitiu a melhoria deste indicador de 1,3% para 1,7%, em 2020.

RECEITA POR COLABORADOR

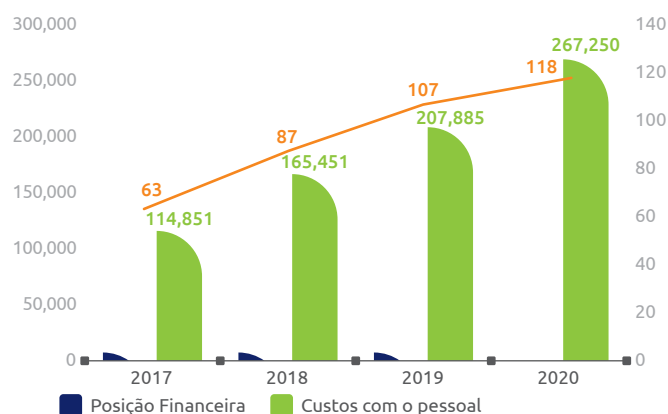


Apesar do elevado investimento que o Banco tem feito no seu *headcount*, o crescimento verificado no Produto Bancário permitiu o crescimento da Receita por Colaborador.

RECEITA POR BALCÃO

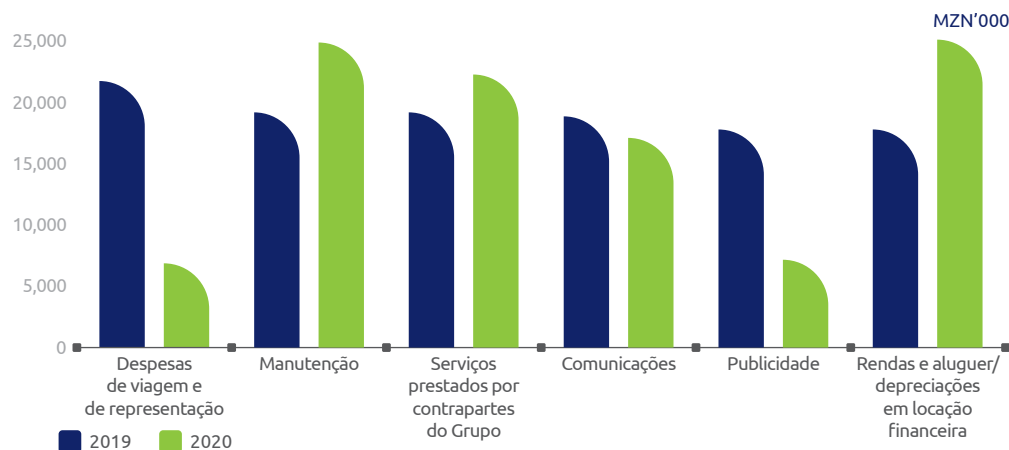


GASTOS COM PESSOAL



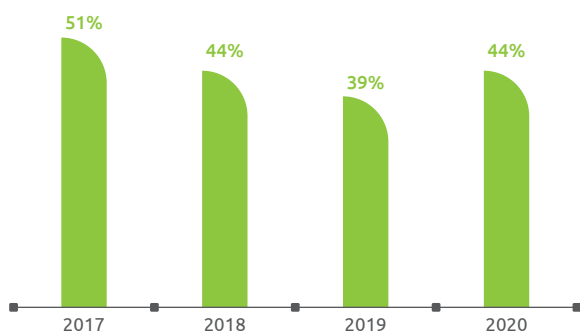
Os gastos com pessoal tem verificado um crescimento de acordo com as expectativas, em função do investimento nas nossas pessoas ao longo dos últimos anos.

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

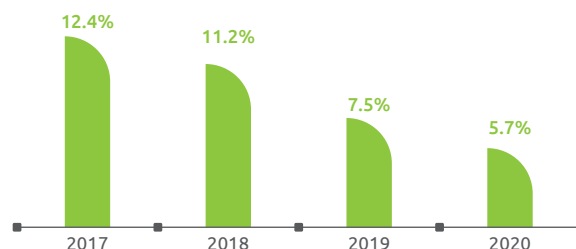


Em 2020, o maior crescimento dos gastos operacionais verificou-se nos serviços especializados, em particular nos serviços prestados por contrapartes do grupo. Por outro lado, rubricas como despesas com Viagens e de representação, Marketing e comunicação, apresentaram descidas substanciais resultantes da pandemia.

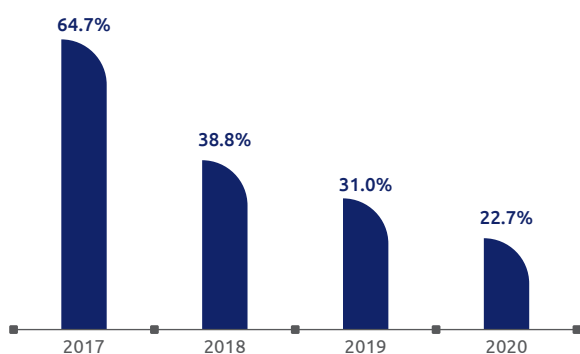
GASTOS COM PESSOAL/ PRODUTO BANCÁRIO



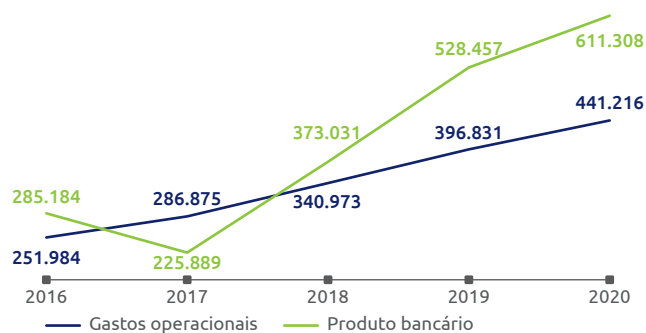
GASTOS OPERACIONAIS/ ACTIVOS TOTAIS



FSE/PRODUTO BANCÁRIO



RELAÇÃO DE CRESCIMENTO ENTRE RECEITA E CUSTOS



Nos últimos anos, em função dos objectivos estratégicos definidos e tendo em consideração uma melhoria contínua do suporte ao seu negócio, o Banco tem realizado investimentos estruturais significativos ao nível dos seus recursos humanos, da sua componente tecnológica e das suas instalações.

Não obstante os investimentos realizados, os crescimentos verificados no volume de negócios do Banco e no seu produto bancário, bem como um acompanhamento permanente e criterioso dos seus custos, permitiram uma melhoria generalizada dos indicadores de *performance* do Banco.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DE 2020

100%

MZN 127.6 MILHÕES

85%

MZN 108.4 MILHÕES
RESULTADOS
TRANSITADOS

15%

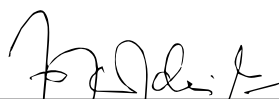
MZN 19.1 MILHÕES
RESERVA LEGAL



Hitesh Anadkat
Presidente do Conselho
de Administração



Vijay Kantaria
Administrador
Não Executivo



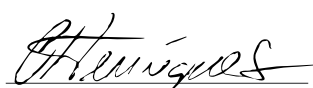
José Caldeira
Administrador Não
Executivo Independente



Bantwal Prabhū
Administrador Não
Executivo Independente



António de Sousa
Administrador Não
Executivo Independente



Carlos Henriques
Administrador Não
Executivo Independente



Tiago Contente
Administrador
Delegado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais vigentes do código Comercial, no seu art.º 437.º, a Lei das Instituições Financeiras 15/99 e das disposições Estatutárias, o Conselho Fiscal submete à apreciação dos Exmos Accionistas do First Capital Bank SA, o seu Parecer sobre as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício de 2020.

O Conselho Fiscal enquanto órgão de fiscalização, acompanhou a evolução da actividade do Banco através da informação de gestão e da auditoria interna, informação fornecida pelos auditores externos, apreciação das demonstrações financeiras e informações relevantes e esclarecimentos disponibilizados pela Administração e Serviços do Banco.

No exercício das suas funções o Conselho Fiscal prestou especial atenção ao Relatório e opinião do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras do exercício 2020, emitido sem reservas e com o qual concordamos. As demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração, incluindo os balanços, as contas de demonstração de resultados e respectivas notas explicativas anexas, elaboradas em conformidade com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis, foram do conhecimento prévio do Conselho Fiscal, reflectem uma imagem verdadeira e apropriada dos activos e passivos do Banco e apresentam de forma adequada a situação financeira e dos resultados do First Capital Bank no fim do exercício de 2020. Tendo como base, o relatório de gestão do Conselho de Administração do Banco, o relatório dos auditores independentes e demais informações relevantes concluiu-se o seguinte:

1. Que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor, expõe de forma clara a evolução dos negócios evidenciando os aspectos mais expressivos da actividade do Banco no decurso do exercício findo e espelha com propriedade, a actividade desenvolvida na prossecução da estratégia definida pelo Banco.
2. O Balanço, a Demonstração de Resultados, as alterações dos Fundos Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, representam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a situação patrimonial e os resultados do exercício.
3. Que os critérios valorimétricos usados e as políticas seguidas são consistentes com as que vem sendo utilizadas em anos anteriores e estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e as Disposições Estatutárias aplicáveis. Apraz-nos registar a evolução positiva da actividade global do Banco não obstante os efeitos negativos provocados pela pandemia do COVID na economia nacional. Assistiu-se a um crescimento significativo da actividade bancaria, em particular do Crédito, dos Depósitos e das Operações em moeda externa. De registar o crescimento dos resultados positivos do Banco, das rentabilidades do activo e do capital, bem como a solidez dos seus rácios de liquidez e solvabilidade no mercado interbancário nacional.

De salientar que para a melhoria substancial do desempenho do Banco, dos resultados e da solidez financeira, em muito contribuíram o processo de reorganização e reestruturação do Banco em curso, o reforço das normas, regulamentos e metodologias de trabalho, a melhoria dos sistemas de controlo interno e dos sistemas de reporte do Banco e uma política de formação abrangente dos recursos humanos, como forma de garantir a sua constante valorização. Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Conselho Fiscal propõe aos Srs. Accionistas:

1. A aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração e das contas referentes ao exercício de 2020.
2. A Aprovação da proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2020 constante no Relatório do Conselho de Administração, de 15% para Reserva Legal e 85% de Resultados transitados.

Finalmente expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração, aos auditores independentes e a todos os colaboradores com quem contactamos, pelo valioso apoio prestado para o cabal cumprimento das nossas responsabilidades.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da actividade do Banco através da informação de gestão e da auditoria interna, informação fornecida pelos auditores externos, apreciação das demonstrações financeiras e informações relevantes e esclarecimentos disponibilizados pela Administração e Serviços do Banco.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

123 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

125 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

129 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FIRST CAPITAL BANK, S.A.

31 DE DEZEMBRO DE 2020

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do First Capital Bank, S.A. em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020, constantes das páginas 4 a 55, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A., em 26 de Março de 2021 e vão assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração

Hitesh Anadkat
Presidente do Conselho
de Administração

Vijay Kantaria
Administrador
Não Executivo

José Caldeira
Administrador Não
Executivo Independente

Bantwal Prabhū
Administrador Não
Executivo Independente

António de Sousa
Administrador Não
Executivo Independente

Carlos Henriques
Administrador Não
Executivo Independente

Tiago Contente
Administrador
Delegado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS ACCIONISTAS DO FIRST CAPITAL BANK, S.A.

Deloitte.

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras do **First Capital Bank, S.A.** (“o Banco”), constantes das páginas 4 a 55, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **First Capital Bank, S.A.** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

BASES PARA A OPINIÃO

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)*, órgão da *IFAC – International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

OUTRA INFORMAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique), Lda.

Sociedade de Auditores Certificados n.º 09/SAC/OCAM/2014

Representada por:

Zacaria Fakir

Partner

Auditor Certificado n.º 16/CA/OCAM/2012

Maputo, 26 de Março de 2021



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(MONTANTES EXPRESSOS EM METICAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	'20	'19
Juros e rendimentos similares	2	515,252,426	423,171,273
Juros e gastos similares	2	(204,345,040)	(146,119,465)
MARGEM FINANCEIRA		310,907,386	277,051,808
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	3	116,729,683	98,361,214
Rendimentos em operações cambiais	4	187,905,464	154,651,630
Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	5	(4,234,725)	(1,607,766)
MARGEM COMPLEMENTAR		300,400,422	251,405,078
PRODUTO BANCÁRIO		611,307,808	528,456,886
Gastos com imparidade de crédito	15	(46,538,800)	(26,534,447)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS		564,769,008	501,922,439
Gastos com pessoal	6	(267,250,230)	(207,885,153)
Depreciações e amortizações	18, 19	(35,187,446)	(25,297,187)
Depreciações de activos sob direitos de uso	20	(30,138,984)	(14,302,827)
Outros gastos operacionais	7	(138,778,633)	(163,648,557)
Imparidade de activos não correntes detidos para a venda	17	(3,000,000)	(15,364,721)
Imparidade de outros instrumentos financeiros	12, 13	(1,874,543)	(988,378)
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	24	(3,973,551)	(1,887,151)
Outros ganhos operacionais	8	6,762,710	15,253,224
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO		91,328,331	87,801,689
Imposto corrente	9	(49,269,510)	(39,751,562)
Imposto diferido	9	85,498,747	19,669,529
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		127,557,568	67,719,656
Outro rendimento integral		-	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL		127,557,568	67,719,656



O Administrador Delegado



O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	'20	'19
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,022,474,196	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	11	308,746,181	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito	12	2,604,403,203	1,330,202,613
Activos financeiros ao custo amortizado	13	1,041,375,135	958,946,535
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	2,233,267,106	1,515,653,488
Outros activos	16	22,788,440	14,422,213
Activos não correntes detidos para a venda	17	22,753,371	29,243,511
Activos tangíveis	18	150,244,099	155,053,164
Activos sob direito de uso	20	114,572,353	106,049,070
Activos intangíveis	19	21,085,117	15,557,560
Activos por impostos correntes	21	27,613,854	27,613,854
Activos por impostos diferidos	9	139,041,718	53,542,971
TOTAL DO ACTIVO		7,714,692,321	5,259,126,432
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	22	36,893,709	185,152,762
Depósitos de clientes	23	5,749,930,661	3,388,647,456
Provisões para garantias prestadas e créditos documentários	24	9,467,594	4,890,362
Passivos de locação	20	126,345,638	106,049,070
Outros passivos	25	199,171,485	294,061,116
TOTAL DO PASSIVOS		6,121,809,087	3,978,800,766
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	26	1,700,000,000	1,515,000,000
Reservas	27	90,538,026	80,380,077
Resultados transitados		(325,212,360)	(382,774,067)
Resultado líquido do exercício		127,557,568	67,719,656
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1,592,883,234	1,280,325,666
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		7,714,692,321	5,259,126,432



O Administrador Delegado



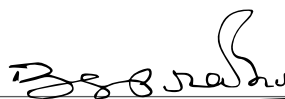
O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 27)

	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reserva para risco de crédito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2019	869,415,000	72,115,000	30,890,993	48,322,590	(389,384,206)	7,776,634	639,136,010
Aumento de capital	645,585,000	(72,115,000)	-	-	-	-	573,470,000
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	1,166,495	-	6,610,139	(7,776,634)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	67,719,656	67,719,656
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1,515,000,000	-	32,057,488	48,322,590	(382,774,067)	67,719,656	1,280,325,666
Aumento de capital	185,000,000	-	-	-	-	-	185,000,000
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	10,157,949	-	57,561,707	(67,719,656)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	127,557,568	127,557,568
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1,700,000,000	-	42,215,436	48,322,590	(325,212,360)	127,557,568	1,592,883,234



O Administrador Delegado



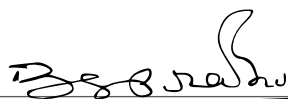
O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	'20	'19
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		127,557,568	67,719,656
Depreciações e amortizações	18, 19	35,187,446	25,297,187
Gasto com imparidade de crédito	15	50,512,351	28,421,597
Gastos com imparidades de activos não correntes detidos para a venda		3,000,000	15,364,721
Gasto com imparidade de outros activos		1,854,071	988,378
Acréscimos e diferimentos de juros		(41,582,971)	24,818,910
Variação nos activos operacionais		(781,525,339)	(859,723,472)
Variação nos passivos operacionais		2,143,008,322	1,475,258,717
Variação nos outros activos correntes		(85,498,748)	(23,314,789)
Variação no limite de reservas mínimas obrigatórias		(286,513,568)	(252,016,835)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		1,165,999,133	502,814,071
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de activos tangíveis	18, 19	(26,364,214)	(93,902,227)
Aquisição de activos intangíveis		(9,541,725)	(14,257,583)
Aquisição de títulos	13	(1,022,741,300)	(954,799,000)
Reembolso de títulos	13	980,041,600	477,603,900
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(78,605,639)	(585,354,910)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social		185,000,000	573,470,000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		185,000,000	573,470,000
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1,272,393,493	490,929,162
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1,776,712,350	1,285,783,188
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO ANO	30	3,049,105,843	1,776,712,350



O Administrador Delegado



O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em Julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na recepção de depósitos, concessão de créditos aos particulares e às empresas, bem como na realização de operações de banca de investimento a nível nacional.

1.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticals que é a moeda funcional do Banco.

Estas políticas contabilísticas são consistentes face às políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2021 e serão submetidas para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

1.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS SIGNIFICATIVOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, réditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *inputs* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na IFRS 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da IAS 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

1.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

a) Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Activos financeiros ao custo amortizado
- ii. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais. Derivados relacionados a um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro composto como um todo é avaliado para classificação. Os modelos de negócios são explicados como se segue:

I. Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido por um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido ao um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão se centra em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- a frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

II. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro.
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente activos financeiros na data em que o Banco se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis a aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9:

- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relatório após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constituiria uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é, ou não, cumprido.

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revisto na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no *timing* dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos) e adendas às cláusulas contratuais. O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, então:

Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for maior que 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Isso aplica-se somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de *default*) remanescente ao longo da vida estimada com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de colectar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do

mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece a sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do *writte off* de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

Imparidades

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) e é aplicado aos seguintes instrumentos financeiros: activos financeiros classificados como instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas. Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- Estágio 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperados resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.
- Estágio 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas no estágio 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial e incorporação da informação *forward - looking* no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (*probability of default – PD*) e perda dado o incumprimento (*loss given default – LGD*).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se em consideração ao seguinte:

- As PD são determinadas através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativa e qualitativa do mutuário. Neste termo, o Banco toma em consideração a *performance* e *default* acerca das exposições de risco de crédito e efectua-se uma análise por tipos de clientes e produtos, sendo que, os PD's são atribuídos em função do risco específico de cada mutuário.

- O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *defaults* das contrapartes. O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação. Na determinação do LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imóveis habitacionais ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de Tesouro e Bilhetes de Tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil, pois o incumprimento é um componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- é improvável que o mutuário pague integralmente as suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como o *status* de atraso e o não pagamento de outra obrigação da mesma contraparte, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base na duração ao invés da ECL de 12 meses. A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito "baixo" na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento com o risco de ocorrer um incumprimento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes. O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- A PD do tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são *forward-looking* e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma “lista de observação”.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixo do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um *back-stop* quando um activo fica 30 dias em mora, nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	'20	'19
Dólar Americano	74.90	61.47
Rand Sul-Africano	5.11	4.37

c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitido pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- I. Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- II. No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- III. É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e o seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros ao valor justo por via de resultado são demonstrados ao valor justo, com quaisquer ganhos/perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquido reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

e) Determinação do justo valor (IFRS 13)

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, utilizando o activo da maior e melhor maneira, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 - Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em *inputs* que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de *input* para a mensuração do justo valor).

f) Garantias financeiras (IAS 37)

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes (Nota 33).

g) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rúbrica:

Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados pelo valor justo, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do valor justo durante o período.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato, que são incrementais e diretamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transacção e a todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao valor justo através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado (Nota 27).

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3-10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

O Banco efectua regularmente a análise da adequacidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As obras em edifícios arrendados são depreciadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em - outros ganhos operacionais ou - outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de *software* (licenças). O *software* adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com *software* desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de *software* desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do *software*, e são amortizados durante a sua vida útil. O *software* desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do *software*, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do *software* é de 3 a 4 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, excepto:

- Quando o activo por imposto diferido resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias dedutíveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos activos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

m) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

o) Locações (IFRS 16)

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16 – Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”).

De acordo com a mesma o locatário reconhece um activo de direito de uso que representa um direito de usar o activo subjacente e um passivo de locação que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Assim, na qualidade de locatário, o Banco reconhece novos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos sob a locação no seu passivo de locação.

Normas emitidas ou revistas mas ainda não efectivas.

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos anuais iniciados após 31 de Dezembro de 2021. O Banco ainda não aplicou as seguintes alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

- NIRF 17 – Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- Alterações à NIRF 17 – Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- Classificação de passivos em corrente e não-correntes – alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 Janeiro de 2023);
- Referência à estrutura conceptual – alterações às IFRS 3 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);
- Produto de venda antes do uso pretendido – alterações à NIC 16 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);
- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato – alterações à NIC 37 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);
- Ciclo de melhorias (2018 – 2020) – alterações às NIRF 1, NIRF 9, NIRF 16 e NIC 41 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);
- Extensão da isenção temporária da aplicação da NIRF 9 – Alterações à NIRF 4 (data efectiva: 1 Janeiro de 2023);
- Classificação de passivos em corrente e não-correntes – alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);
- Reforma de referência de taxas de juros (alterações à NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7) – (data efectiva: 1 de Janeiro de 2020);
- Covid-19 – Concessão de rendas relacionadas – Alterações à NIRF 16 – (data efectiva: 1 Janeiro de 2021).

Não se espera que as normas e alterações acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco, contudo a Administração continua a avaliar o impacto da adopção das mesmas.

2. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira apresenta-se como segue:

	'20	'19
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	265,821,121	215,876,827
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	204,741,619	162,998,824
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	44,689,686	44,295,622
	515,252,426	423,171,273
JUROS E GASTOS SIMILARES		
Juros de recursos de clientes	197,764,692	134,440,324
Juros de depósitos do Banco Central e outros bancos	3,707,962	5,891,798
Juros de passivos subordinados	-	4,191,319
Juros de passivos de locação financeira	2,872,386	1,596,024
	204,345,040	146,119,465
	310,907,386	277,051,808

3. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por serviços bancários prestados	55,528,360	44,767,043
De transacções com terceiros	51,492,682	42,112,091
Outros serviços e comissões	22,517,293	18,203,189
	129,538,335	105,082,323
GASTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por transacções com outros bancos	(11,683,769)	(6,675,542)
De outros serviços e comissões	(1,124,883)	(45,568)
	(12,808,652)	(6,721,109)
	116,729,683	98,361,214

4. RENDIMENTOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:

	'20	'19
Ganhos em operações cambiais e em reavaliações de moeda	354,200,561	307,905,299
Perdas em reavaliações de moeda	(166,295,097)	(153,253,669)
	187,905,464	154,651,630

O incremento do rendimento em operações cambiais é derivado, essencialmente, de um aumento significativo do volume de transações cambiais.

5. RENDIMENTOS LÍQUIDOS EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Ganhos na compra e revenda de títulos	2,842,877	214,753
Perdas em prémios de emissão	(7,077,602)	(1,822,519)
	(4,234,725)	(1,607,766)

6. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	'20	'19
Remunerações	255,494,135	195,459,673
Encargos sobre remunerações	9,395,386	6,924,086
Encargos com formações	2,360,709	5,501,393
	267,250,230	207,885,153

Em 31 de Dezembro de 2020 o Banco contava com 118 colaboradores, face aos 107 existentes em 2019. O crescimento verificado em 2020 deve-se à contratação de novos quadros, com enfoque para posições júniores.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os colaboradores distribuíam-se nas seguintes categorias profissionais:

	'20	'19
Directores/Sub-Directores	19	18
Chefes de serviço	13	11
Gestores/Analistas/Gerentes	19	23
Técnicos	60	50
Suporte	8	5
	119	107

7. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Manutenção	25,990,036	19,238,219
Serviços prestados por contrapartes do Grupo (Nota 31)	22,470,000	19,184,234
Consultoria	17,774,534	6,861,363
Comunicações	17,270,903	18,653,934
Segurança	11,603,094	10,879,539
Publicidade	7,066,374	17,746,713
Despesas de viagem e de representação	6,571,924	21,809,272
Consumíveis	6,401,665	7,198,703
Água, energia e combustíveis	5,469,896	5,325,994
Rendas e aluguer	1,080,642	17,650,538
Outros gastos	17,079,565	19,100,048
	138,778,633	163,648,557

Com o objectivo de alargar a cobertura do serviço ao cliente, bem como melhorar a eficiência dos seus processos internos, o Banco desenvolveu várias actividades que vão desde a construção de uma nova tesouraria central na Machava, abertura de um escritório de representação na Beira, implementação de novas aplicações ao nível do da área de Trade e novas funcionalidades no seu *ebanking*.

Os custos com consultoria incluem serviços de auditoria externa para os quais foram suportados cerca de 4.2 e 4.3 milhões de meticais em 2019 e 2020, respectivamente.

A variação nos custos com rendas e alugueres deve-se essencialmente à aplicação da IFRS 16.

Os serviços prestados pelas contrapartes, referem-se a uma provisão de custos a pagar referentes a prestação de serviços de suporte, por parte do FMB capital Holdings Plc (Nota 26).

	'20	'19
OS OUTROS GASTOS INCLUEM:		
Multas e penalidades	8,092,158	116,837
Seguros	2,665,351	1,959,882
Serviços de limpeza	1,571,928	1,101,594
Impostos indirectos	741,587	7,288,144
Quotas e donativos	622,511	995,796
Gastos diversos	3,386,030	7,637,794
	17,079,565	19,100,047

8. OUTROS GANHOS OPERACIONAIS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Recuperação de créditos	5,196,696	12,121,797
Outros ganhos	1,566,014	3,131,427
	6,762,710	15,253,244

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

9.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO RECONHECIDO EM RESULTADOS

	'20	'19
Imposto corrente	49,269,510	39,751,562
Imposto diferido	(85,498,747)	(19,669,529)
	(36,229,237)	20,082,033

Reconciliação de gastos com impostos

Reconciliação entre o lucro contábilístico e gastos com impostos:

	Taxa de imposto	'20	Taxa de imposto	'19
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS		91,328,331		87,801,688
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32%	29,225,066	32%	28,086,540
CORRECÇÕES FISCAIS				
Rendimentos dedutíveis		(79,452,127)		(46,231,587)
Encargos não dedutíveis		9,242,266		11,186,019
TRIBUTAÇÃO				
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações – taxa liberatória	20%	49,269,510	20%	39,751,562
IMPOSTO CORRENTE DO EXERCÍCIO	54%	49,269,510	45%	39,751,562

9.2 IMPOSTOS DIFERIDOS

Segue-se a análise de activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:

	'20	'19
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
Prejuízos fiscais	85,498,747	19,669,529
TOTAL DE ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	85,498,747	19,669,529

	'20	'19
RECONCILIAÇÃO DE ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
Em 1 de Janeiro	53,542,971	33,873,442
Aumento	85,498,747	19,662,529
EM 31 DE DEZEMBRO	139,041,718	53,542,971

	'20	'19
RECONCILIAÇÃO DOS PREJUÍZOS FISCAIS		
Em 1 de Janeiro	373,842,970	372,026,826
Prejuízo do exercício	128,077,491	61,467,278
Abate (Período de recuperabilidade expirado)	(29,965,087)	(59,651,134)
TOTAL DE PREJUÍZOS FISCAIS ACUMULADOS	471,955,374	373,842,970

O Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados no montante de 471,955,374 Meticaís (2019: 373 842 970 Meticaís), que podem ser utilizados para compensar lucros fiscais futuros, dentro de um período de cinco anos, apresentando-se do seguinte modo:

Data de origem	Data de expiração	Valor
2016	2021	-
2017	2022	176,556,099
2018	2023	105,854,506
2019	2024	61,467,278
2020	2025	128,077,491
		471,955,374

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o Banco reconheceu impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis, no montante de MZN 85,498,747 e de 19,662,529, respectivamente, sendo que o valor reconhecido em 2020 corresponde aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2017 e 2020, sendo que para o exercício de 2017 o reconhecimento não foi integral. Tal é sustentado pelo resultado apurado na elaboração do plano estratégico até 2025, e entende que irá gerar lucros suficientes para absorver este imposto.

10. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

	'20	'19
Caixa	52,060,620	83,243,106
Depósitos no Banco de Moçambique	970,413,576	781,454,493
	1,022,474,196	864,697,599

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2020, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 886,517,737 Meticaís (600,004,169 Meticaís em 2019).

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2020, especificada nas diretrizes do Banco Central, ao abrigo do Aviso n.º 08/GBM/2017, determina a manutenção média de depósitos junto do Banco Central de 12% para a moeda nacional e 34,5% para a moeda estrangeira de clientes residentes e não residentes e do Estado moçambicano.

Esta reserva não é remunerada e não é considerada como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 29).

11. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Depósitos em outras instituições de crédito no país	69,822,029	110,274,849
Depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro	238,924,152	71,541,458
	308,746,181	181,816,306

12. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	'20	'19
Mercado monetário interbancário	1,330,000,873	830,000,951
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	349,996,955	225,000,000
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	923,048,437	264,321,000
Juros a receber	1,377,410	10,880,662
	2,604,423,675	1,330,202,613
Imparidade acumulada	(20,472)	-
	2,604,403,203	1,330,202,613

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

	'20	'19
Saldo inicial	-	-
Imparidade do exercício	20,472	-
SALDO FINAL	20,472	-

13. ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	'20	'19
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO		
Obrigações de emissores nacionais (OT's)	927,843,300	344,943,600
Obrigações Corporativas	40,000,000	40,000,000
Bilhetes do Tesouro	54,898,000	595,098,000
	1,022,741,300	980,041,600
Juros a receber (obrigações)	21,700,813	10,417,388
Proveitos diferidos (Bilhetes do Tesouro)	(224,529)	(30,524,075)
	1,044,217,584	959,934,913
Imparidade acumulada	(2,842,449)	(988,378)
	1,041,375,135	958,946,535

O montante das Obrigações de MZN 40,000,000 é respeitante a Obrigações corporativas cujo emitente é o Bayport Financial Services Mozambique S.A. As mesmas apresentam uma maturidade de 4 anos, tendo sido emitidas em Julho de 2018, com pagamentos de cupão semestral.

O movimento dos activos financeiros ao custo amortizado, apresenta-se como se segue:

	'20	'19
Saldo inicial	980,041,600	502,846,500
Aquisições	1,022,741,300	954,799,000
Reembolsos	(980,041,600)	(477,603,900)
SALDO FINAL	1,022,741,300	980,041,600

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

	'20	'19
Saldo inicial	988,378	-
Imparidade do exercício	1,854,071	988,378
SALDO FINAL	2,842,449	988,378

14. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DO RENDIMENTO INTEGRAL

	'20	'19
SIMO	6,327,548	6,327,548

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

15. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	'20	'19
EMPRÉSTIMOS		
Carteira vincenda	1,306,479,771	829,223,956
Carteira vencida	60,173,099	52,936,585
DESCOBERTOS BANCÁRIOS		
Carteira vincenda	901,860,553	688,718,527
Carteira vencida	59,354,520	3,492,494
	2,327,867,943	1,574,371,562
Juros a receber	7,575,949	3,236,052
Comissões diferidas	(12,400,935)	(3,036,587)
Imparidade acumulada	(89,775,851)	(58,917,539)
	2,233,267,106	1,515,653,488

A análise do movimento da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

	Estágio 3	Estágio 2	Estágio 1	TOTAL
2020				
Saldo de abertura	40,361,540	7,720,553	10,835,446	58,917,539
Imparidade de exercício	49,601,654	4,123,117	10,335,154	64,059,925
Reversões	-	(11,701,320)	(5,819,805)	(17,521,125)
Utilização	(15,680,488)	-	-	(15,680,488)
SALDO FINAL	74,282,706	142,350	15,350,795	89,775,851
2019				
Saldo de abertura	44,098,963	2,930,988	16,379,578	63,409,529
Imparidade de exercício	54,556,630	36,394,412	11,684,487	102,635,529
Reversões	(27,267,617)	(31,604,847)	(17,228,619)	(76,101,083)
Utilização	(31,026,436)	-	-	(31,026,436)
SALDO FINAL	40,361,540	7,720,553	10,835,446	58,917,539

16. OUTROS ACTIVOS

Outros activos apresentam-se como segue:

	'20	'19
Custos diferidos	14,232,172	8,042,571
Outros valores a receber	3,666,568	3,473,658
Desconto de emissão de títulos de dívida	2,807,083	1,773,079
Diversos	2,082,617	1,132,905
	22,788,440	14,422,213

17. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA A VENDA

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Imóveis recebidos em dação	41,118,092	44,608,232
Imparidade de activos não correntes detidos para a venda	(18,364,721)	(15,364,721)
	22,753,371	29,243,511

O movimento da imparidade apresenta-se como segue:

	'20	'19
Saldo de abertura	15,364,721	-
Imparidade do exercício	3,000,000	15,364,721
SALDO FINAL	18,364,721	15,364,721

Em 2019 o Banco recebeu, âmbito do processo de recuperação de crédito, imóveis sob a forma de dação em pagamento, dos quais parte foi vendida, entretanto novas aquisições tiveram lugar em 2020.

18. ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Ferramentas e utensílios	TOTAL
CUSTO					
1 DE JANEIRO DE 2019	88,665,434	45,241,411	20,855,081	9,914,022	164,675,948
Adições	59,000,412	21,162,624	11,425,949	2,313,242	93,902,227
31 DE DEZEMBRO DE 2019	147,665,846	66,404,036	32,281,030	12,227,264	258,578,175
Adições	9,245,943	11,548,429	4,233,142	1,336,701	26,364,215
Abates	-	-	(758,940)	-	(758,940)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	156,911,789	77,952,464	35,755,232	13,563,965	284,183,449
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
1 DE JANEIRO DE 2019	31,563,734	26,535,464	14,537,293	8,483,268	81,119,759
Depreciações do exercício	9,611,686	8,497,420	3,487,427	808,719	22,405,252
31 DE DEZEMBRO DE 2019	41,175,419	35,032,885	18,024,720	9,291,987	103,525,011
Depreciações do exercício	14,533,029	10,426,470	5,455,467	758,312	31,173,279
Abates	-	-	(758,940)	-	(758,940)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	55,708,448	45,459,355	22,721,247	10,050,299	133,939,350
VALOR LÍQUIDO					
1 DE JANEIRO DE 2019	57,101,700	18,705,947	6,317,788	1,430,753	83,556,189
31 DE DEZEMBRO DE 2019	106,490,426	31,371,150	14,256,310	2,935,276	155,053,164
31 DE DEZEMBRO DE 2020	101,203,340	32,493,109	13,033,985	3,513,666	150,244,099

As adições verificadas em 2020, nas rubrica de obras em edifícios arrendados e equipamento estão relacionadas, essencialmente, com a abertura de uma tesouraria centralizada.

19. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software
CUSTO	
1 DE JANEIRO DE 2019	76,125,583
Adições	14,257,583
31 DE DEZEMBRO DE 2019	90,383,370
Adições	9,541,725
31 DE DEZEMBRO DE 2020	99,925,095
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:	
SALDO A 1 JANEIRO DE 2019	71,933,873
Amortizações do exercício	2,891,936
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	74,825,809
Amortizações do exercício	4,014,169
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	78,839,978
VALOR LÍQUIDO	
1 DE JANEIRO DE 2019	4,191,913
31 DE DEZEMBRO DE 2019	15,557,561
31 DE DEZEMBRO DE 2020	21,085,117

As adições em activos intangíveis são influenciadas pela aquisição de licenças de *software* para a implementação do VISA.

20. ACTIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
ACTIVOS		
Saldo de abertura	106,049,070	-
Ajustamento do saldo de abertura	3,835,686	-
Abates	(53,087,223)	-
Novos contratos	87,913,803	120,351,897
Depreciações	(30,138,984)	(14,302,827)
	114,572,353	106,049,070
PASSIVOS		
Saldo de abertura	106,049,070	-
Ajustamento do saldo de abertura	5,480,361	-
Abates	(53,554,021)	-
Novos contratos	87,913,803	120,351,897
Juros	2,872,386	1,596,024
Pagamentos	(31,858,487)	(15,898,851)
Despesas de reavaliação cambial	9,442,525	-
	126,345,638	106,049,070

21. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
RETENÇÕES NA FONTE SOBRE –IRPC	27,613,854	27,613,854

Em 31 de Dezembro de 2020, o valor das retenções na fonte respeita às retenções efectuadas por terceiros sobre juros de aplicações em outras instituições de crédito e juros provenientes de títulos, recebidos entre os exercícios de 2008 a 2013.

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	'20	'19
Bancos Estrangeiros	36,893,709	184,410,000
Juros a pagar	-	742,762
	36,893,709	185,152,762

O saldo em 31 de Dezembro de 2020 refere-se a uma exposição à ordem, por parte do *Crown Agents Bank Limited-London*.

23. DEPÓSITOS DE CLIENTES

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

	'20	'19
À ordem	3,414,222,088	1,761,162,989
A prazo	2,259,012,455	1,556,378,199
Contas poupança	59,170,442	59,749,170
Juros a pagar	17,525,676	11,357,098
	5,749,930,661	3,388,647,456

24. PROVISÕES PARA GARANTIAS BANCÁRIAS PRESTADAS E CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS

O movimento desta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Saldo de abertura	4,890,362	3,003,211
Provisão do exercício	6,797,787	3,457,452
Reversões	(2,824,236)	(1,570,301)
Diferenças de reavaliação cambial	603,681	-
	9,467,594	4,890,362

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas e são calculadas tal como requerido pela IFRS9.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	'20	'19
Acréscimos de gastos	114,317,595	58,009,203
Contas de regularização	54,916,508	206,415,423
Estado	15,096,611	9,359,298
Provisões para outros riscos e outros encargos	14,840,771	20,277,192
	199,171,485	294,061,116

A rubrica de Contas de regularização é composta, essencialmente, pelos saldos de compensação em aberto nos últimos dias do ano, saldos esses regularizados nos dias 4 e 5 de Janeiro de 2021.

As contas a pagar ao Estado encontram-se desagregadas abaixo:

	'20	'19
IRPS	10,201,517	6,727,925
Imposto de selo	2,993,922	1,176,058
INSS	1,154,009	1,083,624
Outros impostos	747,163	371,691
	15,096,611	9,359,298

26. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	'20	'19
FMB Capital Holdings, Plc	1,360,000,000	1,212,000,000
Premier Capital	255,000,000	227,250,000
Prime Bank	85,000,000	75,750,000
	1,700,000,000	1,515,000,000
NÚMERO DE ACÇÕES:		
FMB Capital Holdings, Plc	13,600,000	12,120,000
Premier Capital	2,550,000	2,272,500
Prime Bank	850,000	757,500
	17,000,000	15,150,000
PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL:		
FMB Capital Holdings, Plc	80.00%	80.00%
Premier Capital	15.00%	15.00%
Prime Bank	5.00%	5.00%
	100.00%	100.00%
Saldo inicial	15,150,000	8,694,150
Acções emitidas		
Maio	-	2,705,850
Setembro	1,850,000	3,750,000
SALDO FINAL	17,000,000	15,150,000

As acções emitidas em Setembro de 2020 foram realizadas da seguinte forma:

- Entrada em dinheiro pelos accionistas, na mesma proporção do capital anteriormente existente, através da emissão de 1,850,000 (um milhão, oitocentas e cinquenta mil) novas acções ordinárias com o valor nominal de MZN 100.00 (cem meticalis) por cada acção, sendo o preço de emissão global de MZN 185,000,000.00 (cento e oitenta e cinco milhões de meticalis).

27. RESERVAS

As reservas apresentam-se como segue:

	'20	'19
Reserva de risco de crédito	48,322,590	48,322,590
Reserva legal	42,215,436	32,057,488
	90,538,026	80,380,078

RESERVA LEGAL

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou até ao nível do capital social.

28. ITENS NÃO REPRESENTATIVOS DE CAIXA INCLUÍDOS NOS (PREJUÍZOS) / LUCROS ANTES DE IMPOSTOS

	'20	'19
Depreciações e amortizações líquidos de abates (Nota 18 e 19)	(35,187,446)	(25,297,187)
Imparidade de crédito (Nota 15)	(50,512,351)	(26,534,447)
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	(3,973,551)	(1,887,151)
Imparidade de outros activos (Nota 12 e 13)	(4,874,543)	(16,353,099)
	(94,547,891)	(70,071,883)

29. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

	'20	'19
Caixa e disponibilidades no Banco Central (Nota 10)	1,022,474,196	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	308,746,181	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	2,604,403,203	1,330,202,613
Reserva no Banco Central (Nota 10)	(886,517,737)	(600,004,169)
	3,049,105,843	1,776,712,350

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

2020	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,022,474,196	-	1,022,474,196
Disponibilidades em instituições de crédito	308,746,181	-	308,746,181
Aplicações em instituições de crédito	2,604,403,203	-	2,604,403,203
Activos financeiros ao custo amortizado	1,041,375,135	-	1,041,375,135
Activos financeiros ao justo valor através do rend. integral	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,233,267,106	-	2,233,267,106
Outros activos	22,788,440	-	22,788,440
TOTAL DO ACTIVO	7,233,054,261	6,327,548	7,239,381,809

2020	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	TOTAL
PASSIVOS FINANCEIROS			
Aplicações de instituições de crédito	36,893,709	-	36,893,709
Depósitos de clientes	5,749,930,661	-	5,749,930,661
Empréstimos subordinados	-	-	-
Provisões para garantias bancárias	9,467,594	-	9,467,594
Outros passivos	184,074,874	-	184,074,874
TOTAL DO PASSIVO	5,980,366,838	-	5,980,366,838

2019	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	864,697,599	-	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	181,816,306	-	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito	1,330,202,613	-	1,330,202,613
Activos financeiros ao custo amortizado	958,946,535	-	958,946,535
Activos financeiros ao justo valor através do rend. integral	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,515,653,488	-	1,515,653,488
Outros activos	14,422,213	-	14,422,213
TOTAL DO ACTIVO	4,865,738,754	6,327,548	4,872,066,302

2019	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	TOTAL
PASSIVOS FINANCEIROS			
Aplicações de instituições de crédito	185,152,762	-	185,152,762
Depósitos de clientes	3,388,647,456	-	3,388,647,456
Empréstimos subordinados	-	-	-
Provisões para garantias bancárias	4,890,362	-	4,890,362
Outros passivos	284,701,817	-	284,701,817
TOTAL DO PASSIVO	3,863,392,397	-	3,863,392,397

30.2 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos financeiros ao custo amortizado

Estes activos são valorizados através de um modelo que usa quer variáveis observáveis, quer variáveis não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e localização geográfica onde o investimento opera.

Os activos financeiros são descontados usando como referência uma taxa de juro indexada aos Bilhetes do Tesouro. A taxa média para prazos iguais ou superior a 63 dias foi de 7,33%.

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3: Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,548	6,327,548
TOTAL DO PASSIVO	-	-	6,327,548	6,327,548
2019				
ACTIVOS FINANCEIROS				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,548	6,327,548
TOTAL DO PASSIVO	-	-	6,327,548	6,327,548

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	'20		'19	
	Valor do balanço	Justo valor	Valor do balanço	Justo valor
ACTIVOS FINANCEIROS				
Activos financeiros ao custo amortizado	1,041,375,135	1,041,375,135	958,946,535	958,946,535
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,233,267,106	2,233,267,106	1,515,653,488	1,515,653,488
	3,274,642,241	3,274,642,241	2,474,600,023	2,474,600,023
PASSIVOS FINANCEIROS				
Recursos de instituições de crédito	36,893,709	36,893,709	185,152,762	185,152,762
Depósitos de clientes	5,749,930,661	5,749,930,661	3,388,647,456	3,388,647,456
	5,786,824,370	5,786,824,370	3,573,800,218	3,573,800,218
	(2,512,182,129)	(2,512,182,129)	(1,099,200,196)	(1,099,200,196)

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros, para além dos empréstimos e adiantamentos a clientes se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. O justo valor dos activos e passivos financeiros é incluído no valor em que o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, excepto numa venda forçada ou de liquidação.

31. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

	'20	'19
APLICAÇÕES COM OUTROS BANCOS		
First Capital Bank (Malawi)	-	193,472,023
	-	193,472,023
RECURSOS		
Premier Capital Mauritius Limited	57,478,059	140,362,163
FMB, Capital Holdings, Plc	2,664,952	676,529
First Capital Bank (Botsuana)	159,076	185,203,708
	60,282,087	326,242,400
OUTROS PASSIVOS E OUTROS GASTOS OPERACIONAIS (NOTA 7)		
FMB capital Holdings (Plc)	21,040,044	8,886,077
First Capital Shared Services Ltd	9,221,107	2,796,926
First Capital Bank Plc (Malawi)	2,522,476	6,890,234
	32,783,627	18,573,237
DESPESAS SUPORTADAS		
Premier Capital Mauritius Limited	11,860,339	13,851,123
FMB, Capital Holdings, Plc	10,212,532	8,886,077
First Capital Shared Services Ltd	5,813,107	2,796,926
First Capital Bank (Botsuana)	3,943,719	5,535,144
First Capital Bank Plc (Malawi)	238,768	6,890,234
	32,068,465	37,959,504
GANHOS RECONHECIDOS		
First Capital Bank (Zâmbia)	1,228,984	-
First Capital Bank Plc (Malawi)	876,827	9,225,324
	2,105,811	9,225,324
BENEFÍCIOS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO		
Remunerações	38,308,677	30,384,777

O benefício dos órgãos de gestão refere-se aos benefícios de curto prazo dos membros do Conselho de Administração.

32. CONTINGÊNCIAS E COMPROMISSOS

	'20	'19
Garantias prestadas	2,017,906,282	1,163,380,144
Cartas de crédito	1,714,175,039	437,465,778
Limites de crédito não utilizados	1,448,737,713	454,358,384
Custódia de títulos	64,378,140	270,340,540
	5,245,197,174	2,325,544,846

33. GESTÃO DO RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e, durante vários períodos, procura obter margens acima da média investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para todos os desembolsos necessários que eventualmente ocorram.

Assim, as políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos a fim de os monitorar e assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco regularmente revê as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão;
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito em todo o Banco, de um instrumento individual para um nível de carteira;
- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco;
- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc;
- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito;
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notas de risco estão sujeitas a revisões regulares;
- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL;
- Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL;

- Estabelecer um sólido processo de avaliação contabilística do risco de crédito que forneça uma base sólida para sistemas, ferramentas e dados comuns para avaliar o risco de crédito e para contabilizar a ECL. Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos sejam adequadamente projetados e implementados.

AUMENTO SIGNIFICATIVO NO RISCO DE CRÉDITO

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

RATINGS INTERNOS DE CRÉDITO

Para minimizar o risco de crédito, o Banco encarregou o seu comité de gestão de crédito de desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco para categorizar as exposições de acordo com o seu grau de risco de incumprimento. As informações de classificação de crédito são baseadas em uma série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notas de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a nota de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os procedimentos de monitoramento seguidos são gerais e adaptados ao tipo de exposição. Os dados a seguir são normalmente usados para monitorar as exposições do Grupo:

- Registo de pagamento, incluindo índices de pagamento e análise de maturidades;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- *Forbearances* (ambos solicitados e concedidos);
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas;
- Informações de *rating* de crédito fornecidas por agências externas de *rating*;
- Para exposições de retalho: dados gerados internamente do comportamento do cliente, métricas de acessibilidade, etc.;
- Para exposições corporativas: informações obtidas por revisão periódica de cadastros de clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector financeiro que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da estrutura a termo do PD (probabilidade de incumprimento) para exposições. O Banco coleta informações de desempenho e de incumprimento sobre suas exposições ao risco de crédito analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As informações utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

Incorporação de informações prospectivas (*Forward looking*)

O Banco utiliza informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de "caso base" de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimaram as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectuou alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos feitos durante o período de relato.

MENSURAÇÃO DA ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliado utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a DP.

A LGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das garantias. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de principal e juros, e perdas esperadas. A abordagem de modelagem do Banco para EAD reflecte as alterações esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. O Banco usa modelos EAD que reflectem as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito rotativo e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não seria mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. No entanto, o Banco não obriga, na gestão corrente do dia-a-dia, ao direito contratual de cancelar esses instrumentos financeiros. Isso ocorre porque esses instrumentos financeiros são administrados de forma colectiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, por ex. redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo da ECL para fins regulamentares, embora muitos elementos utilizados sejam semelhantes.

Agrupamentos baseados em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até o vencimento;
- Indústria;
- O valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

Qualidade do crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha do balanço financeiro para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento financeiro	Instrumento financeiro na posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Nota 10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	Nota 11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	Nota 12
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 15
Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao custo amortizado	Nota 13
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Nota 14
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Outros activos	Nota 16
Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira	Provisões	Nota 24

Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2020	Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira
Comércio	-	786,697,285	-	-	-
Retalho	-	141,578,583	-	-	-
Agricultura	-	305,156,986	-	-	-
Indústria	-	556,257,431	-	-	-
Mineração	-	61,956,623	-	-	-
Transporte e comunicações	-	10,852,972	-	-	-
Construção	-	171,765,533	-	-	-
Indústria Metalúrgica	-	11,116,313	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-
Financeiros	1,273,045,392	-	-	-	-
Banco Central	1,330,000,873	-	982,741,300	-	-
Outros sectores	-	282,486,216	40,000,000	6,327,548	3,732,081,320
	2,603,046,265	2,327,867,942	1,022,741,300	6,327,548	3,732,081,320

2019	Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira
Comércio	-	233,375,651	-	-	-
Retalho	-	193,009,540	-	-	-
Construção	-	-	-	-	-
Outras indústrias	-	564,528,885	-	-	-
Indústria alimentar	-	394,667,034	-	-	-
Electricidade, gás e água	-	101,020,465	-	-	-
Transporte e comunicações	-	2,280,230	-	-	-
Indústria Metalúrgica	-	-	-	-	-
Estado	-	-	344,943,600	-	-
Bancos comerciais	1,501,138,257	71,362	-	-	-
Banco Central	781,454,493	-	595,098,000	-	-
Outros sectores	-	85,418,396	40,000,000	6,327,548	1,600,845,922
	2,282,592,750	1,574,371,562	980,041,600	6,327,548	1,600,845,922

Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e “estágio”

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e “estágio” sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2020	Grau de investimento (1-3)	Monitoramento padrão (4-7)	Empréstimos em incumprimento (8-10)	Imparidade	Exposição Líquida	'19
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,022,474,196	-	-	-	1,022,474,196	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	308,746,181	-	-	-	308,746,181	181,816,307
Aplicações em instituições de crédito	2,603,046,265	-	-	(20,742)	2,603,025,793	1,319,321,951
Investimentos em títulos	1,022,741,300	-	-	(2,842,449)	1,019,898,851	979,053,222
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,177,697,203	8,567,750	141,602,990	(89,775,851)	2,238,126,281	1,515,454,024
Outros activos	5,749,185	-	-	-	5,749,185	4,606,564
Garantias bancárias e cartas de crédito	3,732,081,320	-	-	(9,467,594)	3,722,613,726	1,595,955,561
	10,872,535,650	8,567,777	141,602,990	102,106,366	10,920,600,024	6,460,905,228

Perdas por imparidade por classe

A tabela abaixo resume as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, por classe de exposição/activo:

	'20	'19
CLASSE DO INSTRUMENTO FINANCEIRO		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	89,775,851	58,917,539
Investimentos em títulos ao custo amortizado	2,842,449	988,378
Activos não correntes detidos para a venda	18,364,721	15,364,721
Outros activos financeiros	20,472	-
Garantias bancárias e cartas de crédito	9,467,594	4,890,362
	120,471,087	80,161,000

Activos financeiros por maturidade contratual

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso, principalmente para empréstimos e adiantamentos a clientes e mais especificamente para exposições de crédito a retalho, pois para empréstimos corporativos e outras exposições há mais informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

Categoria	Crédito bruto concedido
Não vencido	2,202,218,169
Até 30 dias	2,454,598
31 a 90 dias	325,879
91 a 180 dias	35,145,232
181 a 360 dias	1,247,370
Acima de 360 dias	64,401,323
Reestructurados	22,075,371
	2,327,867,942

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Empréstimo corporativo

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é actualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é actualizada se o empréstimo for colocado na “lista de observação” e, portanto, for monitorada mais de perto. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações de garantias para informar as suas acções de gestão de risco de crédito.

Investimentos em títulos

O Banco detém investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 959 milhões de meticais e através do rendimento integral com um valor contabilístico de 6,3 milhões de meticais. Os investimentos em títulos detidos pelo Banco são obrigações governamentais, Bilhetes de Tesouro e obrigações corporativas, que não são garantidas.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realística de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 13% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 36% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

						'20
	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,022,474,196	-	-	-	-	1,022,474,196
Disponibilidades em instituições de crédito	308,746,181	-	-	-	-	308,746,181
Aplicações em instituições de crédito	-	2,184,112,002	420,291,201	-	-	2,604,403,203
Activos financeiros ao custo amortizado	-	614,698,591	426,676,544	-	-	1,041,375,135
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	936,371,921	411,882,702	184,812,047	616,080,147	84,120,289	2,233,267,106
	2,267,592,298	3,210,693,295	1,031,779,792	616,080,147	90,447,837	7,216,593,369
PASSIVOS FINANCEIROS						
Recursos de outras instituições de crédito	-	36,893,709	-	-	-	36,893,709
Depósito de clientes	3,473,392,433	1,462,639,502	813,898,726	-	-	5,749,930,661
Empréstimos subordinados	-	0	-	-	-	0
TOTAL PASSIVOS	3,473,392,433	1,499,533,211	813,898,726	-	-	5,786,824,370
VALOR LÍQUIDO	(1,205,800,134)	1,711,160,084	217,881,065	616,080,147	90,447,837	1,429,768,999

						'19
	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	864,697,599	-	-	-	-	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	181,816,306	-	-	-	-	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito	-	909,911,412	420,291,201	-	-	1,330,202,613
Activos financeiros ao custo amortizado	-	454,178,261	504,768,274	-	-	958,946,535
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10,171,133	723,006,373	410,523,759	299,235,786	72,716,437	1,515,653,488
TOTAL ACTIVOS	1,056,685,038	2,087,096,046	1,335,583,234	299,235,786	79,043,985	4,857,644,089
PASSIVOS FINANCEIROS						
Recursos de outras instituições de crédito	-	185,152,762	-	-	-	185,152,762
Depósito de clientes	1,820,912,156	1,076,959,030	490,776,271	-	-	3,388,647,457
TOTAL PASSIVOS	1,820,912,156	1,262,111,792	490,776,271	-	-	3,573,800,219
VALOR LÍQUIDO	(764,227,120)	824,984,254	844,806,963	299,235,786	79,043,985	1,283,843,868

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes. A política e gestão da estratégia, relacionada com o risco de liquidez são definidas pelo ALCO, executado e controlado pela tesouraria e pela divisão de gestão de risco.

A tabela abaixo sumariza a exposição do Banco às taxas de juro em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

				'20
	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Sem exposição à taxa de juros	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1,022,474,196	1,022,474,196
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	308,746,181	308,746,181
Aplicações em instituições de crédito	2,184,112,002	420,291,201	-	2,604,403,203
Activos financeiros ao custo amortizado	614,698,591	426,676,544	-	1,041,375,135
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,233,267,106	-	-	2,233,267,106
Outros activos	-	-	5,749,185	5,749,185
	5,032,077,699	846,967,745	1,343,297,110	7,222,342,554
PASSIVOS FINANCEIROS				
Recursos de outras instituições de crédito	36,893,709	-	-	36,893,709
Depósito de clientes	4,936,031,935	813,898,726	-	5,749,930,661
Empréstimos subordinados	-	-	-	-
TOTAL PASSIVOS	4,972,925,644	813,898,726	-	5,786,824,370
VALOR LÍQUIDO	59,152,056	33,069,018	1,343,297,110	1,435,518,184
				'19
	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Sem exposição à taxa de juros	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	864,697,599	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	181,816,306	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito	909,911,412	420,291,201	-	1,330,202,613
Activos financeiros	454,178,261	504,768,274	-	958,946,535
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,515,653,488	-	-	1,515,653,488
Outros activos	-	-	4,606,564	4,606,564
	2,879,743,161	925,059,475	1,057,448,017	4,862,250,653
PASSIVOS FINANCEIROS				
Recursos de outras instituições de crédito	185,152,762	-	-	185,152,762
Depósito de clientes	3,388,647,456	-	-	3,388,647,456
TOTAL PASSIVOS	3,573,800,218	-	-	3,573,800,218
VALOR LÍQUIDO	(694,057,058)	925,059,475	1,052,841,454	1,283,843,370

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos capitais próprios
2020	+2 p.p	(1,844,421)	1,844,421
	-2 p.p	1,844,421	(1,844,421)
2019	+2 p.p	4,620,048	(4,620,048)
	-2 p.p	(4,620,048)	4,620,048

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	'20 TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	554,424,782	461,144,286	3,414,614	3,490,514	0	0	1,022,474,196
Disponibilidades em instituições de crédito	69,822,029	193,317,974	2,352,671	42,885,698	103,463	264,345	308,746,181
Aplicações em instituições de crédito	1,681,347,965	923,055,238	0	0	0	0	2,604,403,203
Activos financeiros ao custo amortizado	1,041,375,135	0	0	0	0	0	1,041,375,135
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6,327,548	0	0	0	0	0	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,337,035,275	896,231,831	0	0	0	0	2,233,267,106
	4,690,332,734	2,473,749,328	5,767,285	46,376,213	103,463	264,345	7,216,593,369
PASSIVOS FINANCEIROS							
Recursos de outras instituições de crédito	36,893,709	0	0	0	0	0	36,893,709
Depósito de clientes	4,146,349,219	1,583,833,890	2,915,249	16,832,304	0	0	5,749,930,661
TOTAL PASSIVOS	4,183,242,928	1,583,833,890	2,915,249	16,832,304	-	-	5,786,824,370
VALOR LÍQUIDO	507,089,806	889,915,439	2,852,036	29,543,909	103,463	264,345	1,429,768,999

	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	'19 TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	502,536,916	355,083,448	3,523,719	3,553,516	-	-	864,697,599
Disponibilidades em instituições de crédito	110,274,849	26,493,301	443,559	44,299,803	304,794	304,794	181,816,306
Aplicações em instituições de crédito	831,674,742	498,527,871.00	-	-	-	-	1,330,202,613
Activos financeiros ao custo amortizado	958,946,535	-	-	-	-	-	958,946,535
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6,327,548	-	-	-	-	-	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,122,961,969	451,409,594	-	-	-	-	1,574,371,563
	3,532,722,558	1,331,514,214	3,967,278	47,853,320	304,794	304,794	4,916,362,165
PASSIVOS FINANCEIROS							
Recursos de outras instituições de crédito	0	185,152,762	-	-	-	-	185,152,762
Depósito de clientes	2,584,374,842	759,760,615	2,504,461	42,007,538	-	-	3,388,647,456
TOTAL PASSIVOS	2,584,374,842	944,913,377	2,504,461	42,007,538	-	-	3,573,800,218
VALOR LÍQUIDO	948,347,716	386,600,837	1,462,817	5,845,782	304,794	304,794	1,342,561,948

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos capitais próprios
2020	+10%	88,991,544	(88,991,544)
	-10%	(88,991,544)	88,991,544
2019	+10%	38,660,084	(38,660,084)
	-10%	(38,660,084)	38,660,084

	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos capitais próprios
2020	+5%	142,602	(142,602)
	-5%	(142,602)	142,602
2019	+5%	73,141	(73,141)
	-5%	(73,141)	73,141

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é gerido pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através duma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 de acordo com as exigências da BdM:

	'20	'19
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER I)		
Capital social	1,700,000,000	1,515,000,000
Reservas elegíveis e resultados transitados	(234,674,334)	(302,393,990)
Activos intangíveis	(21,085,117)	(15,557,560)
Provisões para imparidade gap ^(*)	(26,058,690)	(40,398,486)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER I)	1,418,181,859	1,156,649,965
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE COMPLEMENTARES (TIER I E TIER II)	1,418,181,859	1,156,649,965
ACTIVOS PONDERADOS PELO RISCO		
Na posição financeira	3,667,105,847	2,638,923,250
Contas extrapatrimoniais	229,174,402	335,615,866
Risco operacional e de mercado	126,506,782	54,131,261
TOTAL DOS ACTIVOS PONDERADOS	4,022,783,030	3,028,670,377
RÁCIOS PRUDENCIAIS		
Tier I	35%	37%
Tier II	0%	0%
Rácio de solvabilidade	35%	37%
Rácio de solvabilidade exigido	12%	11%

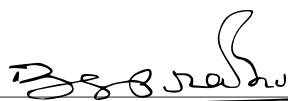
(*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após o período de relato e, até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Capital Bank, que afectam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.



O Administrador Delegado



O Conselho de Administração

